

ALAVOURA

Fundada em
1897

MAI./JUN. 81

ANO LXXXIV

ÓRGÃO OFICIAL
DA SOCIEDADE
NACIONAL DE
AGRICULTURA

ISSN 0023-9135



Destaques *A Lavoura*

Oswaldo Colin

Crédito Rural

Fazenda Indiana

Empresa Rural

Geraldo Carneiro

Ensino e Pesquisa

Sinval Palmeira

Tecnologia



21 de setembro, Dia da Árvore.

Apenas um dia para quem, nos últimos milhões de anos, vem permitindo nossa existência na Terra.

Preservá-las é mais que uma homenagem, preservá-las é um ato de amor à própria vida.



Homenagem da Sociedade Nacional de Agricultura.

Editorial

Oswaldo Roberto Colin recebeu o Destaque A LAVOURA na categoria "Crédito Rural", pela ativa participação do Banco do Brasil no financiamento do setor agrícola, sobretudo no decorrer do ano de 1979, quando o laureado presidia esse estabelecimento bancário.

Hoje, no entanto, nem tudo são flores. O Banco do Brasil também tem suas limitações. Deve cumprir as diretrizes que são traçadas em conjunto com as demais autoridades governamentais da área econômica.

O volume liberado para financiamento da agricultura e pecuária têm-se mantido aquém das necessidades do setor. Em 1980, o volume de crédito disponível para o setor rural foi inferior, em termos reais, em 14 por cento em relação ao ano anterior.

Para o corrente ano, o orçamento prevê uma expansão de apenas 80 por cento em relação aos valores de 1980, que já eram insuficientes. Ninguém pode projetar, com segurança, a taxa inflacionária deste ano, mas, certamente, não será inferior a 100 por cento.

Dessa forma vemos que, cumprida a previsão orçamentária, a agropecuária sofrerá, novamente, uma queda nas suas disponibilidades de recursos.

Por outro lado, as taxas de juros das linhas de financiamento agrário estão sendo paulatinamente elevadas acima da capacidade de pagamento dos produtores rurais. Até 1979 os juros do crédito de custeio era de 15 por cento, em 1980 foram para 24 ou 33 por cento. No corrente exercício houve uma nova e substancial elevação, passando para 45 por cento ao ano na região Centro-Sul.

No caso de investimentos, os juros iniciais de 15 por cento atingiram hoje 73,8 por cento, e até juros de mercado para algumas linhas antes favorecidas.

Essas taxas são incompatíveis para uma atividade que tem sua rentabilidade comprimida em função de uma política de abastecimento interno que restringe os preços dos produtos de alimentação, bem assim de uma crônica sobrevalorização cambial que não permite aos produtores rurais a justa remuneração pelas vendas que realizam para o mercado externo.

Com sua receita achatada o agropecuarista vê-se obrigado a suportar custos de produção sempre crescentes.

Neste particular, é bom lembrar que grande parte do subsídio recebido pelo setor agrícola é imediatamente transferido para nossa gravosa indústria de máquinas e insumos.

Sumário

Nossa Capa:

Oswaldo Roberto Colin
Presidente do Banco do Brasil



Foto: Manchete

ARTIGOS

Abastecimento e Comercialização do Feijão	14
Aborto em Bovinos: Principais Causas	32
Perdas de Rações em Comedouros de Suínos	36
Fichas para Pesquisa sobre Germinação de Sementes Florestais	40
Orthezia Praelonga, uma Ameaça à Citricultura do Estado de São Paulo	44

SEÇÕES

Política Agrícola	5
Panorama	8
SNA em Ação	18
Direito e Legislação Agrária	28
Associativismo	35
Exposições e Feiras	38
Noticiário das Empresas	46
Livros e Publicações	48
Cartas	49



SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897 - RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI Nº 3549 DE 16.10.1918

AVENIDA GENERAL JUSTO, 171 - 2º ANDAR - CEP 20.021 - RIO DE JANEIRO - BRASIL

TELEFONES: (021) 240-4149 e 240-4573 END. TELEG. "VIRIBUSUNITS" - CAIXA POSTAL 1.245

DIRETORIA GERAL

Presidente:	OCTAVIO MELLO ALVARENGA
1º Vice-Presidente:	GILBERTO CONFORTO
2º Vice-Presidente:	OSANÁ SÓCRATES DE ARAÚJO ALMEIDA
3º Vice-Presidente:	ALFREDO LOPES MARTINS NETO
4º Vice-Presidente:	ANTÔNIO EVALDO INOJOSA DE ANDRADE
1º Secretário:	JOSÉ MOTTA MAIA
2º Secretário:	OTTO LYRA SCHRADER
3º Secretário:	LUIS EMYGDIO MELLO FILHO
1º Tesoureiro:	JOEL NAEGELE
2º Tesoureiro:	JOÃO BUCHAUL
3º Tesoureiro:	CARLOS ELYSIO A. GÔES DE ARAÚJO

DIRETORIA TÉCNICA

- 01) José Carlos Vieira Barbosa
- 02) Acyr Campos
- 03) Geraldo Coutinho
- 04) Lelivaldo Antonio de Brito
- 05) Severino Veloso de Carvalho
- 06) José Carlos Fonseca
- 07) Carlos Arthur Repsold
- 08) Fausto Aita Gai
- 09) Sergio Carlos Lupatelli
- 10) João Renato Baeta Neves
- 11) Luiz Guimarães Neto
- 12) Fernando Pegoraro Barcelos
- 13) Marco Aurélio Andrade Correa Machado
- 14) Hélio de Almeida Brum
- 15) Ediraldo Matos Silva

Vitalícios

- 01) Otto Frensel
- 02) Geraldo Goulart da Silveira

COMISSÃO FISCAL

Efetivo

- 01) Amaro Cavalcanti
- 02) Elvo Santoro
- 03) Célio Pereira Ribeiro

Suplentes

- 01) José Teixeira Garcia
- 02) Francisco Jacob Gayoso de Almeida
- 03) Jefferson D'Almeida

CONSELHO SUPERIOR

Cadeira	Patrono	Titular
1	Ennes de Souza	Raphael da Silva Xavier
2	Moura Brasil	Fausto Aita Gai
3	Campos da Paz	Geraldo Goulart da Silveira
4	Barão de Capanema	Hélio Raposo
5	Antonino Fialho	Luiz Marques Poliano
6	Wenceslão Bello	Armênio da Rocha Miranda
7	Sylvio Rangel	João de Souza Carvalho
8	Pacheco Leão	João Buchaul
9	Lauro Müller	Carlos Arthur Repsold
10	Miguel Calmon	Edmundo Campelo Costa
11	Lyra Castro	Paulo Agostinho Neiva
12	Augusto Ramos	Edgard Teixeira Leite
13	Simões Lopes	Luiz Simões Lopes
14	Eduardo Cotrim	Theodorico Assis Ferraço
15	Pedro Osório	Luiz Fernando Cirne Lima
16	Trajano de Medeiros	Luiz Guimarães Junior
17	Paulino Cavalcanti	Rufino D'Almeida Guerra Filho
18	Fernando Costa	Jalmiréz Guimarães Gomes
19	Sergio de Carvalho	Oswaldo Ballarin
20	Gustavo Dutra	Carlos Infante Vieira
21	José A. Trindade	João Carlos Feveret Porto
22	Ignácio Tosta	Fábio Luz Filho
23	José Saturnino Brito	Octávio Mello Alvarenga
24	José Bonifácio	José Resende Peres
25	Luiz de Queiroz	Charles Frederick Robbs
26	Carlos Moreira	
27	Alberto Sampaio	Gilberto Conforto
28	Navarro de Andrade	Romulo Cavina
29	Alberto Torres	Otto Frensel
30	Sá Fortes	Renato da Costa Lima
31	Theodoro Peckolt	Otto Lyra Schrader
32	Ricardo de Carvalho	Carlos Helvídio A. dos Reis
33	Barbosa Rodrigues	Amaro Cavalcanti
34	Gonzaga de Campos	
35	Américo Braga	Apolônio Sales
36	Epaminondas de Souza	Armando David F. Lima
37	Mello Leitão	Milton Freitas de Souza
38	Aristides Caíre	Flávio da Costa Britto
39	Vital Brasil	João Batista Lusardo
40	Getúlio Vargas	

ALAVOURA

Órgão Oficial da Sociedade Nacional de Agricultura
ISSN Nº 0023 - 9135

ANO LXXXIV

MAI./JUN. 1981

EDITOR
Antonio Mello Alvarenga Neto

EDITORA ASSISTENTE
Cristina Lúcia Náfel Baran

COORD. DAS COMISSÕES TÉCNICAS
Eulália Leite Peres

ASSESSOR
Carlos Alberto P. Soares

PROGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA

José Carlos Martins e
Marco Antonio de Moura Dias
Rua Maria Amélia, 591 - Cob. 01 - Tijuca
Tels.: 288-3167 - 238.6745 - RJ

COMPOSIÇÃO

Rosalba Composição de Textos Ltda.
Av. N. S. Copacabana, 360 - sala 607
Tel.: 255 - 3487 - RJ

IMPRESSÃO

APEX - Gráfica e Editora Ltda.
Rua Marquês de Oliveira, 459 - Ramos
Tels.: 270.2592 - 230.2510 - RJ

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Av. General Justo, 171 - 2º andar
CEP 20.021 - Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 240-4573 - 240.4149

Os artigos assinados são de inteira
responsabilidade de seus autores.

POLÍTICA AGRÍCOLA

Nova sistemática para preços mínimos

O Conselho Monetário Nacional (CMN), em reunião de 21 de julho último, aprovou para a safra 1981/82 nova sistemática para a fixação de Preços Mínimos, tendo estabelecido valores que vão ser reajustados na entrada da safra. O reajuste será feito de acordo com a variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) desde julho até o mês anterior ao início das operações de AGF (Aquisição do Governo Federal) e EGF (Empréstimo do Governo Federal) com cada produto.

Da maneira como vinham sendo fixadas até o ano passado, sem que estivessem previstas alterações em seus valores, os Preços Mínimos refletiam a expectativa do Governo com relação ao comportamento da inflação nos meses subsequentes. Caso esta expectativa fosse otimista, ou seja, de queda da taxa de inflação, corria-se o risco de desestimular o setor agrícola e penalizar o produtor com uma eventual defasagem do

Preço Mínimo no período da comercialização.

Os preços aprovados pelo CMN aplicam-se a determinado nível básico de qualidade de cada produto. Assim, por exemplo, o Preço Mínimo do milho (Cr\$ 735,00/60 kg) se refere exclusivamente ao cereal do tipo 2 (tipo básico). Ao milho do tipo 1 caberá um valor superior, enquanto que o tipo 3 receberá um valor menor. Foram mantidos os mesmos tipos básicos da safra passada. A exceção é o arroz, que, ao invés do tipo 2, passa a ter como tipo básico o tipo 3, com rendimento de 40 por cento de grãos inteiros e 28 por cento de grãos quebrados. Como a diferença de preços entre os tipos 2 e 3 é normalmente de cerca de 4 por cento, o Preço Mínimo do arroz do tipo 2 da próxima safra seria, hoje, de aproximadamente, Cr\$ 1.040,00/50 kg.

Na ocasião do reajuste dos Preços Mínimos, serão divulgados os ágios (acré-

cimos) e deságios (decréscimos) a serem aplicados sobre os valores já reajustados pelo INPC, de modo a estabelecer variações de acordo com a classificação do produto.

Preços mínimos

Os Preços Mínimos aprovados pelo CMN para a safra 81/82 de 17 diferentes produtos agrícolas constam do quadro, discriminadas as Unidades da Federação em que são válidos. No quadro II, segunda coluna, indicamos o mês em que serão iniciadas as operações de AGF e EGF com cada produto e, na terceira coluna, o período considerado para a aplicação do INPC para efeito de reajuste dos preços.

Os AGF e EGF com o arroz irrigado, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, e com o arroz de sequeiro, em Roraima, têm início no mês de agosto e serão realizados com base no novo preço de Cr\$ 1.000,00/50 kg.

Os valores de garantia da cera e do pó cerífero de carnaúba serão, como na safra passada, reajustados trimestralmente. Em coerência com o princípio utilizado para os demais produtos, porém, estes reajustes deixam de ser prefixados e passam a obedecer à variação do INPC ocorrida durante o trimestre. O Preço Mínimo da cera de carnaúba que consta do quadro II é válido para o trimestre agosto/outubro de 1981. Os preços do pó cerífero, sujeitos às mesmas correções, serão divulgados em breve.

Quadro I

Produto	Início das operações de AGF e EGF	Fator de correção (variação do INPC)
Algodão em caroço	fevereiro/82	julho/81 a janeiro/82
Amendoim em casca	dezembro/81	julho/81 a novembro/81
Arroz em casca	fevereiro/82	julho/81 a janeiro/82
Carnaúba	agosto/81	julho/81 (*)
Castanha-do-brasil	janeiro/82	julho/81 a dezembro/81
Castanha-de-caju	setembro/81	julho/81 a agosto/81
Feijão	novembro/81	julho/81 a outubro/81
Girassol	dezembro/81	julho/81 a novembro/81
Juta e Malva	fevereiro/82	julho/81 a janeiro/82
Mamona	abril/82	julho/81 a março/82
Mandioca	abril/82	julho/81 a março/82
Milho	fevereiro/82	julho/81 a janeiro/82
Rami	outubro/81	julho/81 a setembro/81
Seda	outubro/81	julho/81 a setembro/81
Soja	fevereiro/82	julho/81 a janeiro/82
Sorgo	fevereiro/82	julho/81 a janeiro/82

(*) Os Preços Mínimos da cera e do pó cerífero de carnaúba serão reajustados trimestralmente, de acordo com a variação do INPC no período.

PRODUTO	Unidade de medida	Unidades da Federação	Preço Mínimo
ALGODÃO em caroço, fibra 30/32 mm, tipo 5	15 kg	BA (zona 1) DF,ES,GO,MT,MS, MG,PR,RJ,RO,SC e SP	685,00
AMENDOIM em casca ventilado, subtipo C	25 kg	AL,BA,CE,DF,ES,GO,MA,MT, MS,MG,PB,PR,PE,PI,RJ,RN,RS, RO,SC,SP e SE	630,00
ARROZ em casca, longo, tipo 3, rendimento 40/28	50 kg	Todas	1.000,00
CARNAÚBA cera parda (tipo 4)	kg	AL,BA,CE,MA,PB,PE,PI,RN e SE	110,12
CASTANHA-DO-BRASIL com casca	hl	AC,AP,AM,MT,PA,RO e RR	840,00
CASTANHA-DE-CAJU com casca, média, tipo 2	kg	AL,BA,CE,MA,PB,PE,PI,RN e SE	42,00
FEIJÃO anão, tipo 3	60 kg	BA (zona 1), DF,ES,GO,MT,MS, MG,PR,RS,RO,SC e SP	3.150,00
GIRASSOL tipo 2	40 kg	AL,BA,CE,DF,ES,GO,MA,MT, MS,MG,PB,PR,PE,PI,RJ,RN,RS, SC,SP e SE	662,00
JUTA/MALVA seca, solta, embonecada, tipo 5	kg	AM,MA e PA	43,00
MAMONA em baga, tipo 3	60 kg	AL,BA (zona 1), CE,DF,ES,GO, MT,MS,MA,MG,PB,PR,PE,PI,RJ, RN,RS,SC,SP e SE	1.420,00
MANDIOCA raiz	1.000 kg	Todas	3.055,00
MILHO tipo 2	60 kg	AC,AP,AM,BA (zona 1), DF,ES, GO,MT,MS,MG,PA,PR,RJ,RS,RO, RR,SC e SP	735,00
RAMI bruto, seco e solto classe B, tipo 4	kg	BA, PR e SP	50,00
SEDA casulo verde de primeira (com teor líquido de seda de 16% e índice de defeitos de até 3%)	kg	DF,ES,GO,MT,MS,MG,PR e SP	223,00
SOJA padrão básico	60 kg	AL,BA,CE,DF,ES,GO,MA,MT, MS,PB,PR,PE,PI,RJ,RN,RS,SC, SP e SE	945,00
SORGO tipo 3	60 kg	BA (zona 1),DF,ES,GO,MT, MS,MG,PR,RJ,RS,SC e SP	615,00

A raiz de mandioca e o casulo verde de seda não são admitidos nas operações de Preços Mínimos em virtude da rapidez com que se perdem. Os valores estipulados para os dois produtos servem de base para o cálculo dos Preços Mínimos de seus derivados (farinha, fécula e raspa, no caso da mandioca; casulo seco e fio de seda, no caso do casulo verde), estes são aceitos pelo Governo para compra e financiamento da armazenagem. Dessa forma, os Preços Mínimos da raiz e do casulo verde se constituem em valores de referência, abaixo dos quais o produtor não deve comercializar sua mercadoria. Os Preços Mínimos dos derivados serão definidos, oportunamente, pela CFP.

CURSOS PRÁTICOS DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

CURSOS PROGRAMADOS PARA O TERCEIRO PERÍODO DE 1981

ÁREA AGRÍCOLA

CURSO	HORÁRIO	PERÍODO	PROFESSOR
1) Agricultura Biológica	Sábado de 13 hs às 16 hs	26.09 à 14.11.81	Ney Cerbino Vieira
2) Conservação do Solo e Adubação	Domingo de 10 hs às 12 hs	27.09 à 13.12.81	Manoel Antonio Melo
3) Enxertia	Domingo de 10 hs às 12 hs	27.09 à 13.12.81	João Nunes Castello
4) Floricultura	Domingo de 08 hs às 10 hs	27.09 à 13.12.81	Agrícola Castello Borges
5) Fruticultura	Sábado de 10 hs às 12 hs	26.09 à 12.12.81	João Nunes Castello
6) Horticulultura	Sábado de 08 hs às 10 hs	26.09 à 12.12.81	Agrícola Castello Borges
7) Introdução à Jardinagem	Sábado de 09 hs às 11 hs	26.09 à 12.12.81	Marisa Cortes
8) Jardinagem Prática	5a. Feira de 09 hs às 12 hs	01.10 à 19.11.81	Breno Lobato
9) Pragas Doenças Plantas Cultivadas	Sábado de 10 hs às 12 hs	26.09 à 12.12.81	Jair Rodrigues
10) Reflorestamento	Domingo de 08 hs às 10 hs	27.09 à 13.12.81	Ney Cerbino Vieira
11) Plantas Medicinais	Sábado de 13 hs às 16 hs	28.09 à 14.11.81	Mauro Neves
12) Noções e Reconhecimento de Plantas Tóxicas Melíferas	Sábado de 12 hs às 14 hs	26.09 à 12.12.81	Giuseppe Martire
13) Citricultura	Sábado de 14 hs às 16 hs	26.09 à 12.12.81	Agostinho Dirceu Didonet
14) Cultura de Plantas de Raízes e Tubérculos	Sábado de 13 hs às 16 hs	26.09 à 14.11.81	Lúcia de Miranda Leite
15) Paisagismo	Sábado de 13 hs às 16 hs	26.09 à 14.11.81	Paula Parreiras Horta

ÁREA ANIMAL

CURSO	HORÁRIO	PERÍODO	PROFESSOR
1) Apicultura	Sábado de 08 hs às 10 hs	26.09 à 12.12.81	Adolf Max
2) Apicultura	Sábado de 10 hs às 12 hs	26.09 à 12.12.81	Adolf Max
3) Avicultura	Sábado de 08 hs às 10 hs	26.09 à 12.12.81	Ismerino Galdino de Lima
4) Criação de Cães	Sábado de 13 hs às 16 hs	26.09 à 12.12.81	Paulo Scherer
5) Criação de Caprinos	Sábado de 08 hs às 10 hs	26.09 à 12.12.81	Luis Fernando D. Medeiros
6) Cunicultura	Sábado de 10 hs às 12 hs	26.09 à 12.12.81	Ismerino Galdino de Lima
7) Equinocultura	Sábado de 10 hs às 12 hs	26.09 à 12.12.81	Paulo Scherer
8) Instalação de Animais Domésticos	5a. Feira de 10 hs às 12 hs	01.10 à 17.12.81	Luis Fernando D. Medeiros
9) Introdução à Zootecnia	Domingo de 08 hs às 10 hs	27.09 à 13.12.81	Luis Fernando D. Medeiros
10) Parasitos, Controle e Profilaxia	Sábado de 08 hs às 10 hs	26.09 à 12.12.81	Paulo Scherer
11) Pastagens Conservação de Forragens	Domingo de 10 hs às 12 hs	27.09 à 13.12.81	Olavo Rimoli Filho
12) Piscicultura Alimentos	Sábado de 12 hs às 14 hs	26.09 à 12.12.81	Claudio Valente Scultori
13) Ranicultura	Sábado de 14 hs às 16 hs	26.09 à 12.12.81	Claudio Valente Scultori
14) Raças Animais Domésticos	Domingo de 10 hs às 12 hs	26.09 à 12.12.81	Luis Fernando D. Medeiros
15) Manejo de Bovinos Leiteiros	Domingo de 08 hs às 10 hs	27.09 à 13.12.81	Olavo Rimoli Filho
16) Suinocultura	Sábado de 08 hs às 10 hs	26.09 à 12.12.81	Ervan Freidman
17) Ovinocultura	Sábado de 15 hs às 17 hs	26.09 à 12.12.81	Paulo Scherer
18) Criação de Búfalos	Sábado de 14 hs às 16 hs	26.09 à 12.12.81	Olavo Rimoli Filho

INTERESSE GERAL

CURSO	HORÁRIO	PERÍODO	PROFESSOR
1) Administração Rural	Sábado de 10 hs às 12 hs	26.09 à 12.12.81	Manoel Antonio Melo
2) Irrigação e Drenagem	Sábado de 12 hs às 14 hs	26.09 à 12.12.81	Agostinho Dirceu Didonet
3) Máquinas e Implementos Agrícolas	Sábado de 13 hs às 16 hs	26.09 à 12.12.81	Jair Rodrigues
4) Oficina Rural	Sábado de 14 hs às 16 hs	26.09 à 12.12.81	Israel Antonio de Abreu
5) Princípios e Conservação de Alimentos	5a. Feira de 14 hs às 17 hs	01.10 à 19.11.81	João Tanajura
6) Ecologia	Sábado de 13 hs às 16 hs	26.09 à 14.11.81	Marcio H. Albuquerque
7) Cooperativismo, Legislação e Mercado Agropecuário	Sábado de 12 hs às 14 hs	26.09 à 12.12.81	Manoel Antonio Melo

Informações e Inscrições:

Escola de Horticultura Wenceslão Bello

Avenida Brasil, nº 9.727

Tels.: 260-2633 e 230-0718

Rio de Janeiro - RJ

Horário de Funcionamento:

2ª a sábado - de 7 às 16 horas

Domingos - de 7 às 12 horas



SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

PANORAMA

Agricultura brasileira: Grande peso na balança agrícola mundial



Edouard Saouma (ao centro) recebe dos técnicos do Centro de Seringueira e Dendê, localizado na Amazônia, explicações sobre projetos que estão sendo desenvolvidos naquela região.

Floresta Amazonica: necessidade da exploração racional para conservação dos recursos naturais.

O Diretor-Geral da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, Edouard Saouma, visitou o Brasil em maio passado, sendo recebido em audiência pelo Presidente João Figueiredo e pelos Ministros da Agricultura, Planejamento, Relações Exteriores e Indústria e Comércio.

Durante sua visita de 11 dias, Saouma conheceu vários projetos brasileiros que objetivam maior desenvolvimento e aperfeiçoamento do setor agrícola nacional, entre os quais, o Centro de Pesquisas do Cerrado, localizado em Brasília; projetos de colonização do INCRA em Rondônia; o Centro da Seringueira e unidades de pesquisa da EMBRAPA no Amazonas; projetos do Provárzeas em Minas Gerais; e em São Paulo, projetos do Proálcool.

Antes de deixar o nosso País, o Diretor-Geral da FAO concedeu entrevista

coletiva à imprensa. Os trechos mais significativos seguem abaixo:

"A agricultura brasileira pesa sensivelmente na balança agrícola mundial e, nos próximos anos, desempenhará um papel ainda mais importante, por duas razões: primeiramente pela alta prioridade que a agricultura ocupa na política e nos programas de desenvolvimento do país; em segundo lugar, pelo enorme potencial das terras ainda não exploradas de que o Brasil dispõe e que representam uma quarta parte das reservas de terras cultiváveis existentes no mundo.

Depois de ter conversado com os principais dirigentes do país e ter realizado breves visitas ao campo Cerrado, Rondônia, Amazonas e São Paulo, não poderia deixar de felicitar o Governo brasileiro por haver conferido uma tão alta prioridade ao desenvolvimento agrí-

cola. Na minha opinião, muitos poucos países foram tão longe nesta decisão.

Não dispondo de dados sobre as projeções da produção agrícola brasileira para os próximos decênios, continua Saouma, é difícil ter uma imagem da evolução de sua agricultura nos anos vindouros. Todavia, considero útil participar algumas de minhas impressões colhidas no decurso desta viagem.

Aumento da produção e conservação dos solos

Parece que o crescimento da produção brasileira se apóia, sobretudo, em uma extensão das superfícies cultivadas. Sobre isto é necessário ressaltar que as novas terras a serem postas em produção são frágeis e de difícil manejo, particularmente na Região Amazônica e nos Cerrados.

Resulta, então, que uma atenção toda especial deverá ser dada à conservação dos solos e à luta contra a degradação das terras. Será necessário reforçar os serviços de conservação de solos e capacitar, igualmente, especialistas neste campo.

Pesquisa e apoio técnico garantem boa produção

As pesquisas e as experimentações agrícolas na Amazônia e no Cerrado são recentes e ainda não podem proporcionar a garantia de uma produção sustentada das culturas adotadas. Infelizmente não existe no mundo, pelo menos na escala brasileira, experiências de exploração de terras em situações análogas. Este fato põe em relevo toda a importância da pesquisa agrícola no plano nacional e a necessidade imperiosa de se apoiar tecnicamente os agricultores que, vindos de outras regiões densamente povoadas, devem enfrentar condições ambientais que não lhe são familiares. Os esforços neste campo deverão ser desenvolvidos na medida em que se processa a colonização das novas terras.

Floresta amazônica: Necessidade de exploração racional

A floresta Amazônica representa um recurso natural muito importante para o Brasil. Tudo indica que a vocação ótima dos solos da Amazônia é a floresta e que, conseqüentemente, será vantajoso mantê-la e administrá-la de forma racional.

A exploração da floresta Amazônica necessita a elaboração de um código florestal que permita uma exploração silvícola que assegure a conservação destes recursos para as gerações futuras. A aplicação deste código deveria ser confiada a um corpo de guardas florestais. O reflorestamento e a regeneração das zonas desmatadas deverão ser encorajadas e apoiadas pelo Governo, tendo em vista as implicações, a longo prazo desta política.

Nas proximidades de Manaus notei que um esforço é feito no sentido de transformar esta floresta em culturas arbóreas, como a borracha e o dendê. A história recente demonstrou que as operações comerciais em grande escala nem sempre são coroadas de êxito, a menos que sejam baseadas nos resultados de uma pesquisa suficientemente prolongada no tempo e específica às condições do meio brasileiro.

A fertilidade dos solos é muito fraca na Amazônia e tende a desaparecer poucos anos após o desmatamento. Sua evolução fora do sistema florestal é ainda pouco conhecida.

O acesso à floresta Amazônica é difícil e não se dispõe de um inventário sistemático de seus recursos. Parece indispensável, assim, reforçar os serviços responsáveis pelos recursos florestais do país. Em alguns países observa-se que responsabilidades como estas são assumidas a nível ministerial.

Rondônia: Café e cacau com produções excedentes

A plantação de café e de cacau na zona florestal permite questionar sobre as condições de mercado para estes dois produtos cuja produção já apresenta excedentes.

Os problemas de comercialização pesam menos para a borracha e para os óleos vegetais, porque para eles a demanda e os preços são mais sustentados. Além disso, parece que o Brasil importa uma grande parte da borracha de que necessita.

Cerrado: Produção de alimentos deve aumentar

O crescimento da produção alimentar ganhou um impulso particular no Cerrado. É com um interesse muito es-

pecial que acompanharemos o desenvolvimento desta região anteriormente considerada pouco apta para as culturas anuais em razão dos problemas de fertilidade dos solos.

Pesca: Grande esforço na exploração

Os recursos pesqueiros do país são, ao que tudo indica, consideráveis, e será necessário desenvolvê-los tanto na água doce quanto nas áreas costeiras. A exploração da zona econômica marítima exclusiva exigirá um esforço muito grande e poderá constituir-se em uma importante fonte de proteínas.

Cereais: Importância especial

A FAO compartilha a grande preocupação do Governo com referência às necessidades de importação de trigo pelo país, importações que deverão crescer. A pesquisa e a experimentação visando a introdução do trigo no Cerrado se reveste, conseqüentemente, de uma importância toda especial e esperamos que este esforço seja coroado de sucesso. Uma atenção permanente deverá, de todas as maneiras, ser consagrada à intensificação da produção nas regiões de país onde este cereal já é cultivado atualmente.

Quanto ao arroz, a utilização das várzeas parece ser particularmente adaptada ao incremento de sua produção.

Fertilizantes - Energia: Proálcool desperta grande interesse

A expansão e a intensificação da agricultura exigirão insumos energéticos consideráveis. A utilização de terras ácidas aumenta as necessidades de fertilizantes e de correções com calcários e fosfatos. Um esforço particular será requerido a fim de assegurar um grau mais elevado de auto-suficiência no fornecimento de fertilizantes baseado nos recursos de que o Brasil dispõe neste campo.

O programa energético Proálcool parece-nos de grande interesse porque é criador de novos empregos e estimula a produção animal, a agro-indústria e a economia em geral. Todavia ele nos pa-

rece ser específico para as condições brasileiras, face à grande disponibilidade de terras aptas à produção da cana de açúcar.

Não posso ocultar uma certa preocupação quanto a uma possível competição entre as culturas energéticas e as culturas alimentares. Com efeito, os planos de desenvolvimento agrícola devem levar em conta as necessidades nutricionais, tanto qualitativas, quanto quantitativas, da população brasileira, adverte Saouma.

Fao acompanha com enorme interesse desenvolvimento do setor agrícola brasileiro

Concluindo, gostaria de sublinhar, em primeiro lugar, que o Brasil, assim como numerosos outros países, sofre há muitos anos os efeitos da deterioração dos termos de comércio. Na verdade, eles recebem preços cada vez menos elevados por suas exportações agrícolas, constituídas essencialmente, de produtos tropicais, como o café, o cacau, o açúcar, etc. Por outro lado, os preços dos produtos importados dos países industrializados, assim como o petróleo, não cessam de aumentar. Este desequilíbrio, ao qual se acrescenta a inflação, é a origem dos déficits das balanças de pagamento dos países em desenvolvimento.

Somente o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional poderá assegurar um melhor equilíbrio nas trocas comerciais entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

A FAO, por seu lado, se felicita de estar associada, há mais de vinte anos, ao desenvolvimento agrícola conduzido pelo Governo brasileiro, particularmente nos setores da irrigação, do estudo de solos, da silvicultura, da pesca, da comercialização e de planejamento. Nossa Organização está disposta a prosseguir com esta cooperação, não apenas no interesse do Brasil, mas também no da comunidade internacional, que deverá poder contar nos anos vindouros com o aproveitamento dos consideráveis recursos agrícolas deste país para satisfazer suas necessidades alimentares.

A FAO continua a acompanhar com enorme interesse o desenvolvimento da agricultura brasileira. E não quero deixar este belo país sem prestar uma homenagem particular ao Presidente Figueiredo e ao seu Governo pelo notáveis esforços que não cessam de desenvolver no domínio tão vital da agricultura".

Pesquisa de suínos economizará Cr\$ 2,3 milhões

O Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves — CNPSA, economizará Cr\$ 1,8 milhões anualmente com a utilização de dejetos biodigeridos na produção de 259 toneladas de milho em substituição ao adubo químico.

Além disto, uma economia adicional, da ordem de Cr\$ 500 mil será obtida na geração de energia elétrica a partir do biogás produzido na criação de suínos.

O aproveitamento do potencial energético dos dejetos de suínos aliado à redução da poluição do meio ambiente, motivou o CNPSA a elaborar o programa de utilização do biodigestor.

A execução desse programa permitirá também que os pesquisadores do CNPSA avaliem e aperfeiçoem o processo como fator de recuperação de energia e elementos fertilizantes.

Esta tecnologia necessita desenvolver-se mais no meio rural a ser difundida ao maior número possível de produtores.

Atualmente, biodigestores já estão em implantação ou em funcionamento, em dezenas de propriedades do sul do país. Uma de suas finalidades é a produção de energia a partir do biogás obtido, capaz de acionar conjuntos geradores, produzindo eletricidade necessária para o consumo do produtor.

Outra vantagem da biodigestão de fezes, urina e desperdício de água e ração, está na estabilização e recuperação de 45 por cento a mais de nitrogênio contido nestes dejetos, quando comparado com dejetos "in natura". Daí o alto valor fertilizante de fezes e urina biodigeridas.

O biodigestor do CNPSA, terá a capacidade de 90 m³ e sua produção será em média de 50 a 60 m³ de biogás/dia, além de quatro toneladas/dia de fertilizantes.

A matéria-prima (dejetos), será oriunda da Fase de Terminação de Produção de Suínos, a qual produz aproximadamente 10 mil litros/dia, o que possibilitará atingir os objetivos propostos pela criação da Unidade de Biodigestor.

A economia prevista na unidade de produção de suínos será motivada pela desativação de energia elétrica de 70 lâmpadas de infra-vermelho de 250 watts cada e de 100 banhos diários nos chuveiros sanitários.

A redução da capacidade de poluição do meio ambiente e diminuição

de possíveis transmissores de parasitas e bactérias também constituir-se-ão em benefícios inestimáveis.

Em outras palavras, reveste-se da maior importância a iniciativa desta instituição que, a partir do final do ano, estará pesquisando com economia e maior racionalização no aproveitamento de recursos naturais.

Suinocultor pode economizar ração balanceada

É possível obter-se uma economia anual de Cr\$ 2.311,00 por porca criadeira, se adotado um sistema de manejo que permite reduzir a quantidade de ração em 600 gr por dia para cada porca durante a gestação.

Um estudo realizado por pesquisadores da EMBRAPA constatou que esse menor consumo de alimentos não causou nenhum prejuízo para porca, nem para o número e peso dos leitões ao nascerem.

Conforme esta pesquisa, uma matriz suína que normalmente come 2 kg de ração por dia, pode receber apenas 1,4 kg, desde que seja mantido o mesmo teor de vitaminas e minerais.

Isto significa uma economia na utilização de milho e soja, cereais que atualmente ajudam a encarecer o preço das rações.

Para um rebanho de 100 porcas em produção, esta redução de custo representará Cr\$ 231.000,00 no período de um ano.

CMN aprova medidas de estímulo ao plantio de feijão

O Conselho Monetário Nacional (CMN), referendou uma série de medidas propostas pelo Ministério da Agricultura objetivando estimular o plantio de feijão em áreas irrigadas e várzeas sistematizadas. Entre as medidas, destaca-se o financiamento de 100 por cento do VBC (Valor Básico de Custeio) e de 100 por cento dos gastos com aquisição de máquinas e equipamentos de uso específico na lavoura de feijão, independente do porte do produtor.

O CMN estipulou também a cobertura do Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) em 90 por cento do VBC (20 por cento a mais que nos

outros produtos agrícolas) e, a critério do mutuário, em 90 por cento dos recursos próprios eventualmente utilizados por ele. O prêmio do Proagro foi fixado em 1 por cento do valor da dívida e, se for o caso, em 1 por cento do montante de recursos próprios do agricultor.

Os VBC aprovados pelo CMN para o feijão irrigado e o de várzeas sistematizadas são os seguintes:

Faixa de produtividade (kg/ha)	VBC (Cr\$/ha)
Até 1.000	21.300,00
de 1.001 a 1.500	24.300,00
de 1.501 a 1.800	26.300,00
de 1.801 a 2.200	31.800,00
acima de 2.200	36.900,00

Nos contratos de custeio assinados até 30 de junho próximo, continuam vigentes as taxas de juros cobradas nos plantios de feijão em 1980 e no início deste ano, variando entre 21 e 33 por cento ao ano. Após essa data, as taxas serão as mesmas que já vêm sendo aplicadas ao custeio das demais lavouras — 35 ou 45 por cento a.a. —, conforme indicado a seguir:

	Áreas da Sudam/Sudene, Esp. Santo e Vale do Jequitinhonha (MG) % a.a.	Demais regiões % a.a.
Até 30.6.81 mini e pequenos produtores demais produtores	21 30	24 33
Após 30.6.81 mini, pequenos, médios e grandes produtores	35	45

O mutuário que já tiver contratado custeio de feijão nesta safra não é obrigado a liquidar, antecipadamente, o débito desse custeio para que possa fazer jus aos recursos destinados ao cultivo de feijão irrigado e de várzeas.

Nos financiamentos de investimento para a compra de máquinas e equipamentos, incidem, desde agora, juros de 35 por cento a.a., nas áreas da SUDAM e SUDENE, Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha, e de 45 por cento a.a., nas demais regiões do País. As aquisições devem ser compatíveis com a dimensão do empreendimento do mutuário, restringindo-se a trilhadeira e colheitadeira de feijão, equipamentos de irri-

gação, e, no caso de cooperativas de produtores, as máquinas de beneficiamento, seleção e empacotamento da leguminosa.

Para os produtores de feijão em áreas de várzeas sistematizadas, o CMN aprouvou, complementarmente às outras medidas, o seguinte tratamento diferenciado:

a) assistência técnica gratuita, a ser paga pelo Ministério da Agricultura;

b) prioridade para aquisição de sementes oriundas dos estoques governamentais (CFP e Secretarias de Agricultura), por indicação do órgão de assistência técnica; e,

c) a título de prêmio, reembolso dos gastos com a compra de sementes fiscalizadas ou certificadas, desde que o volume produzido de feijão seja igual ou superior à estimativa inicial, sob comprovação da assistência técnica. O reembolso é feito ao final da colheita; à conta do Ministério da Agricultura.

Para se beneficiarem das medidas ora estabelecidas pelo Conselho Monetário para o cultivo de feijão irrigado e de várzeas sistematizadas, os agricultores devem comprometer-se formalmente, em cláusula especial no contrato de crédito, a plantar o produto por três anos consecutivos. As áreas cultivadas no segundo e terceiro ano devem ser iguais a, pelo menos, 50 por cento da área do primeiro ano.

Ainda conforme resolução do CMN, em regiões consideradas adequadas ao plantio de feijão, a concessão de crédito para a formação ou renovação de cana-de-açúcar, café, seringueira, fruticultura e essências florestais fica condicionada ao cultivo da leguminosa em área equivalente a, pelo menos, 5 por cento da ocupada por aquelas outras plantações. O CMN condiciona também a concessão de crédito para o custeio de lavouras irrigadas em geral — à exceção dos produtos hortícolas —, no período de junho/81 a junho/82, ao plantio de feijão em área equivalente a, pelo menos, 10 por cento da financiada com outras culturas. Cabe às instituições financeiras definir as regiões e épocas adequadas ao cultivo de feijão, com base em laudos dos órgãos de assistência técnica.

Outra medida referendada pelo Conselho Monetário foi o reajuste do Preço Mínimo da semente de feijão, que passa para Cr\$ 85,00/kg, no caso da semente fiscalizada, e Cr\$... 93,00/kg, no caso da semente certificada. A semente de feijão recebe o amparo da Política de Garantia de Preços Mínimos em todo o território nacional.

IBDF assina convênio para reflorestamento

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, assinou, com o Governo de Minas Gerais, importantes convênios nas áreas de fiscalização de flora e fauna, reflorestamento de pequenos e médios imóveis rurais e em grandes centros urbanos.

Um dos convênios, no valor de Cr\$... 40 milhões, firmado com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, visará o plantio de 3.700 hectares de florestas em pequenas e médias propriedades rurais do Estado, dentro do Programa de Reflorestamento de Pequenos e Médios Imóveis Rurais — REPEMIR, do IBDF. Com este acordo, aumentou para Cr\$ 87 milhões o total de recursos aplicados pelo REPEMIR em Minas Gerais.

O Programa é desenvolvido pelo IBDF, com recursos do Conselho Nacional de Petróleo — CNP, visando dar cumprimento à sua política de reposição florestal. Segundo Mauro Reis, presidente do Instituto, o REPEMIR vem tendo efeitos altamente positivos sobre o nível da ocupação da mão-de-obra rural, além de oferecer ao produtor várias perspectivas em termos de aproveitamento econômico de seus recursos naturais renováveis, na medida em que lhes oferece uma fonte energética adicional (carvão e lenha) e disponibilidade própria de madeira para construções rurais.

Produtor de cacau inaugura sua indústria

O Secretário Geral do Ministério da Agricultura, Pedro Moura Maia, e o Governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, inauguraram, recentemente, em Ilhéus - BA, a ITAISA — Itabuna Industrial S.A. — unidade de processamento de cacau que marca o ingresso do produtor de cacau brasileiro na industrialização do produto. O controle acionário da ITAISA está dividido entre a Copercacau (40% das ações), o grupo francês Cacao Barry, que entra com o know-how (40%), o Governo Federal através da CEPLAC (11%), o Governo da Bahia com o IBC (5%), e o restante (4%) subscritos por outros investidores — o que perfaz 60% de capital nacional no empreendimento.



Segundo Mauro Reis, o REPEMIR proporciona a maior ocupação da mão-de-obra rural.

UFRJ realiza cursos de Pós-graduação

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, através do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação, está oferecendo cursos de Mestrado, nas áreas de Ciência do Solo, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Parasitologia Veterinária, Patologia Animal, Patologia Clínica, Química Orgânica — Fitoquímica e ainda cursos de Doutorado na área de Parasitologia Veterinária.

As inscrições iniciam no dia 1º de setembro e se estenderão até 31 de outubro, para início em março de 82, podendo ser feitas pelo correio. Maiores informações no Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRJ — Km 47 da Antiga Rodovia Rio-São Paulo — CEP 23.400 — Seropédica — RJ — Telefone: 788-2300, ramal 431.

Seminário sobre cooperativas em Goiânia

Visando proporcionar maior integração das Cooperativas de Trabalho, bem como buscar solução para seus problemas essenciais, a Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB, fará realizar, no período de 06 a 09 de outubro próximo, nas Termas Pousada do Rio Quente, em Caldas Novas — GO, o I Seminário Brasileiro de Cooperativas de Trabalho.

Maiores informações a respeito do evento poderão ser obtidas na OCB, no seguinte endereço: SCS Edifício Barakat / 4º andar — 10.309 — Brasília — DF — Tels.: 225.0275 e 225.0315.

Na Exposição Nacional do Zebu, o polêmico discurso do presidente da ABCZ

Durante a abertura oficial da 47ª Exposição Nacional de Zebu, o presidente da ABCZ, Manoel Carlos Barbosa, ao recepcionar o Presidente da República, João Batista de Figueiredo, convidado de honra do evento, pronunciou um discurso que não agradou o Presidente Figueiredo, que retirou-se, visivelmente irritado, do Palanque Oficial. A LAVOURA publica a íntegra do discurso de Manoel Carlos Barbosa:

"... Há dois anos atrás, quando inaugurávamos a 45ª Exposição Nacional de Zebu, falávamos aqui neste mesmo local que uma nova luz surgia nos horizontes da agropecuária brasileira. Era a luz representada pela prioridade ao desenvolvimento agropecuário, sustentada por Vossa Excelência num gesto que demonstrava a importância do setor nos planos do governo. Contudo, sentimos que essa prioridade — tão necessária para transformar o potencial de produzir alimentos em produção efetiva de alimentos — não pôde ser implantada segundo o desejo de Vossa Excelência. Os números do orçamento monetário nacional provam que os recursos alocados à agropecuária para este ano de 1981 são, em valores reais, inferiores aos de 1980. Em 1981, o total do crédito para toda a agropecuária, segundo o orçamento monetário, apresenta apenas 53,7 por cento de crescimento nominal sobre o de 1980; a previsão de crescimento de empréstimos do Banco do Brasil é de apenas 48,8 por cento, em valores nominais. No contexto dos crescimentos previstos para o setor rural, o custeio pecuário, em particular, deverá crescer absolutamente nada em 1981. O saldo da conta de custeio pecuário no Banco do Brasil, que era de Cr\$ 29 bilhões em dezembro de 1980, deverá permanecer inalterado até dezembro de 1981, o que significa que nenhum recurso adicional deverá ser repassado por meio desta conta no presente ano. Todos esses números — mesmo aqueles em que o crescimento nominal é positivo — revelam-se bem inferiores aos níveis de inflação previstos para este ano. Esses números significam uma compressão violenta na liquidez do setor. Significam que a prioridade não chegou à agropecuária.

Senhor Presidente. Se sabemos como é difícil hoje conduzir uma empresa ou um empreendimento agropecuário, sabemos que muito mais difícil é con-

duzir os destinos de uma nação. Portanto, não estamos aqui — nós, da agropecuária — fazendo cobranças. Estamos apenas relatando aquilo que sentimos e vemos: a prioridade agropecuária não aconteceu. A agropecuária vem hoje à presença de Vossa Excelência pedir racionalização na distribuição dos recursos dos orçamentos públicos nacionais. A agropecuária é o setor da economia que ainda consegue crescer, mesmo com todas as penalidades a ela impostas. Atualmente, por exemplo, quando as dificuldades sócio-econômicas abatem-se sobre o país, a chegada de uma boa safra começa a desanuviar o horizonte dos setores industriais e de serviço. A agropecuária, como o componente mais avançado de nossa economia, é, em contrapartida, o mais penalizado. Por isso, reafirmamos: é preciso redirecionar os recursos dos orçamentos públicos para valorizar o produtor agrícola, a fim de que o setor tenha mais força para levantar a economia da nação. Daqui a dois ou três anos, no máximo, teremos novamente de importar carne bovina, para suprir a demanda interna. Isto porque as atitudes agora adotadas não levam em conta a realidade do ciclo da pecuária. Por isso a matança indiscriminada de matrizes novamente começa a acontecer. Após dois anos de uma relativa evolução para o setor, em 78 e 79, reinicia agora a pecuária o processo de liquidação prematura do rebanho, que precisa ser preservado para não nos levar a uma crise de amplas proporções. O criador está desestimulado e começa a se desfazer do próprio investimento que são as matrizes.

"A prioridade ao setor, prometida por Vossa Excelência com tanta sinceridade, porém impossibilitada de ser posta em prática, a agropecuária hoje, realisticamente, sugere seja interpretada como racionalização na distribuição dos recursos existentes. Nós, do segmen-

tos da pecuária, oferecemos de antemão ao governo, a proposta de que tais recursos sejam efetivamente direcionados para as atividades de base, para apoiar o criador. Para que o criador tenha condições de praticar uma pecuária verdadeiramente produtiva. A ABCZ, como entidade que luta pelo aprimoramento constante das raças zebuínas no país, hoje representando 80 por cento da carne bovina consumida internamente e exportada, já ofereceu ao governo um amplo estudo visando a adoção de medidas para estimular a pecuária seletiva. Medidas essas que — repetimos — podem ser adotadas apenas redirecionando os recursos existentes. A racionalização na aplicação dos recursos para o setor, demonstra por exemplo, que se deve estabelecer, de imediato — entre outros — um programa de aporte creditício que, voltado para o segmento criatório da pecuária, vincule o financiamento à vaca com cria ao pé, por um período de 12 meses. Nesse caso haveria um incentivo à produção de novas fêmeas mais precoces e produtivas. Além disso, a vaca financiada poderá ser representada para novo financiamento a cada ano, desde que tenha nova cria. A ABCZ, Senhor Presidente, está assumindo um papel realista. Hoje estamos todos preocupados com o desemprego nas áreas urbanas. Não será hora de repensar aquilo que foi feito? A mão-de-obra que sobra na cidade não será aquela que falta no campo? Aquela da qual o campo precisou abrir mão porque os recursos que precisava foram direcionados para outros setores?

"Senhor Presidente, dentro da racionalidade na alocação de verbas, é preciso também repensar a relação entre o crédito para custeio e o crédito para investimento. Custeio é capital de giro. Precisa, é verdade, de grande volume de recursos para fortalecer a economia com resultados de produção. Porém, o investimento — que é o responsável pela criação de novos instrumentos da produção agropecuária — carece de apoio. Consistindo em aplicações de médio e longo prazo, precisa de taxas mais vantajosas, de novas linhas de crédito. A relação atual, portanto, necessita ser completamente repensada, a fim de que se promova a expansão dos meios de produção agropecuária antes de mais nada através de novos investimentos.

A agropecuária, Sr. Presidente, vem sofrendo as consequências da elevação desmesurada dos preços dos insumos, como, por exemplo, dos fertilizantes, que subiram de 150 a 200 por cento e também a elevação dos preços de defensivos e equipamentos. Sofre as consequências de elevadas taxas de juros. A taxa de custeio agrícola — que era de

em média 26 por cento — hoje alcança 45 por cento mais IOF, e a taxa de juros do investimento rural é ainda maior, em torno de 70 a 80 por cento. Ao lado disso, vimos assistindo a uma sucessão de preços cadentes de nossos produtos. Entre 79 e 80, o preço médio recebido pelo pecuarista caiu de 14 por cento, descontada a taxa de inflação; prevemos queda acumulada de 40 por cento em valores reais, entre os preços de 79 e o preço médio deste ano. Somem-se todos esses fatores, e estão justificados o sentimento de desamparo da agropecuária, em geral, e é praticamente certa a escassez de carne no mercado, dentro de 2 anos, no caso particular da pecuária.

Além disso, não participamos dos subsídios concedidos à exportação dos produtos industrializados, que procuram desenvolver ou ao menos manter a oferta de emprego urbana. A agropecuária não conta com este tipo de incentivos. A taxa de câmbio da agricultura, por exemplo, está hoje penalizada em torno de 25 por cento, porque nosso setor não recebe os créditos-prêmios nem tampouco os juros subsidiados concedidos à exportação de manufaturados. Defendemos hoje, Senhor Presidente, uma economia solidária. A agricultura — voltamos a insistir — está em busca da racionalização na alocação dos recursos do país. No campo da convivência com os demais setores da economia, está se rearticulando para que sua voz seja ouvida no mesmo nível e toda a sociedade possa entender o seu valor como base de toda nossa evolução econômica.

A presença de Vossa Excelência e de seus ilustres ministros — especialmente Ângelo Amaury Stabile, da Agricultura — hoje aqui em Uberaba, é, para nós, um estímulo. O estímulo de que somos ouvidos e as portas do governo estão abertas para que ofereçamos nossa participação. A agropecuária está conscientizada de que deve se rearticular para que possa também fazer chegar à economia o desejado processo de abertura política tão bem conduzido por Vossa Excelência. Em benefício do país e do povo do campo, não podemos abrir mão da posição que devemos ocupar na economia e em todo o contexto político-social da nação. Vossa Excelência precisa de uma agropecuária com voz e atitudes coerentes para apoiar a liderança que Vossa Excelência efetivamente exerce. A ABCZ, consciente desta necessidade, está convocando todos os agropecuaristas dispostos a enfrentar o desafio histórico do presente: fortalecer nossa estrutura sócio-econômica partindo da prioridade de alimentar, vestir e educar o povo brasileiro”.

Empresários reunidos para vencer a crise na avicultura



Avicultura: crise advém do excesso de produção.

Há vários meses a avicultura vem sofrendo uma das piores crises já enfrentadas pelo setor. A causa principal, segundo empresários da área, é o excesso de produção que, apesar de ter sido reduzida em várias áreas, a oferta continua sendo acima da demanda.

Para análise e discussão destes e outros problemas, reuniram-se, em São Paulo, representantes de órgãos governamentais e de algumas das mais expressivas entidades, associações e sindicatos do País, ligados ao setor.

A procura de novos mercados internos, como empresas estatais, forças armadas, programas de merenda escolar e aumento do consumo em creches e hospitais, foram algumas das propostas apresentadas, com o objetivo de que fossem traçadas diretrizes para um melhor aproveitamento da produção.

Controle da produção: Medida para evitar crises

Para Bertrand Archambeaud, da Socil, por exemplo, o ideal seria produzir-se exatamente o que fosse necessário. Embora pareça uma solução fácil, trata-se de tarefa bastante delicada num regime de economia liberal. Todavia, a sua sugestão é bastante interessante: “O primeiro passo seria a elaboração de uma estatística semanal ou mensal do número de ovos colocados em incubação. Se todos os incubatórios aceitarem esse controle, seria possível determinar-se, com três meses de antecedência, a produção prevista de frangos. Assim, os diversos segmentos da produção, rapidamente informados, poderão tomar as decisões para reduzi-la ou aumentá-la, regulando o mercado futuro.

Numa segunda etapa, poderia se criar um mecanismo regulador do mercado,

que, ao notar excedentes de produção, retiraria uma certa quantidade de ovos destinados à incubação. Dessa forma, sem muitos custos, contando, no entanto, com a contribuição mínima de cada elo da avicultura, com a meta de se corrigir a produção, evitaria-se o prolongamento das crises que abalam periodicamente o setor.

Roberto Pessoa, presidente da UBA, afirmou que “a avicultura precisa, imediatamente, de crédito e financiamento suficientes para garantir a implantação de uma infra-estrutura adequada no setor de armazenagem de grãos para a fabricação de rações. Além disso, introduzir, também, processos mais adequados para o abate de aves com vistas à exportação e melhorar a estrutura de frio para o adequado armazenamento e transporte dos produtos avícolas, principalmente os destinados ao mercado externo”.

O presidente da APA, Roberto Sato, por sua vez, analisou alguns aspectos dos custos financeiros na avicultura e propôs o retorno da Nota Promissória Rural ao sistema anterior, enquadrada na Resolução 69 (Crédito Rural) para os produtos avícolas — ovos, frangos e milho, quando adquiridos pelos produtores-avicultores.

Preocupado com o pequeno produtor, Marcelo Correa, da ANFAR, defendeu a tese da importância de beneficiá-lo com mais créditos, que, atualmente, ficam praticamente somente com os grandes. Além disso, concluiu, com mais orientação técnica, hoje oferecida, em parte, pelos fabricantes de rações, implementos, medicamentos e pelos órgãos de extensão rural do governo, o pequeno produtor poderia melhor suportar as crises e continuar produzindo, evitando-se, assim, o quadro atual de desânimo do setor, onde grande parte de pequenos avicultores foram forçados a fechar suas granjas.

Abastecimento e comercialização do feijão

Eng. Agr. Darli Dossa (*)



Produção nacional de feijão decresceu 40 por cento na última década.

A produção mundial de feijão, que na última década cresceu a uma taxa média anual em torno de 2,3 por cento, tem gerado excedentes exportáveis insignificantes.

No Brasil a produção desta leguminosa que é uma importante fonte protéica na dieta de nossa população, notadamente os de média e baixa renda, decresceu a uma taxa de 3,6 por cento ao ano, enquanto o contingente

humano nacional cresceu a uma taxa anual de 2,4 por cento na última década. Como consequência, a produção desta cultura para cada brasileiro, que era de 28,0 kg em 1971 passou a 16,5 kg em 1980, ou seja, um decréscimo superior a 40 por cento. Neste mesmo período, o consumo per capita de trigo cresceu em 58,8 por cento, significando que a população brasileira está consumindo mais pão e menos feijão.

Apesar das perspectivas, a curto prazo não serem favoráveis, é imperativo que a pesquisa gere variedades mais produtivas e mais resistentes às condições adversas de clima e incidência de pragas e doenças, para que a oferta deste produto cresça pelo menos à mesma taxa de crescimento da população brasileira.

Panorama internacional

Segundo a FAO, a produção média mundial de feijão, no triênio 1978-80, foi estimada em 14.540 mil toneladas, sendo que os países maiores produtores neste período foram a República Popular da China (25,4%), Índia (17,6%), Brasil (14,7%), México (7,2%) e Estados Unidos (6,6%). Apesar do substancial volume da produção mundial de feijão, o comércio internacional deste produto é relativamente insignificante devido a dois fatores:

a) como os países grandes produtores são igualmente grandes consumidores, o excedente exportável é pequeno;

b) os hábitos alimentares entre os países são bastante diversificados, e, mesmo entre regiões de um mesmo país, há preferências, pelos tipos comerciais.

Comparando-se a média do triênio 1977-79 (17,1 milhões de toneladas) com a de 1969-71 (14,2 milhões de toneladas), a produção mundial aumentou 20,4 por cento nos últimos oito anos. Com relação à produtividade, apesar das diferenças em espécies, tipos de solos e sistema de produção, fatores que dificultam a comparação de disparidades tecnológicas, as maiores produções por unidade de área estão nos Estados Unidos (1.498 kg/ha), Chile (1.072 kg/ha), Argentina (1.050 kg/ha) e China (901 kg/ha), sendo que o México (574 kg/ha) e o Brasil (472 kg/ha no triênio 1978-80) dois grandes produtores, apresentam níveis inferiores à média mundial (580 kg/ha).

Situação brasileira

A cultura do feijão é cultivada em todos os Estados brasileiros, sendo que os maiores produtores nos últimos anos são: Paraná (23,2%), Minas Gerais (12,9%), São Paulo (12,2%), Rio Grande do Sul (5,5%), Santa Catarina (6,8%), Bahia (10,0%), Ceará (4,3%) e Pernambuco (5,1%).

O produto é um dos itens mais importantes na alimentação brasileira e está presente na dieta da maioria da população, por ser fonte rica em proteína e pelo seu alto valor energético. Juntamente com o arroz, é o prato básico da população de renda média e baixa, destacando-se, contudo, seu papel no abastecimento das famílias de classe mais pobre, tendo em vista que o feijão é ainda uma das fontes protéicas mais baratas. Portanto, as condições de demanda favorecem a um consumo crescente.

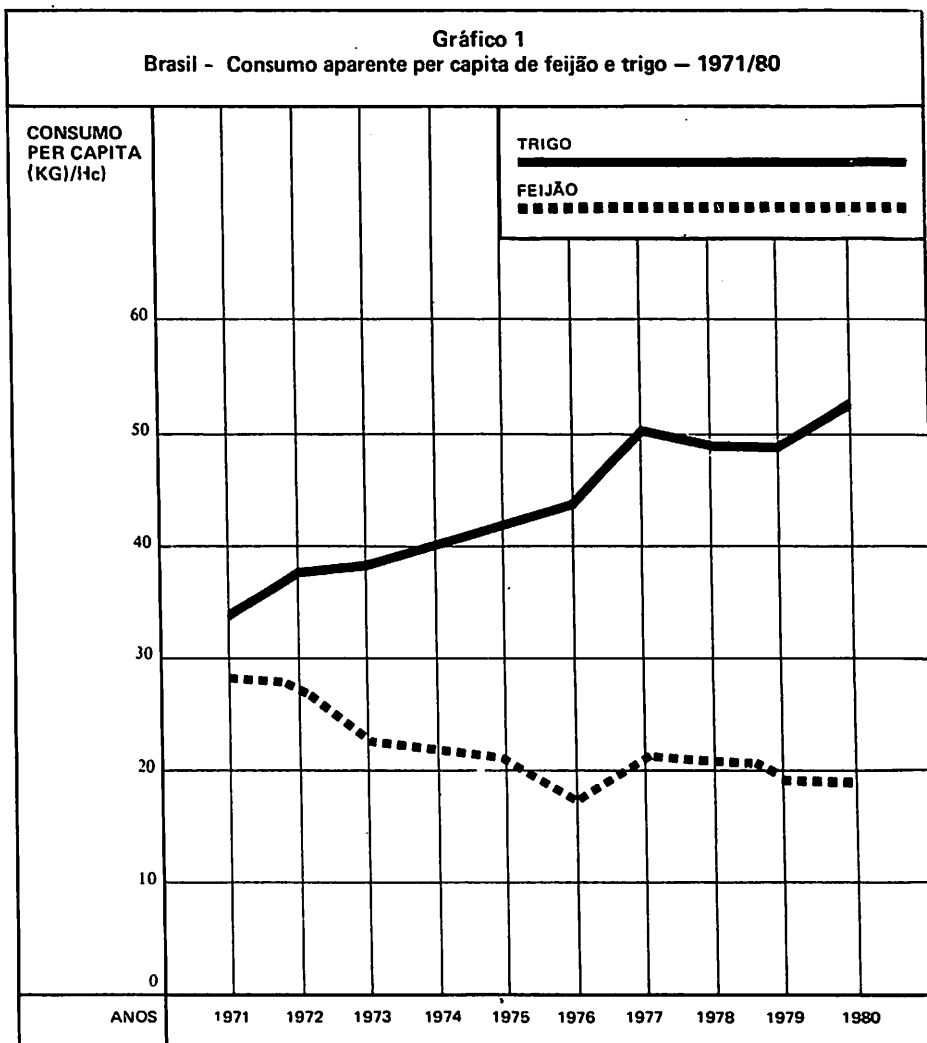
A produção nacional, contudo, tem forçado a uma contínua redução da disponibilidade "per capita", porque enquanto a população brasileira cresceu a uma taxa média anual de 2,4 por cento da década passada, a produção de feijão decresceu a uma taxa de 3,6 por cento. A disponibilidade deste produto per capita abstraindo-se as importações, estimada em torno de 28,0 kg em 1971, passou a 16,5 kg em 1980, ou seja, um decréscimo superior a 40 por cento. Isto significa que a produção nacional disponível anualmente para cada brasileiro decresceu ao redor de 40 por cento na última década. Acredita-se que uma substancial parcela da população, notadamente a de classes de renda mais baixa, esteja consumindo quantidades cada vez menores de feijão.

O consumo aparente que por sua vez era de 28,1 kg/hab em 1971 baixou para 19,2 kg/hab em 1980, significando que apesar das sucessivas importações, no período, o consumo decresceu em 30 por cento (gráfico 1).

É interessante observar que a diminuição no consumo per capita de feijão por parte do brasileiro, devido ao contínuo decréscimo na produção nacional, parece estar sendo compensada por uma maior demanda por pão, refletido através do crescente consumo per capita de trigo, que de 33,3 kg em 1971 passou para 52,9 kg em 1980 por cento na década. Portanto, enquanto a taxa anual média de crescimento do consumo aparente de trigo por habitante foi de 5,2 por cento, a mesma taxa correspondente ao feijão decresceu em 3,4 por cento.

A diminuição da produção brasileira de feijão é devida aos decréscimos em produtividade já que a área colhida no período 1971/80 cresceu a uma taxa anual média de 0,5 por cento, a produção por unidade de área diminuiu a uma taxa anual de 4,1 por cento (quadro 1, gráfico 2). Em outras palavras isto significa que os acréscimos em área foram superados pelas contínuas perdas em produtividade, provocando como consequência, uma menor produção interna.

Gráfico 1
Brasil - Consumo aparente per capita de feijão e trigo - 1971/80



Quadro 1

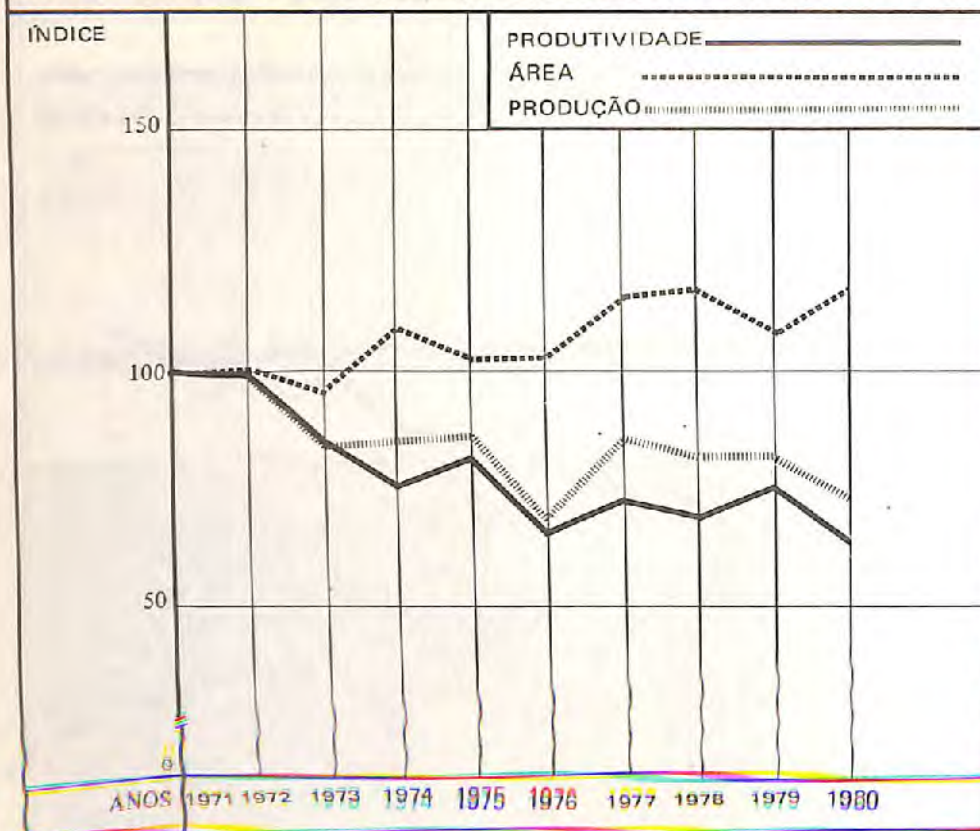
Brasil - área, produção e produtividade de feijão
1971 - 81

A n o	Área colhida		Produção		Produtividade	
	(ha)	Índice	(t)	Índice	(kg/ha)	Índice
1971	3.936.281	100	2.687.989	100	683	100
1972	3.971.034	101	2.676.225	99	674	99
1973	3.814.562	96	2.230.928	83	585	85
1974	4.291.000	109	2.238.012	84	521	76
1975	4.051.842	103	2.270.747	85	560	82
1976	4.037.634	102	1.842.262	68	456	66
1977	4.524.148	115	2.281.753	85	504	73
1978	4.619.827	117	2.187.878	81	474	69
1979	4.211.604	107	2.186.960	81	519	76
1980	4.637.714	118	1.968.894	73	424	62

Fonte: FIBGE - CFP - SNPA

Gráfico 2

Brasil — Índice da área de produção e produtividade do feijão 1971/80



Entre os fatores responsáveis pelo baixo rendimento da cultura, pode-se citar: a escassez crônica de sementes melhoradas de elevada produção, resistentes às condições adversas climáticas, a pragas e doenças; pouca aplicação de fertilizantes e corretivos; deslocamento do produto para áreas menos férteis e a falta de rotação de cultura em zonas tradicionais de produção.

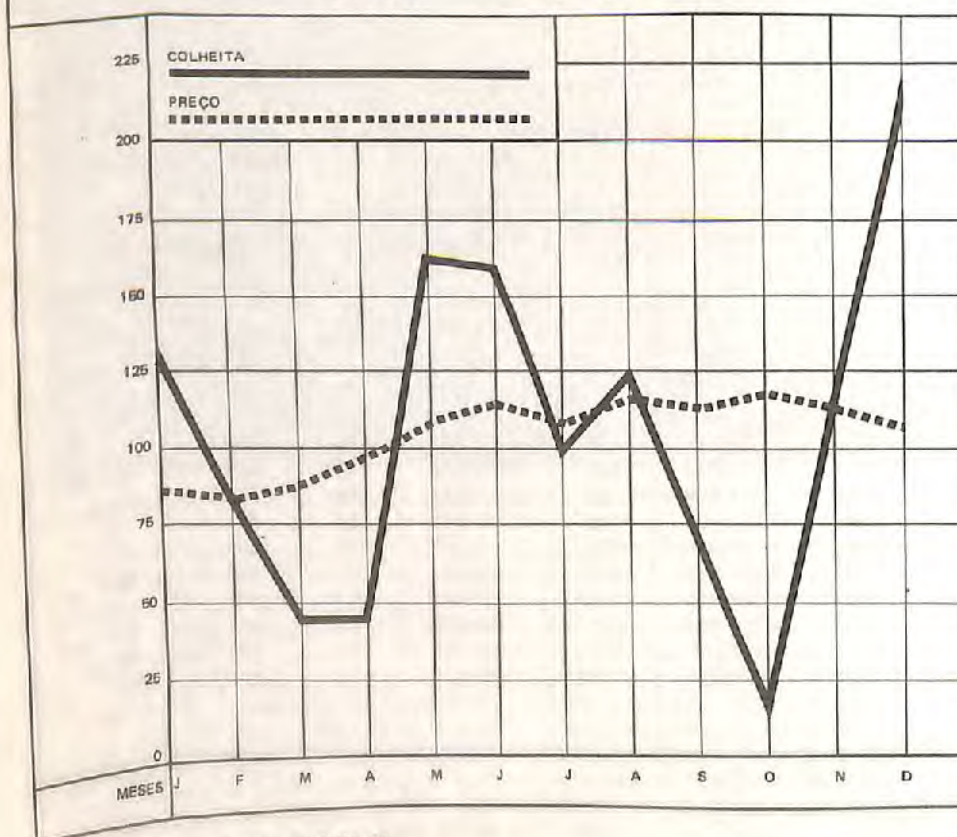
Esses fatores, além de contribuírem para essa inexpressiva produção por hectare, são também responsáveis pelas variações relativamente grandes da produtividade. Variações que refletem o risco da produção e que são estimadas através do coeficiente de variação, cujo valor foi de 0,16, significando que há uma variabilidade da produtividade em torno da média de 16 por cento. A obtenção de variedades mais produtivas e menos suscetíveis aos fatores adversos acima mencionados contribuirão não só para a elevação do rendimento médio como também para a redução do seu respectivo risco, possibilitando nova oferta maior de feijão.

Comercialização

A redução na produção nacional de feijão, notadamente no último ano, não tem permitido a formação de estoques reguladores, o que, por conseguinte, tem dificultado o abastecimento do mercado interno. A escassez do produto, decorrente da baixa produção, em 1980, provocou uma rápida e substancial elevação dos preços deste produto ao longo desse ano, cujo aumento foi de quase 300 por cento, gerando portanto, ganhos significativos em termos reais.

Desta forma, o ano de 1980 apresentou o mais precário balanço entre oferta e demanda, desde 1976. O suprimento total da leguminosa alcançou 2.286,9 mil toneladas, considerando-se o atraso na liberação dos estoques de produto importado. Mantida a estimativa de consumo de 2.500,0 mil toneladas, identifica-se um déficit de 213,1 mil toneladas de feijão. Mais uma vez, o consumo ficou limitado à capacidade de oferta interna, verificando-se certamente, uma nova queda no consumo "per capita", sendo que a situação mais grave no caso do feijão preto, cujo consumo deve ter sido restrito a 80 por cento do previsto.

No tocante ao abastecimento de feijão de cor, que apresentava perspectivas de normalidade, a situação agravou-se bastante a partir de julho - agosto, em função da quebra da segunda

Gráfico 3
Brasil — Variação Estacional das quantidades colhidas e do preço médio recebido pelos produtores

safras em níveis superiores aos previstos e do pequeno deslocamento da demanda de feijão preto para outras variedades disponíveis. Desta forma, para um consumo estimado em 1.810,0 mil toneladas a oferta de 1.740,4 mil toneladas, gerou um déficit de 69,6 mil toneladas, basicamente de feijão macaçar. O déficit total do país elevou-se, então, para mais de 191,0 mil toneladas, pois mais de 50 por cento do feijão importado em 1980 foi liberado para consumo somente em janeiro - fevereiro/81, constituindo-se num outro grande problema para os produtores, visto que aconteceu em plena colheita da safra das águas.

Com relação à estacionalidade de preços, os dados demonstram que a variação sazonal dos preços reflete a disponibilidade de produção ao longo do ano. A concentração da oferta da safra das águas (notadamente da produção paranaense) em dezembro-fevereiro, provoca uma acentuada queda de preços a nível de produtor (gráfico 3). A partir de março, há uma tendência de alta, atingindo o pico em junho, face à redução gradativa da oferta. A queda de preços em julho é resultado da colheita de feijão da seca, cujo impacto em 1981, porém, é relativamente pequeno, tendo em vista que o volume da produção da safra da seca é menor que o das águas. Em agosto-outubro vigoram os maiores níveis de preços face às reduções das disponibilidades nesta época do ano, enquanto em novembro há reversão de tendência, com a diminuição de preços devido ao início da colheita do feijão das águas.

Um outro aspecto ligado à comercialização se refere ao grande número de intermediários entre a produção e o consumo final, sendo que muitos deles agem com fins especulativos. Dado o pequeno volume comercializado por cada intermediário as perdas relativamente elevadas por falta de condições adequadas de armazenagem, e a especulação às margens de comercialização são excessivamente grandes, resultando em preços baixos para o produtor e elevados para o consumidor.

Em outras palavras, os acréscimos de preços a nível de consumidor nem sempre são repassados para o produtor, resultando em menor estímulo ao incremento de produção.

Os preços do feijão relativamente aos de algodão, arroz, amendoim, milho e soja, a nível de produtor, têm-se mantido mais ou menos estável, ao longo da última década, apesar desta relação ter sido favorável ao feijão em 1980, ou seja, os preços deste produto, no último ano, cresceram a uma taxa maior que os preços dos referidos produtos. Em termos reais, os preços do feijão em 1980 aumentaram 100 por cento relativamente aos da safra anterior.



Feijão: alimento rico em proteínas.

Perspectivas

Em 1991, ao distinguir-se o cultivo do feijoeiro sem um financiamento de 100 por cento, visando estimular o produtor a um substancial aumento de área. Esse fator (crédito) aliado à manutenção de elevados preços de mercado e a fixação de um preço mínimo estimulante, na época, provocou uma reação positiva dos produtores. De fato, a área plantada na primeira safra de 1980/81 — 2.600.000 ha — foi 14 por cento superior à colhida em 1980.

A produção, em fase final de colheita na região Centro/Sul, é estimada em 1.260/1.280 mil toneladas. Somando-se a esse volume a produção de aproximadamente 80/100 mil toneladas esperada nos três estados do Nordeste que também cultivam o feijoeiro em duas safras, espera-se uma produção de 1.340/1.380 mil toneladas de feijão na safra das águas.

Como é previsto um consumo de que 2.550/2.600 mil toneladas em 1981, há necessidade de que a produção, na segunda safra, seja de no mínimo 1.210/1.220 mil toneladas para que não ocorram graves problemas de abastecimento, pois não existem estoques remanescentes de safras anteriores.

Para a segunda safra, as estimativas preliminares indicam uma produção de apenas 1.100/1.150 mil toneladas, o que já indica um déficit de oferta.

Entretanto, em face da indefinição do plantio no Nordeste devido à seca e ao posterior excesso de chuvas e no Centro/Sul devido à falta de chuvas e ataque de pragas/doenças, não se espera um bom desempenho produtivo da safra da seca, o que, certamente viria a agravar ainda mais o já debilitado quadro do abastecimento nacional.

Para regularizar o abastecimento do feijão nos próximos anos, há necessidade de que o governo fixe uma política específica para a cultura, ou seja, considerando-se essa cultura de mercado interno, com política agrícola diferenciada daquelas destinadas ao mercado internacional.

Inicialmente, devem ser incrementadas as pesquisas atualmente em desenvolvimento pelo Centro Nacional de Arroz e Feijão em Goiânia, bem como das instituições estaduais que vêm realizando estudos com a cultura, como IAPAR/PR, IAC/SP, entre outras.

Com relação à Assistência Técnica, deve-se incrementar os trabalhos de transferência de tecnologia já existente, principalmente o incremento da utilização de sementes fiscalizadas, o qual só ela aumentaria em 40 por cento a produtividade. Da mesma forma há necessidade de maiores conhecimentos dos tratos culturais por parte do produtor os quais são indispensáveis para maior eficiência com a cultura. Também esforço adicional deve ser efetuado para que os produtores de feijão conheçam efetivamente as vantagens de utilização do crédito agrícola, bem como a política de preços mínimos fixada para a cultura. Evidentemente que a papel do sistema cooperativista é fundamental para a consecução desses objetivos.

A política governamental deve dar prioridade a uma maior eficiência dos canais de comercialização, bem como garantir a rentabilidade da produção de feijão aos produtores. É necessário que o serviço de informações do Mercado Agrícola (SIMA) seja mais eficiente, para que os produtores de feijão tenham maior e melhor conhecimento dos preços praticados no mercado consumidor.

A excessiva intermediação do produto deve ser desestimulada já que a mesma é responsável pelo alto preço do produto ao consumidor e o achatamento dos preços ao produtor. A política creditícia de fornecer 100 por cento dos recursos necessários para o custeio da lavoura não deve ser desativada, já que no médio prazo será fator de maior estímulo ao seu uso. O Proagro de 90 por cento é outro instrumento que não deve ser questionado, já que a cultura do feijão é destacada como a de maiores riscos ao produtor. A época de fixação dos preços mínimos, bem como a liberação dos VBC's são importantes instrumentos disponíveis para induzir a adoção de tecnologias melhoradas, possibilitando o aumento de produção, via produtividade.

(*) Diretor do Depto. de Economia Rural — DERAL e Coordenador Geral da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Paraná — CEPAPR, da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná.

SNA EM AÇÃO

Presidente do Banco do Brasil homenageado com o Destaque A Lavoura



Octavio Mello Alvarenga (E) e Oswaldo Colin, em conversa informal, durante a solenidade de entrega do Destaque A LAVOURA.

Diversas personalidades estiveram presentes à cerimônia. Da direita para a esquerda, Theóphilo de Azeredo Santos, o homenageado Oswaldo Roberto Colin, Octavio Mello Alvarenga, Edmundo Campello Costa e o ex-Ministro da Justiça, Armando Falcão.



O presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Roberto Colin foi agraciado com o "Destaque A LAVOURA" 1979, Categoria Crédito Rural, prêmio que a SNA mantém desde 1973, relevando as personalidades de maior destaque no setor agropecuário durante o decorrer de cada ano.

Estiveram presentes ao almoço que a SNA ofereceu em homenagem a Oswaldo Colin no Clube Comercial do Rio de Janeiro, no dia 15 de maio último, além de nosso presidente Octavio Mello Alvarenga, diversos empresários, banqueiros e líderes rurais do País. Anotamos a presença de Theóphilo Azeredo Santos, presidente da FENABAN, Benedito Fonseca Moreira, Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil — CACEX; Rudy Maurer, presi-

dente do Banco do Estado do Espírito Santo; Edmundo Campello Costa, Secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro; João Carlos de Souza Meirelles, presidente do Conselho Nacional de Pecuária; Deputado Theodorico Ferraz e ainda membros da diretoria da SNA, Vice-Presidentes e Diretores do Banco do Brasil.

Durante a solenidade, Octavio Mello Alvarenga saudou o homenageado com o seguinte discurso:

"Meus Senhores,

A grande maioria de vocês deve estar se questionando sobre as razões que levaram a SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA a prestar uma homenagem ao Presidente do Banco do Brasil,

outorgando-lhe o Destaque "A LAVOURA", na categoria de Crédito Rural, justamente quando o setor agropecuário manifesta seu descontentamento com relação às taxas de juros e volumes de recursos dos financiamentos rurais.

E logo a SNA, que tem liderado movimentos em defesa da concessão de dinheiro em quantidades compatíveis e a juros adequados.

Se hoje homenageamos Oswaldo Colin é exatamente por sabermos que em meio a um quadro de tão grandes desafios; em meio a um momento que tanto exige de cada um de nós, sua presença, sua ação, sua palavra foram e continuam sendo, um elo de legitimação entre as expectativas do Governo e nossos esforços para cumprir o que de nós espera toda a Nação.

Assim, em primeiro lugar, estamos homenageando a pessoa de Oswaldo Roberto Colin. Acredito que será desnecessário salientar-lhes o caráter, o espírito público, o valor profissional desse administrador, enfim todas as incontáveis qualidades pessoais de nosso homenageado.

Em segundo lugar iremos sagrá-lo cavaleiro andante da Agricultura — como mais adiante se verá.

Oswaldo Colin entrou para o Banco do Brasil em 1942. Em 1967 foi eleito Diretor Administrativo, permanecendo nessa posição até 1979, quando assumiu a presidência do estabelecimento.

Em sua brilhante carreira, Colin sempre apoiou o setor agrícola, fato que lhe valeu, em 1977, a outorga de Sócio Honorário da Sociedade Nacional de Agricultura, por decisão unânime da Diretoria da mais antiga entidade vinculada à problemática agrária do Brasil.

Ao assumir a presidência do Banco do Brasil, em 1979, Oswaldo Roberto Colin soube manter-se fiel à agricultura.

No final de 1978 o crédito rural do Banco do Brasil era de 197 bilhões de cruzeiros, representando 46 por cento das operações de crédito do estabelecimento.

Dois anos mais tarde, ao final de 1980, o saldo da carteira de crédito rural era de 627 bilhões de cruzeiros, representando 53 por cento do total de operações de crédito.

Nesse período enquanto as operações totais de crédito cresceram 175 por cento os financiamentos à agricultura e pecuária elevaram-se em 218 por cento.

Outras medidas paralelas foram tomadas no sentido de melhor adequar e agilizar os financiamentos rurais, ressaltando-se a instalação de mais de 700 postos avançados de crédito rural, localizados em pequenas comunidades, o que passou a permitir aos pequenos produtores o mais fácil acesso aos financiamentos.

Em 1980 foram assistidas 286 mil propriedades existentes nas áreas da atuação desses postos.

O Banco do Brasil preocupou-se também com a definição de novas fontes de recursos para a agricultura. Nesse sentido, a partir de fevereiro deste ano iniciou a colocação de Recibos de Depósito Bancário (RDB), instrumento com o qual a instituição espera arrecadar, em 1981, 80 bilhões de cruzeiros.

Deve ser ainda lembrado que o Banco do Brasil vem buscando o aperfeiçoamento e desburocratização do sistema, sobretudo no que concerne à eliminação de garantias para algumas linhas de financiamento e na dispensa da obrigatoriedade de apresentação de projetos para operações inferiores a 8 milhões de cruzeiros, anunciadas em data recente por Hélio Beltrão, Ministro Extraordinário da Desburocratização.

Todos esses elementos conduzem à uma conclusão natural: o Banco do Brasil, sob a lúcida orientação de Oswaldo Roberto Colin, com a efetiva colaboração de uma eficiente Diretoria, é uma instituição que, prioritariamente, cuida do produtor rural.

No entanto nem tudo são flores no jardim da agricultura.

Ultimamente se tem atribuído ao Crédito Rural a culpa pelos altos índices inflacionários do país.

Ainda ontem em Brasília, capital da esperança, cometeu-se mais um atentado contra o crédito rural.

Na verdade, a agricultura não é o único setor que recebe crédito subsidiado neste país.

V. Exa. bem sabe que poucas são as atividades que não recebem subsídios no Brasil.

Tampouco os incentivos concedidos ao setor agrário são os maiores. As linhas de financiamento para a indústria exportadora, por exemplo, desfruta de taxas inferiores às do crédito rural.

Sem querer entrar em discussões acadêmicas que dividem os economistas das diversas correntes, acredito que os subsídios não se constituem em um mal em si mesmos. Fazem parte do arsenal de política econômica, sendo utilizados, praticamente em todos os países, para impulsionar setores ou atividades. E a agricultura foi declarada "prioridade" pelo Presidente João Figureido. Deve, portanto, merecer tratamento preferencial na distribuição dos recursos sem que lhe fiquem imputando à toda hora, a responsabilidade pelas elevadas taxas inflacionárias.

Qualquer um de nós sabe que o setor agropecuário pagou a conta da rápida industrialização brasileira. Não é justo que, agora, pague, também, a conta da inflação.

Esse é o nosso recibo. Não poderíamos deixar de transmiti-lo.

Em recente entrevista à imprensa, Oswaldo Colin, sintetizava sua tarefa, à frente do Banco do Brasil, com uma "tentativa de alcançar uma compatibilização global entre o desejável e o possível, sem o risco de cair-se na ilusão de procurar o impossível".

Doutor Oswaldo Roberto Colin, as evidências nos dão a certeza de que se dependesse exclusivamente de V.Exa. a agropecuária brasileira teria um tratamento mais adequado à sua importância econômica e social.

Ilustre agraciado com o Destaque A LAVOURA.

É com profunda satisfação que lhe passo às mãos o diploma a que fez jus como paladino do crédito rural de 1979.

Aqui também estão as insígnias da SNA, onde vai impresso um tema cada dia mais atual para os homens de boa vontade *viribus unitis* — varões unidos.

Numa época de violências, de incompreensões, de tanta amargura e aflição, o labor dos que amanham a terra, unidos, é a mais alta resposta de paz, para um desenvolvimento harmônico e alto-neiro."

"Ao receber o Destaque A LAVOURA, categoria Crédito Rural, o Presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Roberto Colin, agradeceu o prêmio que lhe foi distinguido, proferindo o seguinte discurso:

Sinto-me deveras honrado com o recebimento do prêmio "DESTAQUE A LAVOURA — 1979", categoria "Crédito Rural", que essa prestigiosa Sociedade Nacional de Agricultura teve a bondade de me conceder.

Com o respeito que devo à Comissão encarregada de indicar os nomes dos agraciados, peço licença para transferir os méritos dessa conquista a todo o corpo funcional do Banco do Brasil, em especial aos verdadeiros artífices do nosso pioneirismo — que abriram mão do conforto das cidades e, em condições quase sempre adversas, se dispuseram a servir no interior, levando o crédito rural aos mais distantes pontos do território nacional.

Na minha vida de trabalho integralmente dedicado ao Banco do Brasil, tive oportunidade de testemunhar, inúmeras vezes, o denodo e perseverança dos funcionários da Casa. São eles que, com a sua crença inabalável nos grandes destinos do País, escrevem diariamente um pouco a história do Brasil, muito da história do Banco do Brasil e mais ainda da história do crédito rural.

Aliás, dizem que a história do crédito rural em nosso País se confunde com a própria história do Banco do Brasil, que já em 1888 abria linhas especiais

de crédito para amparar o setor agrícola, então abalado pela abolição da escravidão.

É bem verdade que a assistência à agropecuária era prestada de forma pouco eficiente. Os bancos particulares, caixas rurais e cooperativas de crédito, que se formaram à época, também não lograram êxito, principalmente pela diminuta confiança que as operações rurais despertavam e pela insuficiência dos recursos emprestados aos produtores.

O primeiro passo decisivo em busca de instrumentos capazes de efetivamente impulsionar e fomentar a exploração da riqueza das nossas terras foi dado em 1936, quando a assembléia de acionistas do Banco do Brasil promoveu reforma em seus estatutos, instituindo a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial — a famosa CREAL.

No ano subsequente, duas medidas do Governo começavam a viabilizar o crédito rural no Brasil: a autorização legal para funcionamento da CREAL e a regulamentação do penhor rural e da formalização dos contratos de financiamentos rurais.

Amparado, assim, numa carteira especializada e nas inovações que a lei dera ao penhor, em 1938 o Banco do Brasil iniciava a distribuição do crédito especializado, concedendo 1.021 financiamentos, no valor de 80 mil contos de réis.

A experiência acumulada nos anos seguintes, em consequência do estreito contato travado com os problemas e peculiaridades das mais remotas regiões, credenciaram o Banco do Brasil a influir não só na formulação da política creditícia, mas também nos eventos legais destinados a modernizar o setor rural.

Foi assim com o Sistema Nacional de Crédito Rural, a Política de Garantia de Preços Mínimos, o Decreto-lei número 167 — que instituiu os títulos de crédito rural —, o Programa de Garantia das Atividades dos Postos Avançados de Crédito Rural — outra iniciativa pioneira do Banco do Brasil que vingou e vem registrando desempenho estimulante.

A sensibilidade adquirida ao longo desses 34 anos levou o Banco do Brasil a adotar uma postura mais comprometida com o desenvolvimento do setor rural. Em vez de apenas estimular a cultura de produtos essenciais ao abastecimento interno e à formação de excedentes exportáveis, o Banco tem posto em prática inúmeros programas de ação voltados para o amparo ao pequeno produtor, o aumento da produtividade e a redução dos desequilíbrios regionais.

A preocupação com o pequeno produtor reflete-se atualmente num grande elenco de medidas e de instrumentos. Dentre eles a utilização de títulos de crédito simplificados, a dispensa de garantias reais, a prática de taxas de juros

favorecidos e a atuação das Unidades de Recolhimento de Propostas e dos Postos Avançados de Crédito Rural.

Os postos avançados, como os senhores sabem, foram criados a partir da constatação de que elevado número de pequenos agricultores encontravam-se à margem do sistema de crédito, seja por questões culturais e geográficas ou, também devido ao anacrônico processo burocrático que infelizmente ainda caracteriza algumas operações rurais.

Hoje, o Banco do Brasil tem 507 postos avançados em funcionamento e 25 encontram-se em instalação. Dos 965 mil produtores existentes na sua área de influência, 31 por cento vêm sendo atendidos, através de mais de 500 mil contratos.

Com uma das conseqüências favoráveis da disseminação do crédito provocada pela atuação dessas unidades, nos últimos três anos dobrou a participação dos pequenos produtores no valor total dos contratos rurais do Banco do Brasil.

A ampliação dos postos avançados figura em nossas cogitações, tendo em vista os excelentes resultados que têm produzido e a imperiosa necessidade de continuarmos apoiando os programas governamentais em prol da prioridade agrícola.

É em nome dessa prioridade que o Banco do Brasil coloca a questão do aumento da produtividade entre os principais objetivos de sua atuação na área rural.

Como primeira providência, instituímos o Sistema de Assessoramento Técnico a Nível de Carteira, ora em fase de implantação, que se destina fundamentalmente a promover maior integração entre a assistência técnica prestada por entidades especializadas e o crédito rural, de modo que este seja mais eficaz para atingir os objetivos governamentais.

Como parte do processo de implementação desse programa, os agrônomos, veterinários e zootecnistas selecionados em concurso público cumprem atualmente as exigências de rotina para iniciarem atividades. Em breve irão se juntar aos existentes no Banco do Brasil e aos 25 mil funcionários especializados em crédito rural.

Nessa mesma linha de preocupação, resolvemos instituir o Prêmio ao Aumento da Produtividade. O propósito é o de contribuir para mudar o perfil da assistência técnica prestada nos moldes tradicionais, que nem sempre revela maior comprometimento com a sorte das atividades financiadas, como seria desejável.

Funcionando em regime experimental, desde o ano passado, a iniciativa deverá encontrar, já para a próxima safra, grande receptividade por parte das empresas prestadoras de assistência técnica que mantêm convênio com o Banco. Será uma excelente oportunidade

para que essas empresas possam demonstrar a sua real utilidade para os produtores, oferecendo, de resto, sua parcela de contribuição ao desenvolvimento rural.

Nós do Banco do Brasil nos sentimos inteiramente à vontade para cobrar uma participação mais efetiva de todos, porque também pretendemos continuar ampliando nossa parcela de contribuição.

Tanto assim que vimos agora de institucionalizar o Fundo de Desenvolvimento de Programas Cooperativos ou Comunitários de Infra-estruturas Rurais, que tem por finalidade prestar auxílio financeiro à melhoria e expansão da infra-estrutura econômica e social, às atividades rurais de modo geral e, notadamente, às ações cooperativas e de desenvolvimento comunitário.

A criação dos Postos Avançados de Crédito Rural — aliada à estratégia de distribuição de recursos vigente — constitui sem dúvida um começo promissor para atenuar os desníveis de progresso econômico existente entre as diversas regiões do País.

Ocorre que o crédito, em seus estritos termos, não pode isoladamente solucionar problemas relacionados à higiene, saúde, saneamento básico, comunicações e educação, que afligem nosso homem do campo.

Ademais, há que se considerar, no universo de aspirações do setor rural, os anseios por melhorias de ordem econômica e social oriundas de segmentos não-agropecuários, que envolvem desde a tradicional indústria caseira e o artesanato, até as atividades de construção, comércio de insumos e de bens essenciais, transportes, beneficiamento e acondicionamento de produtos agropecuários e serviços de reparos mecânicos.

Dá a decisão da assembléia de acionistas do Banco do Brasil de criar o mencionado Fundo, destacando 2 por cento do lucro líquido apurados nos balanços anuais para o financiamento de programas destinados a minimizar os problemas dessas áreas.

Na medida da disponibilidade de recursos, pretendemos buscar o fortalecimento das comunidades rurais e viabilizar a paulatina desaceleração do crescimento dos grandes centros urbanos, hoje extremamente onerados com o custo de implantação da infra-estrutura econômica e social.

Esperamos, acima de tudo, que esta nova iniciativa — mais um marco na linha histórica de atuação do Banco do Brasil — contribua para integrar o homem rural em seu próprio meio e, assim, revigore sua ação como sujeito verdadeiramente atuante do processo econômico e objeto único de desenvolvimento.

Destaque A Lavoura **para Fazenda Indiana e** **Sinval Palmeira**

Os pecuaristas Paulo Ernesto Menezes, representando a Fazenda Indiana Ltda. e Sinval Palmeira foram homenageados, no dia 16 de junho, com almoço oferecido pela Sociedade Nacional de Agricultura, no Clube Comercial - RJ, recebendo, respectivamente, os prêmios de Destaque A LAVOURA nas categorias de Empresa Rural e Tecnologia Rural.

A Fazenda Indiana Ltda. recebia o Destaque na categoria "Empresa Rural" ressaltando-se por seus métodos de trabalho, sobretudo pelo aprimoramento da raça zebuína Nelore.

Paulo Ernesto Alves Menezes, como herdeiro de Durval Garcia de Menezes — o iniciador do trabalho pioneiro desenvolvido na Fazenda Indiana — vem se comportando à altura do valor internacionalmente reconhecido do seu operoso progenitor.

Sinval Palmeira recebeu o prêmio na categoria "Tecnologia" devido à sua atuação no campo da inseminação artificial, desenvolvida em fazendas do Sudeste da Bahia, há cerca de dez anos.

O evento contou, entre outros, com a presença de Breno Coutinho Braz, representando a Confederação Nacional de Agricultura, além da diretoria da SNA.

Paulo Ernesto Menezes **faz uma análise da** **política agropecuária**

Na oportunidade, Paulo Ernesto Menezes proferiu o seguinte discurso:

Aqui estamos porque a Fazenda Indiana Ltda. foi eleita, por benevolência da Sociedade Nacional de Agricultura, Destaque Lavoura na categoria de Empresa Rural.

Agradecemos a todos a presença amigável. Nos envia de Destaque Lavoura e, também nos dá muito prazer, ter, dentro da classe ruralista, nossos melhores amigos.

A Fazenda Indiana Ltda., tem 63 anos de existência. Dedicamos primordialmente à seleção da raça Nelore, que, hoje, graças a visão de nossos pecuaristas, predomina na pecuária de corte nacional.

A Fazenda Indiana Ltda. é, desde 1939, propriedade da família Menezes, tendo, até 1977, a direção do zootecnista Durval Garcia de Menezes, meu pai, meu mestre, meu amigo. Hoje eu a diri-



Paulo Ernesto de Menezes, proprietário da Fazenda Indiana, recebe o Destaque A LAVOURA, categoria Empresa Rural, das mãos do Presidente da FUNDENOR, Rubens Venâncio Areias.



Paulo Ernesto proferiu discurso ao ser distinguido com o Destaque A LAVOURA. À esquerda do homenageado, sua esposa, Sra. Laiz Werneck de Menezes e à direita, o Presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga.

jo. Venho há 46 anos tentando ser Cristão, tenho 42 anos de vida rural e 31 anos de atividade pecuária, única que exerço.

Poderia falar dos métodos seletivos, usados em nossa criação mas, eles, já foram publicados em livros e revistas e seria, talvez, monótono e redundante.

Estamos atualmente, nós que selecionamos reprodutores, sofrendo com crises intermitentes, com um mercado restrito, face à ausência de financiamentos e falta de verbas para o Ministério da Agricultura, que deveria ser, neste país, o mais importante e nunca o foi.

Foi, para todos os agro-pecuaristas, um enorme desestímulo a desativação dos projetos agro-pecuários das áreas da Sudam e Sudene. Hoje poderíamos estar exportando grande volume de carne e estamos exportando uma parcela inexpressiva e, o pior, atualmente a manutenção de matrizes, face à dificuldades para financiamentos, é uma calamidade irreversível e de reflexos futuros sem solução. Desativar a Sudam, a Sudene e outras áreas de produção agro-pecuária, não foi um erro. É um crime.

O produtor em vez de incentivado é penalizado, marginalizado, raramente consegue financiamentos e, quando o consegue, é a juros extorsivos, incompatíveis com a atividade e a prazos curtos. Não tem subsídios. Suas reivindicações são classificadas, pelo governo, como insultos, como assistí, em maio, em Uberaba.

Incentivam-nos a melhorar a nossa técnica, para dependermos menos de financiamentos. Quem consegue apri-
 rar a técnica, quando os insumos e os bens de produção sobem de preço a cada dia e os produtos rurais não acompanham estes aumentos?

Os financiamentos que nunca faltam são para a compra de máquinas os quais, não são para nos beneficiar, mas sim, para amparar a Indústria, que é melhor aquinhoadada pelo governo.

Oitenta por cento da carne produzida no Brasil é de Zebuínos e em nenhuma das fases da pecuária de corte (cria, recria e engorda), existem, no momento, financiamento expressivos e, com isto, os reprodutores melhorados não têm consumo.

Em contra-partida, me compreendamos os usineiros, o que falta na pecuária, sobra na agricultura canavieira. São Paulo, hoje já é um grande canal e, se continuar com esta política econômico-financeira, o Brasil em breve também o será. Falo porque eu vi lavouras e explorações pecuárias, sendo substituídas pela cultura da cana, para produção de álcool combustível, que não temos como consumir, não temos onde estocar e não temos para quem exportar. A venda de carros a álcool já caiu em quase 50 por cento.

Não há necessidade de se aderir ao álcool combustível, pois o problema do petróleo não é falta e sim preço. Existem, segundo a FAO, 500 milhões de famintos, praticamente 5 vezes a população do Brasil, sequiosos, ávidos por alimentos. Aí é que devemos procurar a solução para o problema do petróleo.

A solução não é substituir por álcool a gasolina, que nos sobra e é ven-

dida, a preço baixo, a países vizinhos. A definitiva solução é financiar, a mãos cheias, a pecuária e, assim, teremos excedentes de exportação, com clientela certa, que gerarão divisas para adquirir petróleo e, fatalmente sobrarão divisas, já que o Brasil, queiram ou não, é e será, graças a Deus, um país precipuamente e potencialmente agrícola.

Existem milhares de máquinas beneficiadoras de cereais, paradas, abandonadas, cujos proprietários compram novas máquinas para cultivar cana e poder, devido a isto, conseguir financiamentos.

Estarão eles errados? — Afirmo-lhes que não!

Errado está quem mantém dirigentes alienígenas à agro-pecuária a dirigí-la. Não nego honestidade, mas, baseado no que assisto, ponho em dúvida a competência.

Importamos milhares de toneladas de leite em pó, importamos milho, feijão preto, arroz, trigo e outros alimentos.

Poderemos ser exportadores de leite, se o governo desejar, fomos auto suficientes em feijão preto e o arroz, passem Srs., vegeta nos alagadiços do Rio Grande do Sul, cresce nos tabuleiros de Mato Grosso, se alastra nos planaltos Goianos e grana nas terras do Maranhão. É um cereal cosmopolita que é vergonhoso importá-lo. Importam a Cr\$ 2.400,00 a saca e pagam aos produtores nacionais a Cr\$ 625,00 a saca.

Diante do exposto, vemos que não podemos mais usar ração para melhorar o desfrute da pecuária de corte ou leite, face ao seu preço elevado, pois, é feita

hoje, em grande parte, com produtos importados, de consumo humano e de alto valor comercial.

Apregoam que este deve ser o ano da poupança, como se isto fosse uma idéia inteligente e saneadora de nossas finanças.

Ao contrário! Este deveria ser o ano dos financiamentos, dos investimentos em nossos negócios, de cada um, para aumentar a produtividade de todos.

Esta semana pesquisei sobre a aplicação de dinheiro e a taxa de juros oferecida foi de 10 por cento ao mês, por diversas organizações.

Quais de nossas propriedades rurais, deixa mais de 10 por cento de lucro líquido, sobre o seu valor global?

Meus companheiros, é triste, é deletério, mas, hoje, o correto seria vendermos nossas propriedades rurais, ficar livres das condições climáticas, não ter mais problemas trabalhistas, não mendigar financiamentos, a que temos direito. Certo seria aplicar o nosso dinheiro a 120 por cento ao ano, comprar uma cobertura na Av. Vieira Souto e assistir, em terra firme, ao iminente naufrágio.

Se não há mudanças é necessário provocá-las, senão a fome virá.

E, não omito, dentro dos meus limites, ofereço ao governo, uma pequena colaboração, que são medidas que poderão, a médio e curto prazo, ajudar a agro-pecuária e ao Brasil, que denominei de Decálogo do "PRÓ-COMIDA".

- 1) Financiamento sem burocracia para reprodutores registrados destinados a rebanho de corte e leite para sementes selecionados.
- 2) Financiamento massal para retenção de cria, pois este é o único meio de se evitar a matança de matrizes, aumentar o desfrute nacional e fomentar o uso de reprodutores melhoradores.
- 3) Financiamentos em bases econômicas para os projetos agropecuários, em todo o Brasil, principalmente nas áreas da Sudam e Sudene, para aumentar a produção agro-pecuária Nacional, permitindo excedentes de exportações, único meio de se conseguir divisas a curto prazo.
- 4) Construção e pavimentação de auto estradas, estradas de ferro e fomento aos transportadores fluviais e de

cabotagem, para o mais rápido e barato escoamento da produção agrícola.

- 5) Construção de Frigoríficos e Silos, nas áreas produtoras de novilhos de corte e cereais.
- 6) Não tabelamento dos produtos agropecuários, já que, os bens de produção não são paralelamente tabelados, havendo pois, descapitalização insuportável para os que investem no campo.
- 7) Adubos Corretivos e rações a preços compatíveis e financiados a longo prazo.
- 8) Construção de Escolas e Hospitais, em todo o interior do Brasil, para atender a população rural, desestimulando-se o seu êxodo.
- 9) Financiamento para casas de moradia (não pelo sistema mercenário do BNH), dentro das propriedades rurais, para melhor conforto e fixação do homem ao campo.
- 10) Paralelamente ao cancelamento dos subsídios, terminar com o Confisco Cambial, que empodrece, desestimula e frustra o produtor rural.

**Nem todos os seus problemas
são de LUBRIFICAÇÃO...
Mas este a PETROBRAS resolve.**

LUBRAX
MD-300 e MD-400

Um problema a menos para você.





Osaná Almeida, Vice Presidente da SNA, entrega a Sinval Palmeira a medalha do Destaque A LAVOURA.

Sinval Palmeira ao receber o Destaque A LAVOURA que lhe foi conferido, apresentou algumas de suas idéias que são refletidas no trecho do artigo de sua autoria abaixo apresentado:

"A resolução do Conselho Monetário Nacional sobre crédito deixou a pecuária em condições muito difíceis para se desenvolver. O Ministro Delfim Neto entende que a pecuária está capitalizada e pode marchar sozinha. É um grave equívoco do qual sentiremos os resultados em poucos anos, comprometendo gravemente uma economia da maior importância para alimentação do povo e para criar divisas. Ao contrário do que pensa o Ministro, a pecuária necessita de crédito especial para conservação de matrizes e para ampliação e melhoramento do rebanho. As feiras e exposições no Brasil estarão esvaziadas, em consequência dos financiamentos a juros de mercado, 73,8 por cento ao ano. Como a inseminação artificial já era o caminho certo de uma nova pecuária brasileira e particularmente nordestina, agora, face à nova política creditícia, passou a ser o caminho único. Os bancos oficiais deverão fixar uma linha de crédito para um projeto pecuário global no Nordeste, incluindo semen, equipamentos e serviços veterinários, a 35 por cento ao ano, dentro, pois, da resolução do Conselho Monetário Nacional e com o pensamento na proclamada prioridade do Governo para a agro-pecuária.

O Presidente Figueiredo, ao tomar posse, declarou ser a pecuária meta prioritária de seu Governo. Sou dos que consideram o Presidente um homem sério e franco, realmente comprometido com

um projeto de Governo que devolva ao brasileiro a alegria e a esperança. Mas forçoso é reconhecer que o projeto do Presidente está completamente desprezado, ao menos no que tange à pecuária, face à política econômico-financeira de seu próprio governo, comandada pelo Ministro Delfim Neto. A agricultura ainda recebe verbas de custeio a 45 por cento de juros no sul e a 35 por cento no nordeste. Para a pecuária, no entanto, juros de mercado, taxa livre, 73,8 por cento ao ano, no momento. O céu é o limite. O Brasil pagará muito caro por esta política voltada para os produtos de exportação, na velha linha colonial que sempre foi nossa filosofia no campo da produção agrária. Mas a carne poderia ser um precioso item de exportação, se o Governo adotasse uma política justa nesse setor. Essa política teria como fim uma pecuária rentável e em volume de exportação. Isto só seria possível com uma nova tecnologia, a partir da inseminação artificial. Não pretendo dicutar a política econômica do Ministro Delfim Neto, em seu todo, em suas linhas globais. A matéria escaparia de meu universo cultural. Falo, apenas, do que sei e o Ministro talvez não saiba, de pecuária. Reconheço, no entanto, que em assuntos econômicos, como assinala John Kenneth Galbraith, as decisões não são influenciadas apenas por idéias e interesses econômicos excusos, ficam sujeitos também à tirania das circunstâncias. Os interesses excusos a que se refere Galbraith são a natural tendência do homem de ver como justo aquilo que responde ao seu interesse, de ter como certas as idéias que servem aos seus propósitos. Um economista ligado

ao mundo dos bancos e da finança, dificilmente defenderia uma política que satisfizesse à agropecuária. O mestre alemão Feuerback dizia, com razão, que o homem não pensa num palácio como pensa numa choupana. Para nós, homens da terra, agricultores e pecuaristas, essa economia de gabinete refrigerado, voltada para números, economia monetarista, jamais poderá ser entendida. Estamos mais próximos até de Adam Smith, o escocês deslumbrado com a vida rural francesa, a qualidade de seus produtos agrícolas, das frutas aos queijos, da viteia às verduras. Ah! os queijos franceses! Pensamos que os fisiocratas quando sustentavam que a riqueza vem da agricultura estavam mais próximos da verdade do que todos os tecnocratas do Fundo Monetário. Marx tinha razão, e isso reconhece Galbraith, quando dizia que as idéias aceitas em qualquer época são aquelas que servem aos interesses das classes dominantes. É claro que pertencemos às classes dominantes, mas dentro dessas classes, no mundo moderno, predominam os interesses da finança, das multinacionais, dos que têm o poder de decisão, pela força do poder econômico. Por tudo isso a pecuária não tem vez nesse mundo em que todos somos iguais, mas como diria Orswell, há uns mais iguais do que os outros, apesar de o Presidente pretender que seja a agro-pecuária uma das metas prioritárias de seu Governo. Ainda é tempo de mudar o rumo, na direção da promessa presidencial.

ACROPECUARIA TROPICAL

ÓRGÃO OFICIAL
dos agropecuaristas nordestinos e
Porto-Voz autorizado dos Estados

- BAHIA - Assoc. Associação Baiana dos Pecuários
- ALAGOAS - Associação dos Criadores de Alagôos
- PERNAMBUCO - Agrorom. Assoc. dos Entregues Agropecuários do Nordeste
- PARAIBA - APCZ - Assoc. Paraíba dos Criadores de Zebu
- RIO GRANDE DO NORTE - Assoc. Assoc. Noroeste-nordeste dos Criadores
- CEARÁ - Assoc. Centro Nordeste de Criadores
- PIAUÍ - Assoc. dos Criadores do Piauí

**A revista com a
CORAGEM
do Homem do Campo**

EDITORIA TROPICAL LTDA.
RECIFE, PE - R. Samuel Parias, 61, casaforte,
Cx. Postal: 6033, Telex: (081) 1704,
Fones: (081) 268-0933/1434.
SALVADOR, BA - Caixa Postal: 2073,
Fones: (071) 248-2579/8468.

Assinatura: 2 anos: Cr\$ 2.000 - 1 ano: Cr\$ 1.100,00

Geraldo Carneiro é destaque na categoria *Ensino e Pesquisa*



Octavio Mello Alvarenga (de pé) saúda o Professor Geraldo Gonçalves Carneiro, à sua esquerda. Ao lado do homenageado, Plínio Cantanhede. À direita, Antonio José Gonçalves Carneiro, filho do agraciado e Edmundo Campello Costa, Secretário de Agricultura do Rio de Janeiro.

Em solenidade realizada em 4 de junho findo, a Sociedade Nacional de Agricultura conferiu ao Professor Geraldo Gonçalves Carneiro, o Destaque A LAVOURA 1979, na categoria de "Ensino e Pesquisa", pelos relevantes serviços prestados à agropecuária brasileira, em sua especialidade.

Dentre os incontáveis benefícios que o pesquisador Geraldo Gonçalves Carneiro proporcionou ao setor, destacam-se as atividades de magistério, orientando a formação de mestres e doutores em ciências zootécnicas e a condução de pesquisas que colaboraram largamente na solução de problemas da pecuária nacional.

Compareceram à cerimônia várias personalidades, entre as quais, Plínio Cantanhede, Presidente do Clube de Engenharia; Edmundo Campello Costa, Secretário de Agricultura do Rio de Janeiro; além de nosso Presidente, Octavio Mello Alvarenga e diretores da SNA.

Gilberto Conforto, Vice Presidente desta entidade, proferiu o seguinte discurso, em atenção ao homenageado:

"Mais uma vez, a Diretoria da SNA e alguns dedicados amigos da agricultura brasileira se reúnem para homenagear uma ilustre figura na constelação dos grandes colaboradores com a nossa agropecuária.

Aqui estamos, e com inequívoca satisfação, para outorgar o galardão "Destaque A LAVOURA" ao eminente pro-

fessor e emérito pesquisador DOUTOR GERALDO GONÇALVES CARNEIRO, que pelos seus inegáveis méritos se inscreveu entre os agraciados, referentes ao ano de 1979, pela SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA.

Esta cerimônia que até recentemente era realizada em sessão solene em presença de todos os homenageados, pelas dificuldades que passamos a contar em tê-los todos reunidos em um mesmo momento, houve por bem a Diretoria da SNA de promover cerimônia especial para cada um deles. Essa decisão se por um lado veio privar-nos de uma maior confraternização entre companheiros que lutam, no Brasil, por uma agricultura cada vez mais grandiosa, e cada vez mais representativa no complexo sócio-econômico do País, por outro lado passou a proporcionar maior destaque a cada um dos agraciados, quando, em uma festa que passou a ser somente de cada um deles, melhor se pudesse dar um significado todo especial aos valores que justificariam a concessão de tão elevado reconhecimento.

Eis porque aqui estamos para receber no nosso convívio o eminente pesquisador PROFESSOR GERALDO GONÇALVES CARNEIRO, pelos incontáveis serviços prestados à agropecuária do nosso País, seja em atividades de magistério, orientando a formação de mestres e doutores em ciências zootécnicas, seja na condução de projetos de pesquisas que vieram contribuir decisivamente para a solução dos grandes problemas de nossa pecuária.

Egresso de um dos maiores centros de excelência em ciências agrárias, a Universidade Federal de Viçosa, onde se graduou como engenheiro agrônomo em 1931, o PROF. CARNEIRO, desde os primórdios de sua formação profissional já evidenciava sua marcante vocação para a pesquisa, ao lado de um pendor todo especial para o preparo das novas gerações entusiastas da ciência zootécnica.

No Iowa State College, nos Estados Unidos, obteve o título de Master of Science, tendo continuado por muito tempo sua colaboração científica com essa instituição e contribuindo com inúmeros trabalhos científicos e didáticos, publicados sob seu patrocínio na abordagem de problemas relacionados com fatores que afetam o melhoramento do gado leiteiro em geral e da produção de leite, especificamente. Em 1958 era-lhe conferido o título de Doutor em Zootecnia pela Universidade Federal de Minas Gerais, paralelamente à sua nomeação como Professor Catedrático de Zootecnia Geral e Melhoramento Animal da Escola de Veterinária da mesma Universidade. Anteriormente exercera também, com raro brilhantismo, atividades didáticas na Universidade Federal de Viçosa no Departamento de Zootecnia, o que lhe valeu a oportunidade e a honra de ter sido Diretor daquela Instituição quando ainda Escola Superior de Agronomia e Veterinária.

Seria estafante enumerar as centenas de trabalhos científicos e didáticos que o nosso homenageado publicou no Brasil e no Exterior, como resultado de sua extensa produção científica, desde o manejo e a nutrição de rebanhos até os complexos problemas da genética e do melhoramento animal. Podemos afirmar, sem medo de errar que ao PROF. GERALDO CARNEIRO se deve a mais volumosa contribuição até agora já obtida pelo Brasil no campo da Zootecnia.

De certa forma a comunidade científica que milita nesse campo a ele tem sido reconhecida. Entre mais de uma dezena de condecorações permitam-me destacar o Diploma de Reconhecimento da Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Viçosa, pelos seus vinte e cinco anos de esforços pelo melhoramento da agricultura nacional e a Medalha de Jubileu de Prata da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, por serviços prestados à causa da Veterinária e Zootecnia Brasileiras. À essa comenda acrescentamos a nossa modesta, porém significativa homenagem, pelo que ela representa de reconhecimento do setor agrícola nacional.

Pela sua inestimável contribuição à ciência zootécnica, hoje faz parte dos Comitês Assessores da CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o antigo Conselho Nacional de Pesquisas — CNPq, colegiadas aos quais somente as maiores expressões da ciência nacional são chamados a colaborar.

Nunca é demais ressaltar o papel que a ciência e a tecnologia podem desempenhar no desenvolvimento do nosso País, ao oferecer contribuições viáveis e promissoras na solução dos grandes problemas nacionais. É na própria formação do "know-how", e na geração da tecnologia indígena que reside o principal ponto de partida para a verdadeira e real independência econômica e social de nosso País.

Ao nos proporcionar sua inestimável contribuição ao desenvolvimento científico e tecnológico de nossa zootécnica e de outras ciências agrárias com ela relacionadas, o PROFESSOR GERALDO GONÇALVES CARNEIRO se faz merecedor da homenagem que ora lhe é prestada pela SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA quando lhe é conferido o diploma e a medalha relativos ao Prêmio DESTAQUE A LAVOURA, Categoria Ensino e Pesquisa — Ano de 1979. Ao PROFESSOR GERALDO GONÇALVES CARNEIRO, a Agricultura Brasileira se confessa profundamente agradecida."

Exportação é a solução para evitar desestímulo em produtores de leite

A liberação do pedido de exportação de manteiga para a Argentina e outros países, bem assim a concessão de subsídio do crédito do ICM, para possibilitar a venda para o exterior de leite em pó integral, são as duas medidas imediatas que o governo deve tomar para evitar que haja desestímulo entre os produtores de leite, devido à queda no consumo interno, que pode fazer com que seja diminuído o nível de recebimento do produto nas plataformas das cooperativas.

Tais sugestões, em forma de reivindicações, foram apresentadas pelo presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Octavio Mello Alvarenga, em nome dos produtores de leite, após ouvir os integrantes da Comissão Técnica de Pecuária de Leite da SNA, que justificaram plenamente a entrada em vigor do último reajuste, que aconteceu no dia 16 de junho por entender que somente assim haveria justiça tanto a produtores como a consumidores.

Após informar que, na área dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, o produtor recebe somente Cr\$ 29 pelo litro de leite especial e Cr\$ 34 pelo litro de leite B, Octavio Mello Alvarenga salientou que a grande maioria dos pecuaristas brasileiros produz apenas entre 5 e dez litros de leite por dia, "isto, sendo otimista" e precisa ser estimulada por melhor remuneração de seu trabalho, para melhorar seu rebanho e produzir mais.

Entendendo que a ameaça de diminuir o volume de leite recebido pelas cooperativas do interior, que não têm como estocar maior volume de subprodutos, irá fatalmente afetar a produção, ele defende a exportação como saída capaz de ajudar ao setor, além de trazer divisas para o país e evitar que dentro em breve seja necessário fazer novas importações de leite em pó, o que só iria beneficiar a indústrias multinacionais.

O primeiro pedido feito pelo presidente da Sociedade Nacional de Agricultura é para que a Cacex autorize a exportação de 1.500 toneladas de man-

teiga para a Argentina e que este tipo de autorização seja concedida de imediato, sem maiores entraves nos canais da burocracia oficial o que levaria a uma demora e à falta de agilidade de concorrência do produto brasileiro no exterior.

O segundo pedido é no sentido de garantir o subsídio de crédito do ICM para exportação de leite em pó, invertendo o que até agora vinha acontecendo — o que segundo o presidente da SNA acaba de ser reconhecido como perfeitamente possível pelo Ministro da Fazenda, Ernane Galveas.

Octavio Mello Alvarenga defende a necessidade de ser mantido um preço compensador para os produtores, permitindo que eles se recuperem de longos anos em que o preço era inferior aos custos de produção. Sobre o problema da queda do produto no mercado interno, ele disse que o problema é de falta de poder aquisitivo do consumidor, que deve ser resolvido com uma política econômica eficaz e não às custas do produtor rural.

Secretário Andrade Pinto homenageado na SNA



Na foto, da direita para a esquerda, José Carlos Vieira Barbosa, Sub-Secretário de Agricultura do Rio de Janeiro; o homenageado, Carlos Alberto Andrade Pinto; Octávio Mello Alvarenga; o Sub-Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Mauro Moutinho Malta e Antonio Carreira, participaram da homenagem.

O Secretário da Indústria, Comércio e Turismo do Rio de Janeiro, Carlos Alberto de Andrade Pinto, foi homenageado com um almoço oferecido pelo Presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, em maio passado.

Na ocasião, Andrade Pinto defendeu uma maior cooperação entre os responsáveis pelas metas econômicas do Estado e seus organismos financeiros para que haja maior desenvolvimento agrícola. Ele manifestou a crença de que "nós sairemos da crise econômica através do desenvolvimento na agricultura".

Quanto ao programa de irrigação do Norte Fluminense, o Secretário disse que serão aplicados recursos em torno de Cr\$ 100 milhões, sendo que 27 projetos são examinados pelas autoridades do Governo Federal.

Andrade Pinto acredita que com a irrigação, o Norte Fluminense poderá despontar como um dos maiores produtores de cana-de-açúcar, podendo atingir a 30 milhões de sacas ou o equivalente em álcool.

I Encontro Internacional de Jus-Agraristas



Da esquerda para a direita: Antonio Carrozza, Emílio Romagnoli, respectivamente Diretor e Presidente do Instituto de Direito Agrário Internacional e Comparado — Florença (Itália); Jean Megret, Diretor do Instituto de Altos Estudos de Direito Rural e Economia Agrária de Paris (França); Adolfo Gelsi Bidart (Uruguai); Guilherme Figallo Andrianzen, Ministro do Supremo Tribunal Federal do Peru; Ramon Vicente Casanova, Diretor do Instituto de Direito Agrário e Reforma Agrária — Mérida (Venezuela); Otto Morales Benitez, Ex-Ministro do Trabalho e da Agricultura da Colômbia; Rodolfo Ricardo Carrera, Professor de Direito Agrário da Universidade de La Plata — (Argentina); Juan Jose Sanz Jarque, Catedrático de Direito Agrário e Presidente da Associação Latino Americana de Direito Agrário — ALADA (Espanha); Roman J. Duque Corredor, Consultor Jurídico da Presidência da República da Venezuela; e Octavio Mello Alvaranga, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e Diretor-Executivo da ALADA.

Reunindo vinte juristas de nove países, realizou-se, em Belém — PA, de 22 a 25 de maio, o I Encontro Internacional de Jus Agraristas, promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura e Associação Latino Americana de Direito Agrário — ALADA.

Os maiores especialistas do direito agrário em todo o mundo ocidental estiveram reunidos durante 4 dias debatendo problemas ligados ao setor. O resultado de maior significação do Encontro foi a proposta de criação de uma justiça agrária especializada, independente e com poderes de decisão no Brasil, como único meio realmente eficaz para solucionar as questões relacionadas com a problemática rural do país.

A constituição de uma justiça agrária, nos moldes sugeridos por esses especialistas, criaria os mecanismos e instrumentos de que já dispõe atualmente, em áreas diferentes, as justiças do trabalho, áreas militares e a eleitoral, tornando-se da mesma forma ágil no encontro de soluções para os problemas jurídicos do meio rural, configurados pela presença constante do trinômio grileiro-posseiro-proprietário.

Para Octavio Mello Alvaranga, presidente da SNA, a "morosidade judicial nas causas em que se debate direito agrário é fator de desestímulo às partes".

"Não adianta termos um direito agrário", continua Alvaranga, "se existe a demora na solução das pendências". Segundo levantamento realizado por ele, existem mais de 14 mil diplomas legais sobre direito agrário. Por isso, afirma que as questões sobre terras devem ter uma jurisdição especial.

O diretor do Instituto dos Altos Estudos de Direito Rural e Economia Agrícola e presidente do Comitê Europeu do Direito Rural da Academia da Agricultura da França, Jean Megret — também participante do evento — é de opinião que "a superprodução agrícola desejada pelo Governo brasileiro como meio de contribuição para o equilíbrio financeiro e econômico do País, não poderá ser obtida se persistirem os atuais padrões estruturais agrários, baseados no latifúndio e no apoio aos grandes grupos capitalistas, proprietários de enormes extensões de terras ociosas".

Modificação

Jean Megret condena os dois extremos de política agrária, tanto aquele aplicado na União Soviética como o capitalista, porque ambos não remuneram condignamente trabalhadores e produtores. Ele defende a necessidade de

uma modificação imediata no setor visando a obtenção das necessidades alimentares futuras.

Para tal, acrescentou, é necessário que os proprietários das terras, os trabalhadores rurais, enfim todos os que se encontram ligados a ela, cheguem a um consenso do que a humanidade precisa em termos agrários. Jean Megret não admitiu a intervenção do Estado na agricultura senão com fins extensivos às deliberações dos próprios produtores.

Segundo ele, a eleição de François Mitterrand não causará o mínimo perigo à política agrária na França, porque há mais de 20 anos ela já é essencialmente socialista e em virtude das tendências progressistas dos diversos governos no setor, ela tem sido modificada de acordo com os princípios socialistas, em termos amplos e não apenas marxistas.

América Latina

O problema agrário da América Latina, salvo raras exceções, possui um denominador comum: o latifúndio. Esse é a opinião de Guilherme Figallo. "Esse tipo de sistema, acrescentou, é um tipo servil, feudal de trabalho e alicia os grandes proprietários a não trabalharem a terra, além de ser um sistema dependente dos mercados externos.

Considerou que o problema agrário da Nicarágua não foi muito difícil de resolver, porque se tratava de um grande feudo da família Somoza, mas o da El Salvador, porque sua oligarquia é mais poderosa já é bem diferente. "O do Brasil, disse, é muito complexo, principalmente devido às dimensões continentais do País".

Disse Guilherme Figallo que o Estatuto da Terra brasileiro está superado e precisa de grandes modificações, "e isso ficou comprovado no Encontro Internacional de Direito Agrário". Explicou que atualmente, as novas estruturas políticas agrárias consideram superados o sistema cooperativista e aponta a criação de empresas comunitárias.

Essas empresas, explicou o jurista peruano, proporcionam maior participação da comunidade e um considerável benefício social às pessoas envolvidas. Esse é um importante passo para se atingir o socialismo agrário no sentido amplo da palavra.

Disse que o latifúndio foi extinto no Peru, desde que o regime do país está representado por governantes eleitos pelo povo pela via direta e o sistema de empresas comunitárias está sendo aplicado lá, com excelentes resultados, principalmente para o povo.

Ele defendeu ainda a criação no Brasil na Justiça Agrária, como meio dos tra-

balhadores do campo conseguirem justiça para suas causas. "Uma justiça onde os camponeses possam ser ouvidos e respeitados", frisou.

Os conferencistas do Encontro, considerados as maiores autoridades mundiais do direito agrário, foram os professores Emílio Romagnoli e Antonio Carrozza da Itália; José Sanz Jarque, da Espanha; Jean Megret, da França; Antonio Carlos Vivanco, da Argentina; Ramon Vicente Casanova, Roman J. Duque Corredor e Victor M. Gimenez Landinoz, da Venezuela; Guilherme Figallo Andrianzem, do Peru; Otto

Morales Benitez, da Colômbia; Adolfo Gelsi Bidart, do Uruguai; e do Brasil, os professores Fernando Sodoro, José Motta Maia, Octavio Mello Alvarenga, Octavio Mendonça e Raymundo Laranjeira Barbosa.

A cerimônia de encerramento contou com a presença do Governador do Estado do Pará, Alacid Nunes, que considerou o encontro positivo, por ter lançado naquela região a semente da justiça agrária. Após os discursos de Octavio Mendonça e Octavio Alvarenga, foram entregues certificados e insígnias do encontro aos conferencistas e debatedores.

Comissões Técnicas

Hortigranjeiros

Em reunião que contou com a participação de Tarcísio Siqueira, Gerente Nacional de Horticultura do Ministério da Agricultura, a CT de Hortigranjeiros discutiu o Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis, com enfoque especial sobre as oleiculturas.

Tarcísio Siqueira falou desde o conceito e potencialidade das várzeas, até a operacionalidade do programa e modalidade de projetos, abrangendo, principalmente, objetivos e justificativas para a implantação do PROVÁRZEAS Nacional.

Segundo o Gerente do MA, "a viabilidade do PROVÁRZEAS é incontestável. Esta não é, todavia, sua única virtude, pois o programa, além de viável, também caracteriza-se por não ser paternalista, consistindo na implantação de projetos de irrigação e drenagem a nível de propriedade rural, cujo ônus é todo pago pelo agricultor".

Informou ainda que "em Minas Gerais os proprietários de 3.273 ha de várzeas sistematizadas constatarem um aumento de venda líquida de 950 por cento em 1978, utilizando racionalmente as áreas e empregando tecnologia adequada. A produtividade mínima em várzeas nos projetos de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, com a cultura de arroz foi, até agora, de 5.000 Kg/ha de arroz em casca".

Durante a reunião, os produtores mostraram-se temerosos de investir no PROVÁRZEAS, apesar das vantagens demonstradas. Citaram como principal fator desestimulante a atual taxa de juros que poderá tornar o programa inviável.

Só na Cooperativa Regional de Crédito Rural, já houve queda de 30,6 por cento em aplicações na área de olericultura, comparando-se a igual período de janeiro a abril de 80.

Desta forma, reivindicaram juros diferenciados, levando também em consideração que as olericulturas, além de serem muito perecíveis, obedecem à lei da oferta e procura e, por isso mesmo, estão sujeitas às oscilações do mercado.

Produtores do Rio de Janeiro querem a inclusão do Estado nos benefícios concedidos às áreas da SUDAM e SUDENE, a exemplo do Espírito Santo que já conseguiu ser incluído. Para tanto, ofereceram com justificativa, a baixa renda "per capita" do Estado, ressaltando o norte fluminense — que é considerado uma parte do Nordeste no Sudeste — e o pequeno desenvolvimento atingido nas últimas décadas.

Pecuária de leite

A liberação da exportação de manteiga, sem entraves burocráticos e a concessão do subsídio do crédito do ICM para exportação de leite em pó integral, são medidas imediatas que o Governo deve tomar para evitar o colapso do setor leiteiro, devido à queda no consumo interno.

Estas são as reivindicações da CT de Pecuária de Leite para que não ocorra desestímulo na produção, mantendo-se

um preço compensador para permitir que o setor se recupere de longos anos em que o valor recebido pelos pecuaristas era inferior ao custo que eram obrigados a suportar.

Em relação à queda no consumo interno, nota-se que não é setorial — e sim global, verificando-se, portanto, que o problema está na falta de poder aquisitivo do consumidor. A solução será estabelecer uma política econômica eficaz sem penalizar o produtor rural.

A Comissão Técnica de Pecuária de Leite aprovou, também, a seguinte nota de esclarecimento:

"A Comissão Técnica de Pecuária de Leite da Sociedade Nacional de Agricultura se acha no dever de vir a público esclarecer a posição dos produtores de leite de todo o País, que foram tomados de surpresa por uma campanha desfechada a nível nacional, no sentido de provar que o aumento do produto "in natura" em vigor desde o dia 16 de junho não era desejado.

Tal fato é inteiramente falso e os produtores de leite, tanto como os consumidores, se sentem profundamente lesados pela situação econômica que ora determina os índices inflacionários assustadores dos últimos anos.

É inacreditável que se queira imputar ao produtor os males do aumento do custo de vida, quando se sabe que o preço político de leite, até muito recentemente, não era compensador para a atividade, determinando a matança de matrizes e dividindo o rebanho nacional.

Com os últimos aumentos, corrigiu-se apenas parcialmente o déficit crônico do produtor, não conseguindo ainda tornar mais atrativo o setor, face o vertiginoso aumento dos insumos e da mão-de-obra necessários à produção do leite.

Esta Comissão, sem querer polemizar com a indústria de laticínios e com a intermediação, acha que o problema deve ser examinado friamente em termos de defesa do consumidor e do produtor de leite, este também sofrido consumidor de todos os demais itens indispensáveis à alimentação e à própria sobrevivência.

Esta primeira nota tem o sentido de alertar a opinião pública para a capciosa campanha que vem sendo desenvolvida, sem o comprometimento governamental que manteve firme o compromisso assumido desde o ano passado para os aumentos pré-fixados.

Por último, vale informar que na área dos Estados do Rio, Minas e São Paulo, o Leite Especial é pago ao produtor ao preço de Cr\$ 29,00 (vinte e nove cruzeiros) o litro e o Leite tipo B ao preço de Cr\$ 34,00 (trinta e quatro cruzeiros)."

DIREITO E LEGISLAÇÃO AGRÁRIA

Os problemas da terra na América Latina

Considerações sobre o pensamento do jus-agrarista colombiano —
Prof. Otto Morales Benítez

J. Motta Maia

Na atual conjuntura sócio-econômica da América Latina, cabe assinalar com a ênfase possível, certa alienação do segmento da inteligência, notadamente dos juristas, em relação à questão fundiária ou, mais precisamente, à reforma do sistema agrário e suas implicações sobre toda a sociedade.

Esta não pode ser concebida, como pretendem algumas correntes radicais, sinceras ou não, como simples fragmentação ou pulverização da propriedade da terra.

É problema mais complexo que participa, ao mesmo tempo, de política agrícola e de política agrária.

Surgem, cada dia, problemas sociais que se exprimem de forma mais crucial, na pressão de populações marginalizadas sobre os centros urbanos.

Este fenômeno indica a necessidade de os cientistas sociais, se dedicarem à análise do problema, sem preconceitos, com a isenção do cientista que faz o diagnóstico de uma determinada realidade para ajudar o encontro de soluções.

Tem-me ocorrido assinalar o insuportável número dos juristas que se preocupam com os fatos que informam a sociedade agrária e, já agora, transbordam para o meio urbano, gerando inquietações que muitos insistem em ignorar.

Não é difícil encontrar a relação íntima entre os problemas do êxodo rural e os da inchação dos centros urbanos.

Não faz muito o Prof. John Galbraith, com a autoridade de sua condição de um dos mais destacados economistas de nossa época, chegava à conclusão de uma melancólica de que para os males da vida rural, não há outra solução que a favelização dos grandes centros, onde

ponderáveis parcelas da população encontram melhores condições de vida do que no campo. Temos como certo que a conclusão do mestre de Cambridge não se pode caracterizar como solução, mas como o mal menor, ditada pela lei muito humana do menor esforço.

Por uma concepção objetiva do direito

Pontos de vista preconcebidos à parte, é necessário examinar o fenômeno tal como ele se apresenta em suas causas e consequências.

O reduzido número de juristas que aqui e neste continente se dedicam ao estudo do direito agrário, é sintomático. É grande o número de civilistas, de administrativistas, de comercialistas e agora de nuclearistas em contraste com a minoria dos jus-agraristas que, espontaneamente, assumiram um compromisso com a realidade social de nossa época de transição.

Essa constatação indica a ocorrência de um fenômeno que pode ser considerado sob vários aspectos, em função até de ideologias. É, em qualquer caso, a alienação da maioria dos juristas face aos problemas do nosso tempo. O oposto daquilo que *Recaséns Siches* chamaria "o direito como forma de vida humana objetivada", um conjunto de idéias ou de significações determinantes da conduta humana.

Concluo daí, que os juristas não devem consentir, por sua omissão ou alienação da realidade do nosso tempo, que outros lhes tomem a bandeira das reformas que podem ser realizadas sob o sig-

no da norma jurídica realista, para procurarem realizar essas transformações, pelos processos violentos que acabam por destruir a própria ordem jurídica.

"O Código Civil Brasileiro — sustenta um dos nossos mais lúcidos juristas, o Prof. *Orlando Gomes*, que é jurista e humanista — figura, entre os mais recentes monumentos jurídicos da humanidade, como uma das mais perfeitas expressões normativas da doutrina individualista e liberal. (...) Sem receio de contradição, mas com naturais reservas de toda generalização, pode-se asseverar que a reforma do Código Civil se há de cumprir no superior propósito de sua popularização" (in *A CRISE DO DIREITO*, págs. 123/124).

O acesso a terra

Não há exagero em sustentar que o drama crucial do campo é a dificuldade de acesso à terra por parte dos que têm vocação para exploração da atividade agrícola.

A insatisfação camponesa extrapola do campo para as cidades e contagia as classes médias, porque não foi possível, até agora, conciliar as exigências dessa massa migrante para um ambiente que lhes é estranho.

O Prof. *Samuel Huntington*, sem pontos de vista preconcebidos, mas apenas com visão realista e de conjunto, distinguiu entre a insatisfação que domina os camponeses e a que inquieta outros segmentos da sociedade atual.

E conclui que "quando as condições da propriedade da terra são justas e asseguram um meio de vida viável ao camponês, a revolução é improvável. Quando as condições são injustas e o camponês vive na pobreza e no sofrimento, a revolução é provável quando não inevitável, a menos que o governo tome prontas medidas para remediar essas condições. Nenhum grupo social é mais conservador do que os camponeses proprietários, e nenhum é mais revolucionário do que os camponeses que possuem muito pouca terra e pagam um arrendamento muito alto" (*Samuel Huntington*, in *Political Order in changing society*, edit. Yale University U.S.A.).

Há uma sociedade em mudança e essa mudança se traduz nas insatisfações e nos atos, por vezes, pouco compreendidos por uma grande parte da elite intelectual.

A essa inquietação há que se opor o corretivo da reforma necessária e racional que precisa ser pensada maduramente. Reforma é mudança do *status quo* em busca de correção de situações que se apresentam defeituosas ou incompatíveis com a realidade.

O instrumento técnico para essa transformação é, sem dúvida, o direito agrário.

Peculiaridade da América Latina

Sobre as características do direito agrário latino-americano fez observações memoráveis o notável jus-comparatista René David, segundo informação do eminente Prof. *Emilio Romagnoli*, no "Encontro Internacional de Jus-Agraristas", em Belém, em maio deste ano. E acrescenta: "Elementos tradicionais e elementos sócio-econômicos, colocaram os legisladores dos países latino-americanos frente a problemas do mundo agrícola em parte diversos daqueles dos países europeus, conquanto haja entre uns e outros pontos em comum" (*Emilio Romagnoli*, O DIREITO AGRÁRIO E SUA EVOLUÇÃO).

Seria a reforma agrária a simples distribuição de terra aos que não têm ou se traduziria em procedimento mais complexo e científico?

Se a simples distribuição de terras fosse a solução, não se registrariam inquietações e dificuldades em países de grande extensão territorial e escassa população.

Otto Morales Benítez, eminente homem público da Colômbia e jus-agraria devotado aos problemas de seu país e do continente, assinala que não é fácil definir Reforma Agrária. Passa em revista as várias concepções, desde as chamadas democráticas até as que se situam no pensamento de teóricos e homens de ação dominados pelo radicalismo.

O caminho que lhe parece mais acertado, para fixar uma orientação e desta partir para soluções, é o estudo do Direito Agrário. Nos últimos tempos, diz o mestre colombiano, avançaram consideravelmente os estudos da matéria agrária. Este progresso não é suficiente para dar solução ao problema sócio-econômico do continente, já que esse estudo não fixa um consenso sobre a melhor forma de conciliar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social. Em tal situação, um papel importante cabe à Universidade:

"Donde la Universidad está atenta el proceso social, ella ha cumplido su etapa de análisis de los problemas, — em sus diferentes aspectos — convocando a gentes de su país y de otros meridianos. Muchos de quienes hoy estamos aquí hemos participando en esos coloquios a nivel universitario, en casi todos los países de nuestro continente.

Se ha cumplido el proceso normal en la creación y el fortalecimiento de la norma (...)"



Otto Morales Benítez.

E destaca um aspecto que é relevante e corresponde a um imperativo da nossa época: não é medida acertada o estudo de leis isoladas ou fragmentárias, porque o que se impõe é o estudo de conjunto, que corresponde a um marco científico adequado para sua interpretação.

"O Direito Agrário permite aos juristas encontrar a explicação mais adequada desde o ponto de origem remota e a explicação antropológica e sociológica recente, do que propõem e propiciam essas novas leis, que indicam uma mudança estrutural no corpo orgânico da nação".

Seu raciocínio se desdobra no exame dos vários aspectos abrangidos pelo campo do direito agrário, desde os problemas de cada país, até o que ela denomina a necessidade de "prevenir o desequilíbrio do mundo".

Universidade e jurisdição agrária

Mas os institutos do direito agrário não resolverão por si mesmos os problemas da sociedade agrária.

Há que animar as normas com um instrumento adequado à solução dos conflitos emergentes, através de uma jurisdição agrária, uma justiça que não se detém, apenas, nos aspectos puramente jurídicos mas se preocupa com os aspectos sociais predominantes.

Universidade e justiça especializada são dois instrumentos capazes de dar vida às normas que regulam as relações da sociedade agrária.

Há que atender às peculiaridades dos problemas suscitados pela atividade de exploração da terra, com vistas a produzir alimentos e recursos outros para o bem-estar dos homens.

Aqui há uma concordância de conceitos e de visão do problema agrário, com um jurista do porte de *René Savatier* que, com argúcia, distingue entre a natureza do direito agrário e de outros ramos do direito. Para essa caracterização *Savatier* tomou como exemplo a empresa agrária "(...) Mesmo na empresa o direito agrário se distingue do direito das empresas comerciais e industriais, por uma diferença fundamental, cuja importância é, muitas vezes, ignorada. Enquanto o industrial manipula a matéria inerte, o agricultor manipula a vida, seja vegetal, seja animal. É por essa vinculação à terra que o direito agrário se caracteriza e comanda" (*René Savatier*, in "Les Métamorphoses économiques et sociales du Droit Privé d'aujourd'hui" 3a. parte, Lib. Dalloz, Paris).

Mensagem de esperança

Em seu "Derecho Agrario y otros temas de la tierra", *Otto Morales Benítez* aborda outros aspectos do mundo e suas implicações com as normas jurídicas. Dessa concepção decorrem outros enfoques dos temas ligados à exploração da terra como bem de produção essencial.

Neste caso merecem referência especial a análise do Código colombiano de recursos naturais renováveis e de proteção do meio ambiente, a organização dos camponeses, o cooperativismo e o crédito agrícola.

Cabe uma referência especial, nesta tentativa de resumo do pensamento de *Morales Benítez*, ao papel que ele muito justamente atribui ao Prof. *Ramon Vicente Casanova*, antigo Reitor da Universidade de Mérida, fundador e presidente do Instituto Ibero-americano de Direito Agrário e de Reforma Agrária.

A pregação agrarista de *Casanova* não se limita ao seu DERECHO AGRARIO, por si só valioso — e que percorre todo o continente em nova e atualizada edição — porque tem suas raízes mais profundas no seu sentimento da pátria, tão bem retratado em *Candelas en la niebla*. É a história da luta pela liberdade política realizada pelo seu pai, luta em que se encontram entrelaçados, como ressaltava *Morales Benítez*, venezuelanos e colombianos, para demolirem a cidadela autoritária e corruptora, travestida de instrumento "da felicidade contra a vontade política de seus compatriotas".

Há uma tarefa a empreender neste continente em que o desenvolvimento

econômico terá que revestir caráter social.

O desenvolvimento deve visar à constituição de uma sociedade melhor e mais justa. Esta concepção, para honra do Brasil, está consagrada no texto constitucional e no "Estatuto da Terra", a grande lei reformadora de 1964. O conceito é, também e sobretudo, de ciência política, na busca de uma sociedade justa em que a todos se assegurem oportunidades de ascensão.

O grande sinal dessa necessidade está no êxodo rural que se acelera com a conscientização das gerações mais novas de rurícolas, que abandonam a terra na busca do "el-dorado" dos centro urbanos.

Morales Benitez adverte para a necessidade de o poder público instituir e executar programas de adaptação das juventudes rurais: "Estes programas das Juventudes Rurais devem ser reconhecidos como entidades de serviço público que merecem uma prioridade nos esforços pelo progresso do campo" "(...) Porque estamos seguros de que cada camponês jovem que consegue ajuda e orientação, se incorpora mais ativamente à vida de cada nação. É como se sentisse mais a terra, sob seus pés (...) Como algo que lhe pertence em sua função social e humana".

Um capítulo, "La Reforma Agraria y su mision social en América Latina" é dedicado à memória de J. Paulo Bitencourt que foi um dos mais devotos e inteligentes estudiosos do direito agrário no Brasil.

A figura apostolar de Giangastone Bolla que foi, durante muitos anos, o polarizador dos estudos agrários a nível mundial, desde seu refúgio de Florença, é lembrado como um exemplo para as gerações presentes e futuras com responsabilidade na construção de um mundo melhor, livre de injustiças sociais, de necessidades alimentares.

Temos aqui mais uma mensagem de esperança para os juristas da América Latina, para que sejam mais do que juristas; cumpram-lhes cooperar para que o continente latino-americano, principalmente, procure os caminhos de sua ciliação com as realidades do mundo presente, ajudando a dar soluções aos problemas do seu povo, com a implantação da justiça social. Sem esse pensamento em ação, não se alcançarão os resultados desejáveis do desenvolvimento econômico.

A América Latina precisa de reforma em sua estrutura econômica e social que acelere o desenvolvimento e para, ao mesmo tempo, "melhorar e elevar a conduta dos seres que temos marginalizados, na cidade e no campo".

Devemos levar em conta, ao focalizar o pensamento e as idéias do Prof. Otto Morales Benitez que se trata não apenas de um teórico do direito, mas de

um estadista identificado com o ideário democrático, experimentado na cátedra das universidades, e no exercício de postos legislativos como senador e deputado e de cargos de Ministro de Estado. A isso se junta sua experiência internacional que corresponde a uma preocupação constante de investigação sócio-econômica, com vistas ao desenvolvimento continental, nem só econômico, mas também social.

Crédito agrícola em reformulação

Modificações na Resolução n.º 698 do Banco Central

A ênfase que o governo pretende dar ao setor primário começa a ser efetivada mas de forma tão racional como seria de desejar. Dar crédito é um grande passo no sentido de desenvolver a agricultura, mas tal liberalização poderá ter resultados negativos se não for acompanhada de um mínimo de racionalidade.

O empenho do poder público se traduz também na iniciativa de enviar ao estrangeiro dois técnicos para estudar o crédito agrícola, nomeadamente o crédito cooperativo, sob a inspiração do sucesso da *Caisse Nationale du Credit Agricole da França*.

Viajaram com esse destino os economistas Denis Ribeiro, do Ministério da Agricultura, e Maylson Nóbrega, do Ministério do Planejamento.

Uma das medidas básicas para tornar o crédito um instrumento eficiente é a eficiência da agricultura. Esta será possível partindo de sua organização, através do associativismo que tem o nome de cooperativismo.

Isto não exclui outras formas de associação e de cooperação, principalmente para os pequenos e médios empresários agrícolas.

Sabe-se que, de acordo com a Resolução número 698 do Banco Central, os bancos privados são obrigados a aplicar em financiamentos agro-pecuários, um mínimo de 20 por cento dos depósitos à vista. Este limite vai ser ampliado, segundo foi prometido pela direção do Banco Central.

O crédito cooperativo, e não simplesmente o crédito para as cooperativas, seria a fórmula mais adequada de desenvolver o setor agrícola. Esta modalidade de crédito ficou comprometido nem só pelas experiências frustradas do passado, como também pelas restrições que para ele resultaram da chamada lei de reforma bancária, a Lei número 4.595,

de 1964. Esta inviabiliza o cooperativismo de crédito e a poupança no setor.

Tenhamos em vista — já que os modelos vitoriosos devem ser considerados — que o maior estabelecimento de crédito do mundo, é uma entidade cooperativa, a *Caisse Nationale de Credit Agricole* da França que se situa em posição competitiva com os maiores estabelecimentos bancários do mundo, mesmo aqueles de natureza preponderantemente mercantil, tais como o Bank America Cooperation, o Citicorp, o Deutsche Bank, o Dresdner Bank, o Chase Manhattan Bank, o Sumitomo Bank, para citar os maiores.

Para ter-se uma idéia da dimensão do sistema de crédito cooperativo da França, basta referir que seu ativo é hoje, superior a US\$ 110.000.000.000,00, com depósitos superiores a US\$ 100.000.000.000,00, e que financia 3/4 da agricultura francesa. A *Caisse* é uma federação de entidades financeiras: na base, as 3.060 caixas locais, as 94 caixas regionais. Assemelha-se ao sistema espanhol: Caja Rural Nacional, Cajas Rurales Provinciales e Cajas Rurales Comarcales y Locales.

No Encontro Internacional de Juristas Agraristas, de Belém, em maio deste ano, informações da maior significação que devem ser aproveitadas pelo Brasil, foram feitas pelos professores Domingo Solis Ruiz e José Pomares Martinez, respectivamente Presidente e Secretário Geral da *Caja Rural Nacional da Espanha*.

Outros modelos: os *Federal Land Bank Associations*, as *Cooperative Production Credit Associations* e o *Bank for Cooperatives*.

Por fim, as entidades tipo Reiffeisen da Alemanha, o Banco Internacional Cooperativo (INGEBA), com sede na Suíça e as agências de poupança e financiamento cooperativos, *Desjardins* do Canadá.

Otto Morales Benitez, *DERECHO AGRARIO Y OTROS TEMAS DE LA TIERRA* edic. da Universidad Externado de Colombia 1981.

* Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura.

Assine

A LAVOURA

CCPL é leite,



A CCPL está crescendo, multiplicando suas fábricas e arregimentando mais e mais fornecedores de leite em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, numa área de quase 300 mil quilômetros quadrados.

Agora, são 32 mil produtores de leite, cujo trabalho diário, desde a madrugada ao anoitecer — ininterrupto — é mais uma prova de raça e fibra do pecuarista brasileiro, acostumado a enfrentar tempo difícil e condições adversas, sem esmorecer. Este é o homem forte e destemido que, nestes 33 anos da CCPL pôde elevar o cooperativismo à condição de maior relevo do progresso industrial. Homens dedicados a produzir alimento de alta qualidade.

Alimento sadio das melhores bacias leiteiras do país.

Mas a CCPL não pára na recepção do leite e sua industrialização.

Ela amplia suas pesquisas tecnológicas e diversifica seus produtos, todos saborosos e nutritivos; forma técnicos e preocupa-se com os rebanhos bovinos em sua área de ação, além de abrir estradas vicinais neste imenso território de meia centena de cooperativas regionais e catorze postos de recepção direta do leite.

leite é vida!



CCPL — Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda.

Aborto em bovinos: Principais causas

O aborto em bovinos pode ser provocado por variados fatores, que deverão ser detectados a tempo de impedi-lo. A LAVOURA publica o artigo do Prof. Walter Názero, que sintetiza as principais causas de aborto, a maneira correta de identificá-los e evitá-los.

Walter Názero (*)



O rebanho deve receber alimentação rica em vitaminas, pois esta influi diretamente na fertilidade da matriz.

Determinados abortos são muitas vezes diagnosticados sem base científica, sem análise das circunstâncias que envolvem a criação dos bovinos, como alimentação, manejo, suplementos vitamínicos ou minerais, medicamentos, vacinas e outros produtos usados. Na verdade, é de extrema importância o conhecimento dos motivos reais que levam as fêmeas bovinas a abortarem, por isso passamos a relacioná-los a seguir.

Causas parasitárias

a) *Tricomoníase* — trata-se de doença venérea que causa a infertilidade. Seu agente, *Trichomona foetus*, é transmitido pela cobertura e a multiplicação do agente aumenta nos períodos de cio (vaca viciada) e prenhez. O sinal principal da doença é o abortamento de 2 a 4 meses de prenhez, muitas vezes de-

saperecebido, acarretandoaios irregulares. A frequência de aborto é de 5 a 30%. Os machos podem apresentar lesão no prepúcio, de onde se isola o *Trichomonas*. Nas fêmeas, o diagnóstico é feito através de exame do feto, líquidos fetais e corrimentos uterinos.

b) *Babesiose* — conhecida como tristeza bovina, esta doença é transmitida por carrapatos e provoca febre, abatimento e anemia. Eventualmente, a babesia (ou piroplasma) pode atravessar a placenta e atingir o feto, provocando abortamento.

c) *Toxoplasmose* — doença produzida pelo *Toxoplasma gondii*, provoca febre, perda de apetite, tosse, corrimento nasal e ocular. Eventualmente, provoca abortamento em ovelhas e porcas.

d) *Micoses* — doenças causadas por *Aspergillus* ou *Mucor*, que vão ao útero por via sangüínea, apresentando índice de abortamento em torno de 7% em fase final de prenhez. No exame das vacas, nota-se que os botões placentários estão mortos, com aspecto amarelado. No

feto encontram-se pequenas lesões acinzentadas esparsas, assemelhadas à tinha. Para o exame de laboratório manda-se a placenta ou seus botões, bem como o estômago do feto.

Causas infecciosas

a) *Brucelose* — esta doença, conhecida como aborto infeccioso ou contagioso, é bastante comum nas vacas, raramente atingindo o homem, os suínos, caprinos e ovinos. Nos bovinos é causada pelo germe *Brucella abortus* e a contaminação se dá através da água de bebida e alimentos infectados por corrimentos vaginais, placentários (secundina), fezes e urina. Entre um e sete meses depois da contaminação, o germe vai para o feto, causando lesões e abortamento. Em seguida, há a retenção da secundina, provocando dificuldades de nova prenhez. Este aborto se dá, geralmente no sétimo mês de prenhez. O diagnóstico é

feito pelo envio de soro do sangue, conservado em gelo, estômago do feto, secundina, corrimento uterino, leite e sêmen.

b) *Vibriose* (Campilobacteriose) -- esta doença é venérea, sendo causada pelo germe *Vibrio foetus*, atualmente denominado *Campylobacter foetus*, ocorrendo em 5 a 20% das vacas do rebanho e com 4 a 6 meses de prenhez ou menos ainda. Nos fetos abortados são encontradas porções de pus na cavidade abdominal. A secundina torna-se inchada, turva e com hemorragias. O diagnóstico se faz com o exame do conteúdo do estômago do feto e dos corrimentos da vagina da vaca.

c) *Leptospirose* -- a doença se dá pelo contato com urina de animal doente ou portador, através da água de bebida, alimentos, pele ou mucosa, quando houver feridas. É provocada pelo germe chamado *Leptospira*, sendo os ratos os maiores propagadores da doença no rebanho. Nas vacas provoca febre, abatimento, dificuldades para andar (às vezes) e irritação. Quando o germe vai para a secundina, provoca aborto em 25 a 30% das vacas do quinto ao nono mês de prenhez. Para o laboratório deve-se mandar o feto inteiro abortado (em gelo), ou fígado e rins (em formol a 20%). Da vaca manda-se o soro do sangue e a urina.

d) *Tuberculose* -- quando na forma disseminada, geralmente em rebanho leiteiro, chega às trompas uterinas e causa infertilidade para sempre. Se alcançar o útero durante uma prenhez, provoca lesões e aborto.

e) *Vaginite granulosa* -- também conhecida por doença venérea granular, manifesta-se pela presença de elevações com aspectos de sagu na entrada da vagina, notando-se o mesmo no pênis, causando vermelhidão e sensação dolorosa. A doença espalha-se pelo rebanho por meio da cobertura e inseminação. O germe formado de pus age sobre a fertilidade, causando aborto. Para o laboratório, deve-se mandar corrimento vaginal e raspado dos nódulos vaginais.

f) *Aborto paratífico* -- doença mais comum em ovelhas e éguas, sendo os casos em bovinos provocados pelo germe *Salmonella dublin*, que nos bezerros provoca a diarreia paratífica. Nas éguas o germe é *Salmonella abortus equi* e nas ovelhas *Salmonella abortus ovis*. Para evitar este tipo de aborto em vacas, a vacina contra o paratifo deve ser aplicada.

g) *Leucose* -- o vírus da doença atinge os nódulos linfáticos, provocando tumorações que comprometem a vida do animal. Os principais sinais são perturbações digestivas crônicas (empanzinamento, diarreia), gânglios inchados, olhos saltados das órbitas, algumas vezes para-

lisias. Não há referências de que o germe, por si só, produza o aborto. No entanto, a doença interfere na reprodução, causando infertilidade.

h) *Chlamidiose* -- também conhecida como aborto bovino epidêmico, esta doença ocorre quando a temperatura é amena ou quente, provavelmente transmitida por insetos sugadores. Atinge 75% das vacas do sétimo ao nono mês de prenhez. Os fetos têm inchaço embaixo da pele, aumento do baço, hemorragias na boca, fígado com aspecto de sagu. Para o laboratório deve-se enviar botões da placenta.

i) *Septicemia* -- nesta doença o animal tem o sangue invadido por germes que vão para todas as partes do corpo, inclusive para o útero, onde atigem o feto, provocando seu aborto. Para o laboratório manda-se o conteúdo do útero ou canela, para identificação do germe.

j) *Infecções uterinas* -- estes germes: *Escherichia coli*, *Salmonellas*, *Corynebacterium pyogenes*, *Streptococcus*, *Staphylococcus*, *Pasteurella multocida*, *Pseudomas aeruginosa*, entre outros, são responsáveis por infecções uterinas que podem influir na prenhez, provocando aborto em várias épocas da gestação.

k) *Anaplasmosse* -- é uma doença contagiosa febril que, em bovinos, é provocada pelo germe *Anaplasma marginale*, comum em épocas quentes, quando carrapatos e insetos sugam o sangue. Existe a anaplasmosse fetal, que causa posterior aborto. Os sintomas são febre alta (41°C), respiração acelerada e tristeza bovina. Para o laboratório manda-se o sangue total e esfregaço sangüíneo em lâmina. O feto apresenta aumento de fígado e baço com hemorragias.

l) *Rinotraqueite* -- a doença é conhecida como vulvovaginite granular, cujo germe é o *Herpes virus bovis 1*, que, após causar problemas respiratórios durante 2 ou 3 meses, causa aborto em 10% das vacas do quarto ao sexto mês de prenhez. O germe não causa alterações no útero ou secundina, chegando aí pelo sangue. O feto é expulso somente no início de putrefação. O diagnóstico é feito pelas informações clínicas e por exclusão das outras causas de aborto.

m) *Doenças das mucosas* -- também conhecida como diarreia a vírus, causa feridas e hemorragias no trato digestivo, com diarreia e desidratação. Pode provocar o aborto em fase aguda, quando o germese instala no útero, por volta do quinto mês de prenhez.

n) *Língua azul* -- esta doença não é descrita no Brasil, sendo mais comum em ovinos, atingindo também bovinos e caprinos, onde causa abortos.

Causas nutricionistas

a) *Deficiências de macroelementos (Ca, P e Mg) e microelementos (Fe, Cu, Co, etc.)*: exercem influência direta sobre a fertilidade e a regularização do cio dos rebanhos, mas não são responsáveis diretos pelo aborto. A deficiência de iodo tem sido responsabilizada por abortos.

b) *Deficiência de vitamina A*: conhecida como avitaminose A, causa nos epitélios em geral e, particularmente no genital, um engrossamento com rachaduras que diminui sua resistência, podendo ser causa de abortamentos.

c) *Deficiência de vitamina E*: é conhecida como avitaminose E. A vitamina E é essencial e específica apenas para ratos, não estando envolvida na reprodução dos bovinos, sendo intimamente relacionada com o selênio.

Causas endócrinas ou hormonais

Distúrbios da progesterona (responsável pela manutenção da gestação) ou de estrógenos (responsáveis pelo cio), podem resultar em abortos.

Causas tóxicas

a) *Micotóxicoses*: são doenças provocadas pela ação de vários produtos tóxicos elaborados por fungos que, normalmente, podem estar presentes nos alimentos de origem vegetal. Neste caso, as fêmeas prenhas podem abortar. Diz-se, então, que o aborto foi secundário a uma intoxicação. Entretanto, existem alguns fungos que elaboram produtos tóxicos de ação específica sobre o útero, dizendo-se então que o aborto foi de origem primária. Dentre estes podemos citar o Ergotismo, que ataca bovinos e outras espécies, sendo causado pelo fungo *Claviceps purpurea*, que ocorre nas plantações de centeio, trigo, certas gramíneas e leguminosas. Nesta intoxicação ocorre dificuldade na circulação do sangue devido aos ferimentos nos vasos, bem como gangrena nas partes terminais do corpo do animal, aparecendo ainda o aborto. Há também o Aborto Micotóxico, causado por fungos que parasitam o milho, cevada e trigo, produzindo toxinas com "fator estrogênico", o qual ativa a membrana do útero, fazendo-o contrair-se e provocando o aborto. Os fungos são:

Giberella Zeae, *Fusarium culmorum*, *Fusarium oxysporum*, *Fusarium moniliforme*, *Stachybotris atra*, *Aspergillus fumigatus*, *Claviceps paspali* e *Ustilago maydis*. Quando há suspeita de aborto deste tipo, deve-se enviar ao laboratório o alimento que está sendo consumido, de cocho ou de pastagens.

b) **Plantas tóxicas:** como nas micotoxicoses, as plantas tóxicas podem provocar abortos secundários à intoxicação ou primários, desde que o princípio ativo da planta tenha interferência no processo de reprodução. Entre as plantas tóxicas que provocam aborto temos: *Pilocarpus jaborandi*, que possui substância que atua na musculatura lisa também do útero; *Ricinus communis*, cuja ação laxante é drástica; e *Indigofera endecaphila*, cuja ação abortiva é comprovada em cobaias. Existem alguns vegetais que contêm hormônios de ação abortiva: trevo subterrâneo (*Trifolium subterraneum*), trevo violeta e vermelho e a própria alfafa. Plantas retentoras de nitrato produzem nitrito quando ingeridas, substância altamente tóxica que também pode provocar o aborto.

c) **Intoxicação medicamentosa:** provém do uso errôneo de produtos por superdosagens, podendo provocar abortos por causa do estado tóxico da fêmea. Há medicamentos que podem provocar abortos por ação primária, como os purgantes salinos (sulfato de sódio ou magne) ou em dosagens elevadas podem contrair também o útero. Há medicamentos de ação direta na membrana uterina, como a erfotamina e seus derivados, Yombina, Prostigmina, inseticidas fosforados ou carbamatos, pilocarpina e outros produtos usados para combater cólicas por falta de movimentação do aparelho digestivo. Também as drogas hormonais utilizadas para eliminação da secundina, descida do leite, provocação do cio ou para engorda de novilhas, se usadas erroneamente em fêmeas prenhas, provocam abortos.

d) **Intoxicações alimentares:** alguns alimentos por si só provocam abortos, como é o caso de vegetais contendo hormônios (caso já citado). Outros alimentos podem estar contaminados, como por exemplo, o caso de naftaleno clorados empregados na lubrificação de máquinas, como solventes de inseticidas quínicos, como preservativos de madeira, os quais atuam na evolução da prenhez, devido à baixa de vitamina A que provocam. A rancificação das gorduras também pode provocar baixa na vitamina A e, indiretamente, causar aborto. A cevada fermentada (azedada) produz nos bovinos empanzinamento, queda na produção de leite, diarréia, distúrbios nervosos e abortos. Alimentos em putrefação, principalmente silagens, causam empanzinamento e aborto. A uréia, quando administrada à vontade ou adicionada às silagens



Boas crias são oriundas de matrizes saudáveis.

(mal dosada), causa aborto. Alimentos contaminados por nitratos, geralmente fertilizantes e salitres, provocam dificuldades na respiração dos órgãos da mãe e do feto, ocorrendo então o aborto.

e) **Acidentes por animais peçonhentos:** o veneno de certas cobras, como cascavel, provoca destruição dos glóbulos vermelhos do sangue e, antes da morte, pode também provocar aborto.

Causas traumáticas

Traumas, fadigas, choque cirúrgico, perfurações externas (chifradas) e internas (corpos estranhos), muitas vezes causam aborto.

Outras causas

Não tem sido observada a ocorrência natural em bovinos, mas em experiências, através de injeções intravenosas repetidas do sangue do touro na vaca por ele emprenhada, há destruição dos glóbulos vermelhos do bezerra, ocasionando

aborto. Este fato é conhecido como isoimunização da prenhez.

Uma grande percentagem de abortos, de causas aqui não comentadas, são de origem desconhecida.

Como evitar abortos

Causas parasitárias e infecciosas devem ser evitadas com vacinações (no caso de doenças para as quais já existem vacinas), ou medidas gerais de higiene.

As causas tóxicas são prevenidas através da identificação do elemento tóxico, com a finalidade de afastá-lo dos animais.

As causas traumáticas podem ser evitadas com a observância de cuidados gerais de manejo das fêmeas em gestação.

Causas nutricionais são evitadas com o fornecimento de uma alimentação equilibrada, com suplementação mineral apropriada. O estudo dos minerais revela que não existe nenhum elemento capaz, por si só, de provocar efeitos prejudiciais ou indesejáveis na reprodução. Não provocam abortos, como ocorre em certas doenças contagiosas.

(*) Médico Veterinário, Pesquisador científico do Instituto Biológico de São Paulo.

ASSOCIATIVISMO

Produtores de leite têm nova diretoria

A Associação Brasileira dos Produtores de Leite B, que congrega cerca de dois mil associados, elegeu sua nova Diretoria, para mandato de três anos.

Pedro Nelson Gonçalves foi reeleito presidente; Rubens de Freitas ocupará a vice-presidência, juntamente com Arnaldo Nanetti Dias.

Cacau: Amazônia e Bahia fazem integração

O Pará e o Amazonas deverão contar, a curto prazo, com representações do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau — CCPC, entidade que reúne na Bahia, mais de 90 sindicatos de cacauicultores. A informação é do presidente Írio Athanásio dos Santos que recebeu dos Conselheiros Geraldo Augusto Coni Moura e Olímpio Vargens, requerimento pleiteando representações do CCPC nos dois Estados.

Este foi o primeiro resultado prático da visita feita recentemente por uma Comissão de Conselheiros do CCPC à Região Amazônica, durante a qual foram visitadas áreas produtoras desses dois Estados, além de Rondônia e Acre.

A representação do Conselho no Território de Rondônia foi instalada durante a estada da Comissão do CCPC em Porto Velho. Inicialmente, esta deveria ser a única na Região, mas os Conselheiros decidiram criar outras, no Pará e Amazonas, depois de conhecerem o estágio da cacauicultura nestes dois Estados.

Encontro sobre ovinocaprino cultura em Minas Gerais

Será realizado de 27 a 29 de agosto próximo, na cidade de Montes Claros—MG, o 1º Encontro Sobre Ovinocaprino cultura para Leite, Carnes e Peles. 1º ENCAPRI, promovido pela Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, Caprileite, Sindicato e Sociedade Rural de Montes Claros e pela Prefeitura Municipal de Montes Claros.

Os principais objetivos do Encontro são os seguintes: expansão da produção de caprinos para leite, carne e peles; estudo dos problemas de mercado internacional para produtos da ovinocaprino cultura; exame dos problemas técnicos, econômicos e sociais do criatório

de ovinos e caprinos; análise dos programas governamentais para expansão da ovinocaprino cultura no Brasil; tecnologia disponível para o criatório e para aproveitamento de produtos e subprodutos, principalmente carnes, couros, queijos, iogurtes, etc.; estabelecimento de programas específicos de crédito, assistência técnica e pesquisa para o setor.

Durante o 1º ENCAPRI realizar-se-á também, exposição feira especializada de caprinos e ovinos deslançados, com financiamentos onde os interessados poderão adquirir ou vender, em especial, cabras e ovelhas deslançadas, comuns ou mestiças, como base para iniciação do criatório, além de reprodutores puros.

Minas Gerais

Fora eleitos os membros do Conselho de Administração da Cooperativa Agro-Pecuária de Patrocínio, para o triênio 81/84, ficando assim constituído: Presidente: Wilson Fernandes Veloso; Diretor Comercial: Adélio Nunes Caixeta e Diretor Secretário: José Queiroz.

Brandalise reeleito presidente da ABEF

Flávio Brandalise, vice-presidente da Perdigão, foi reeleito para a presidência da Associação Brasileira dos Exportadores de Frangos — ABEF, com mandato de 2 anos.

A diretoria conta com representantes de todos os Estados brasileiros exportadores de frangos e está assim constituída: Vice-Presidentes: Mário Fontana, Fernando Pinto Marques, Orlando dos Santos Mendes e Reni Pedro Ely.

ABID tem nova diretoria

A Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, seccional do Rio de Janeiro — ABID, empossou seu novo Diretor, o engenheiro Nilo Paçanha Araújo de Siqueira, eleito para o período de 1981/1983.



Pedro Nelson Gonçalves presidirá a entidade até o ano de 1984.

Suinocultor do ano

O Núcleo dos Suinocultores da Região de Muriaé-MG e a Cooperativa dos Suinocultores da Zona da Mata — COPERSUÍNOS, entregaram ao criador Sebastião Loreti, de São João da Glória, Distrito de Muriaé-MG, o Prêmio Suinocultor do Ano de 1980.

Segundo o Diretor da COPERSUÍNOS, Danilo Porcaro, o suinocultor do ano é escolhido de acordo com os critérios básicos de manejo, sanidade e qualidade do rebanho.

Perdas de rações em comedouros de suínos

Claudio Bellaver *
João Carlos Zanardi **

A utilização de comedouros impróprios na criação de suínos pode ocasionar prejuízos ao País, da ordem de 1,5 bilhões de cruzeiros. Este fato foi verificado através de um estudo realizado por pesquisadores da EMBRAPA, cujos resultados A LAVOURA publica neste artigo, para esclarecimento dos criadores sobre a forma mais adequada para alimentação de suínos.



Alimentação no piso é desaconselhável, pois influencia negativamente no crescimento do animal.

Tabela 1

Quantidade de ração perdida em cada tipo de comedouro				
Comedouros	Observações (n)	Quantidade média de ração consumida no dia (kg)	Perda média diária (g)	% de Perda
CL	15	0,37	138	37,3
CAC	27	3,84	196	5,1
CC	25	11,30	595	5,3
CGA	25	1,80	94	5,2
CGS	30	1,80	135	7,5

Em função do substancial incremento na utilização de rações que se verifica na atividade suinícola, representado pelos valores de 316 mil toneladas em 1971 para 1,7 milhões de toneladas em 1977, considerável esforço deve ser direcionado visando que quantidades tão grandes de alimentos não sejam danificados quimicamente, bem como, sejam menores as perdas físicas que rotineiramente ocorrem.

A indústria de apoio à suinocultura lançou uma série de equipamentos, muitos dos quais com bons resultados e outros necessitando de um estudo técnico mais profundo sobre o seu funcionamento, como é o caso de comedouros, que mascaram a eficiência alimentar dos animais em função de suas perdas.

Utilização de comedouros impróprios ocasiona prejuízos aos criadores

Com o objetivo de alertar o setor, foi realizado um ensaio nas dependências do CNPSA, tendo por finalidade quantificar as perdas de rações que ocorrem nas baias dos animais, considerando diferentes tipos de comedouros e a categoria animal. Assim sendo, foram utilizados dois tipos de comedouros automáticos e três em que a ração foi colocada duas vezes ao dia, podendo os mesmos serem visualizados na figura 1. Todas as rações utilizadas atenderam aos requerimentos mínimos de acordo com as tabelas usadas para cálculo de rações, segundo as categorias animais. As perdas de ração foram coletadas diariamente em bandejas colocadas sob os comedouros durante um período de quatro dias, eliminando-se também a umidade das amostras. A contaminação com fezes foi deduzida nos cálculos após a visualização por um grupo de 4 pessoas.

O cocho para leitões (CL) está situado na gaiola de parição, onde a ração utilizada foi a peletizada. Nessa fase o número médio de leitões por gaiola de parição foi 8 e pesavam em média 5,25 kg ao início da coleta.

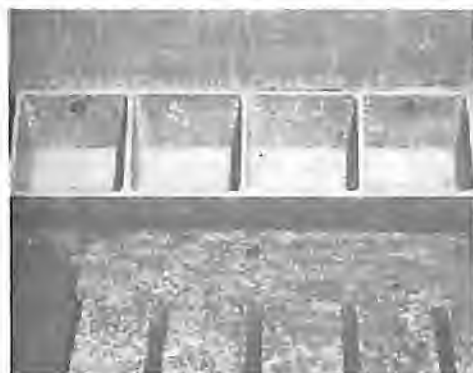
Após o desmame, os leitões ficavam na creche em gaiolas suspensas, recebendo ração peletizada em comedouro automático (CAC). Foram utilizados 8 animais por baia com peso inicial de 9,85 kg.

Na fase de crescimento a ração utilizada foi na forma farelada fornecida em comedouro automático (CC), sendo em número de 6 animais por baia, pesando em média 30,37 kg, ao início do teste.

Na gestação os comedouros eram de cimento com bebedouro acima do comedouro (CGA), permitindo a entrada

Figura 1

Comedouros utilizados no teste



Comedouro para leitões (CL).



Comedouro Automático na Creche (CAC).



Comedouro para crescimento (CC).



Comedouro para Gestação com água (CGA) e Comedouro para Gestação sem água (CGS).

de água na ração. No outro tipo de comedouro a ração era ingerida seca (CGS). Na CGA as porcas pesavam em média 173,00 kg e no CGS as porcas pesavam 171,41 kg. Em ambos os casos a ração era farelada e administrada individualmente.

O percentual de perda obtido com os diferentes tipos de comedouros pode ser apreciado na Tabela 1.

Nesse trabalho foi considerado que a ração que caía fora do comedouro seria perdida, muito embora os animais possam comer parte desta, apesar de que a alimentação no piso perdeu adeptos devido a diminuição do crescimento, aumento de risco ao parasitismo e afecções respiratórias, além das perdas de alimentos decorrentes do método.

A construção dos referidos comedouros foi feita de maneira que possibilitasse a regulação do fluxo de ração por gravidade, no entanto para as categorias de animais trabalhadas, a redução da passagem do alimento para diminuir o percentual de perda levou a paralisação do fluxo, determinando a perda da condição automática atribuída ao comedouro.

Os CL foram os que mais perderam em termos percentuais, visto que os lei-

tões consumiram pouca ração e fuçaram bastante.

Sob o aspecto de eficiência alimentar, onde para maior clareza, executa-se um exemplo para animais em crescimento, assumindo que o ganho diário e o consumo diário médios sejam 0,65 e 2,00 kg respectivamente e a perda nessa categoria seja de 5,3%.

Consumo	Ganho	Conversão	Eficiência
2,000 kg	0,65 kg	3,08	32,50%
1,894 kg	0,65 kg	2,91	34,32%

Há portanto, um incremento de 1,82 por cento em eficiência alimentar, quando é considerado o aspecto perda, para o caso exposto.

Testes questionam eficácia dos comedouros

Considerando o exemplo acima e assumindo-se o custo de Cr\$ 18,00 kg de ração de crescimento, a perda de ração significa um prejuízo de Cr\$ 1,90 por dia por animal em crescimento, ou Cr\$ 0,95/kg de ração de crescimento

consumida. Se for considerado que estas perdas ocorrem nas propriedades em geral em maior ou menor grau e considerando que esta perda seja de 5,3% sobre 1,7 milhões de toneladas em 1977, o valor ultrapassa 1,8 bilhões de cruzeiros.

Os 5 tipos de comedouros avaliados propiciaram perdas de ração que oscilam de 5,1 a 37,3%.

Estima-se que os prejuízos econômicos totais oriundos dessas perdas, ultrapassem a 1,5 bilhões de cruzeiros. O percentual médio de desperdício de ração para uma criação de 30 matrizes atinge 5,44%, representando 9.100 kg de ração que ao preço de Cr\$ 18,00 atingem Cr\$ 163.800,00 por ano.

Sugere-se que as indústrias de equipamentos suínos procurem averiguar, investigar e/ou solicitar a investigação de órgãos competentes sobre modelos de comedouros, cuja construção seja mais eficiente.

* Pesquisador do CNPSA, C. Postal D-3, 89.760 - Concórdia - SC.
** Estudante de Zootecnia PUC, Uruguaiana, Estagiário no CNPSA.

EXPOSIÇÕES E FEIRAS



Os cavalos da raça Árabe têm obtido recordes de preço em leilões recentes.

Cavalos árabes alcançaram ótimos resultados no 1.º Leilão Hippius

Os melhores resultados do recente leilão equino realizado no Tattersall do Jockey Clube de São Paulo foram obtidos por animais da raça Árabe, batendo recordes de preço tanto para machos como para fêmeas. A média entre os cinco Árabes apresentados foi de Cr\$ 1.514.000,00, sendo o macho de maior preço alcançou Cr\$ 1.550.000,00 e a melhor égua foi vendida por Cr\$... 2.700.000,00.

O leilão comercializou 53 animais de 9 raças distintas, com movimento total da ordem de Cr\$ 29,3 milhões, registrando média de Cr\$ 542.407,00 por cabeça.

Presidente Prudente realiza XVIII Exposição de Animais

A XVIII Exposição de Animais será realizada no período de 4 à 14 de setembro, em Presidente Prudente - SP, quando várias raças bovinas e equinas estarão apresentadas para julgamento.

Simultaneamente ao evento, acontecerá o IV Campeonato Nacional de Equinos Quarto de Milha de Serviço e IV Torneio Leiteiro da região e ainda leilões de equinos e bovinos de diversas raças.

A promoção é do Sindicato Rural de Presidente Prudente, Sociedade Rural do Sudoeste Paulista, Divisão Regional Agrícola de Presidente Prudente-DIRA, Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema e da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente.

IV Feepam

De 8 a 16 de agosto aconteceu a IV FEAPAM — Feira Agropecuária da Alta Mogiana, em Ribeirão Preto — SP.

Durante a IV FEAPAM, foram realizados 4 leilões de animais equinos, das raças Mangalarga Marchador e Quarto de Milha e ainda bovinos de corte, bubalinos e raças leiteiras.

Itaperuna realiza tradicional exposição agropecuária

Realizada de 8 a 12 de maio passado, a XVIII Exposição Agropecuária e Industrial de Itaperuna, apresentou resultados satisfatórios em termos de qualidade dos animais participantes, proporcionando boa oportunidade de comercialização aos criadores presentes.

Os grandes destaques da exposição, merecedores dos primeiros prêmios, estão relacionados a seguir:

Bovinos

Holandês preto e branco

Grande Campeão e Campeão Touro Jovem — Sarah Zico Astronaut — Proprietário: Osmar Teixeira Curty — Fazenda Granja São Miguel — Itaperuna - RJ.

Grande Campeã e Campeã Novilha — Cincerro Bootes Creta — Proprietário: Gecimo de Souza Paes — Sítio São João — Campos - RJ.

Holandês vermelho e branco

Grande Campeão e Campeão Sênior — Planície Citation Buck — Proprietário: José D'Abreu Salgado — Fazenda das Fruteiras — Porciúncula - RJ.

Campeã Vaca Adulta — Carla S.B.C.S. — Proprietário: J. Braga e Nelma Braga — Fazenda Bosques das Holandesas — Itaperuna - RJ.

Nelore

Grande Campeão e Campeão Sênior — Charge — Proprietário: Alberto Laranja — Usina Portela — Itaocara - RJ.

Grande Campeã e Campeã Vaca Adulta — Caledonia — Proprietário: Alberto Laranja — Usina Portela — Itaocara - RJ.

Fichas para pesquisas sementes florestais sobre germinação de

Alceo Magnanini (*)



Conhecimento sobre germinação de sementes dos eucaliptos possibilita ótimos resultados na cultura desta espécie.

Um dos alicerces para o sucesso nas atividades silviculturais, reside na obtenção de sementes capazes de se desenvolverem em indivíduos sãos e produtivos. Além disso, é imprescindível o conhecimento exato das épocas e prazos adequados para a germinação.

Para os eucaliptos, em geral, graças aos importantes trabalhos feitos em Rio Claro - São Paulo, pelo Dr. Edmundo Navarro de Andrade e seus sucessores, o conhecimento auferido sobre germinação de sementes já é suficiente para garantir excelentes resultados na eucaliptocultura. Outro tanto não sucede com as demais, numerosas, essências florestais indígenas, bem como para algumas espécies introduzidas, para as quais inexistem dados sistematizados.

Considere-se, também, que são numerosos os fatores que têm influência sobre o comportamento da semente, motivo porque justamente nesta parte de silvicultura é que o pesquisador encontra vasto campo para seus ensaios e estudos.

Em junho de 1958, quando na chefia da Seção de Pesquisas do então Serviço Florestal do Ministério da Agricultura

tive ocasião de organizar duas fichas onde se tentava abranger alguns dos fatores mais importantes para o comportamento das sementes. Visava-se economia de tempo e de trabalho e, principalmente, dar uma diretriz aos pesquisadores. Essas fichas deveriam ser preenchidas como um formulário de maneira a permitir, num relancear de olhos, avaliar a importância relativa dos principais condicionantes da germinação. Sua divulgação foi feita pela Seção de Pesquisas para os antigos Hortos Florestais do Serviço Florestal no interior brasileiro, em 1958.

Atualmente, feita a necessária atualização, são elas agora apresentadas para uso geral por quem o desejar. A primeira é uma página de cadastro de recepção e a segunda, uma página destinada ao registro dos resultados dos ensaios. Compreende-se que havendo considerável quantidade de sementes, poder-se-á preencher uma única página de recepção e anexar outras páginas de registro, tantas quantas forem necessárias.

De qualquer modo, o número de sementes, para cada ensaio, não deverá ser inferior a uma centena pois que

assim se terá melhor base estatística, além da vantagem de se ter imediatamente a porcentagem germinada.

Torna-se evidente que, se alterarmos qualquer item do cadastro de recepção, estaremos introduzindo um novo fator cuja ação poderá ou não alterar os resultados da germinação. Esta dúvida, por si só, exige novo ensaio.

Na parte destinada ao registro dos resultados coloca-se inicialmente a data e a porcentagem total de sementes ensaiadas. Imediatamente em seguida, marcar-se-ão a data e a porcentagem de germinação no dia em que isto se der. Tal registro deverá ser continuado até o dia em que a porcentagem de germinação baixar a zero. O mesmo ensaio deverá ser repetido cada 15 dias, 30 dias ou 6 meses, conforme a duração do poder germinativo seja curta, média ou longa.

O registro desses dados sobre sementes permitirá o conhecimento: a) dos melhores locais, épocas e processo para colheita e conservação; b) do processo mais eficiente para aceleração da germinação; c) do intervalo entre semeadura e germinação; d) da curva da eficácia da germinação; e) da duração do poder germinativo; e, outras conclusões a critério das interpretações dos pesquisadores.

É interessante notar que os registros podem ser feitos por trabalhadores de campo com pouca instrução e que a interpretação científica dos resultados e causas pode ser efetuadas por um técnico, mesmo que este não tenha acompanhado os ensaios.

Em todo caso, há amplas vantagens com a adoção de fichas padronizadas, para uso comum entre os pesquisadores, por isso que o intercâmbio dos dados obtidos, facilitará a sua interpretação com razoável economia de tempo e material.

Por outro lado, essa formulação de quesitos sobre as características de uma espécie (exatamente caracterizada) resultará em vantagens imediatas para a coletividade pesquisadora, tanto mais que o rigor é exigido desde a precisa situação geográfica da matriz das sementes e depois todos os demais fatores desde a colheita até a germinação das primeiras folhas.

A proposta de adoção destas fichas, visa sistematizar um vasto campo de trabalho, onde se nota uma dispersão injustificável das pesquisas até hoje realizadas.

O presente trabalho é dirigido como sugestão não só às entidades públicas como às particulares e poderá ser utilizado em todos os setores agrônômicos, onde se faz mister o conhecimento sobre a germinação das sementes.

Ensaio do poder germinativo

Em laboratório ☐ Nome científico
ou no campo ☐ Preenchido por

INSTRUÇÕES: 1 — Apenas sementes selecionadas devem ser ensaiadas. 2 — O número mínimo para ensaio é de cem (100) sementes. 3 — Sendo feitos ensaios de campo e de laboratório, preenche uma ficha para cada ensaio. 4 — Escreva inicialmente a data de *semeio* e depois o número de sementes; depois, imediatamente em seguida, a data da primeira germinação, e a seguir a quantidade germinada; para cada dia, assinale data e o número de sementes germinadas. 5 — Repita, novo ensaio cada 15 dias, 30 dias ou seis meses, conforme o poder de germinação dure pouco, regularmente ou muito tempo.

NOTA IMPORTANTE: Caso haja alteração de alguma condição da ficha do Cadastro de Recepção, preencha nova ficha de Recepção e utilize nova ficha para registro do ensaio do Poder Germinativo.

Nº en- saio	Data seme- adura	Nº semen- tes usa- das	D A T A S	Nº ger- mi- na- das	D A T A S	Nº ger- mi- na- das	D A T A S	Nº ger- mi- na- das	D A T A S	Nº ger- mi- na- das	D A T A S	Nº ger- mi- na- das	D A T A S	Nº ger- mi- na- das	D A T A S	Nº ger- mi- na- das	D A T A S	Nº ger- mi- na- das	D A T A S	Nº ger- mi- na- das	D A T A S	Nº ger- mi- na- das	D A T A S	Nº ger- mi- na- das
1º																								
Cont. 1º																								
2º																								
Cont. 2º																								
3º																								
Cont. 3º																								
4º																								
Cont. 4º																								
5º																								
Cont. 5º																								
6º																								
Cont. 6º																								
7º																								
Cont. 7º																								

Observações:

FAZENDA CAPELA DE SÃO JUDAS TADEU



Proprietário: Engenheiro Agrônomo JOÃO BUCHAUL

VENDA PERMANENTE DE REPRODUTORES GIR LEITEIRO

Entre as Estações de Rio Dourado e Professor Souza
Casimiro de Abreu — Estado do Rio de Janeiro

Endereço para correspondência:

Av. Quintino Bocaiúva, 365 — Aptº 304 — Praia de São Francisco — Niterói — RJ



BAMBOLE — Campeão em diversas exposições fluminenses e mineiras.

GIR LEITEIRO

O acasalamento de vacas mestiças com touros da raça GIR produz maior número de bezerros, possibilita maior lactação, o bezerro se contenta com menos leite e não há problemas de parto.

Além disso, todo criador experiente sabe que "campeiro não tira leite de vaca brava".

CONSULTE-NOS PARA UM BOM NEGÓCIO

Orthezia Praelonga, uma ameaça à citricultura do Estado de São Paulo

Douglas, 1891 (Homoptera, Ortheziidae), uma ameaça à citricultura do Estado de São Paulo.¹

Paulo Cesar R. Cassino²

Cincinato R. Gonçalves³

Aurino F. de Lima⁴

A colchonilha *Orthezia Praelonga* representa um fator limitante para o desenvolvimento da citricultura no País. Os danos causados atingem, em algumas regiões, cifras bem significativas, sendo responsável, muitas vezes, pela falta de estímulo por essa atividade.

Dessa forma, a Revista A LAVOURA publica um histórico de desenvolvimento e proliferação desta praga nos Estados brasileiros.



Planta cítrica atacada por várias colônias de *Orthezia praelonga* — Arcozelo, município de Vassouras — RJ.

Colônia de *Orthezia praelonga*, com uma fêmea adulta (ovissaco) e várias neônides (formas jovens).



Desde a década de 40, a *Orthezia praelonga* Douglas, 1891, vem causando sérios prejuízos à citricultura Fluminense.

ROBBS (1947), observou e previu a *O. praelonga* como uma ameaça à citricultura do ex-Distrito Federal, hoje Rio de Janeiro, que até a presente data, vem dizimando inúmeros pomares de citros em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Durante os anos posteriores, ROBBS (1962a), ROBBS (1962b) GONÇALVES (1962), GONÇALVES (1963), GONÇALVES e ROBBS (1964), GONÇALVES e ROBBS (1969), CASSINO e GONÇALVES (1973), LIMA e CASSINO (1973), ROBBS (1973), LIMA e CASSINO (1974), CASSINO *et alii* (1975) e CASSINO *et alii* (1976) estudaram a biologia e o combate integrado desta cochonilha no Estado do Rio de Janeiro, utilizando novos métodos de combate e o emprego de inseticidas sistêmicos, com o objetivo de preservar os organismos que atuam no equilíbrio biológico do agroecossistema, bem como, resguardar os insetos polinizadores.

Paralelamente, durante este período, não foi observada a presença deste Ortheziídeo em pomares cítricos de São Paulo, embora tenha sido encontrado por P.C.R. Cassino no primeiro semestre de 1975 em *Croton* sp. no município de Ribeirão Preto-SP. Alguns técnicos afirmavam até, que era impossível a introdução ou adaptação deste inseto no planalto paulista, região citrícola de exportação, onde os fatores climáticos eram considerados impróprios ou limitantes.

Entretanto, PUZZI e CAMARGO (1963) recomendavam medidas de defesa sanitária vegetal, após terem organizado um climograma com dados meteorológicos de Limeira-SP e Itaguaí-RJ (Baixada Fluminense - UFRJ), concluindo que havia condições desta cochonilha estabelecer-se ou adaptar-se em algumas regiões citrícolas do Estado de São Paulo.

Mas KOGAN (1964) sugeriu a hipótese de que *O. praelonga* seria uma espécie de baixada, não tolerando as condições climáticas de regiões mais elevadas, enquanto *Orthezia insignis* Browne, 1887, seria a espécie mais adaptada a estas condições.

CASSINO e GONÇALVES (1973), observaram a ocorrência de *O. praelonga* em plantas cítricas no município de Vassouras-RJ, local denominado Arcozelo, situado a 600 metros de altitude, com temperaturas mínimas em média de 15°C, sendo a mínima absoluta de 3°C em 22.06.72.

Nessa ocasião, quando o trabalho acima referido foi apresentado na Primeira Reunião Anual da Sociedade Entomológica do Brasil (Viçosa-MG, 1973), os autores foram criticados por entomólogos, que se recusavam a aceitar a possibilidade desta cochonilha adaptar-se em pomares citrícolas do Estado de São Paulo.



Detalhe de uma colônia de *Orthezia praelonga*, onde aparece a fêmea adulta e neânidas em diversos estágios de desenvolvimento.

Em julho de 1978, durante o V Encontro Nacional de Citricultura, realizado no Rio de Janeiro (18 a 21.07.78), no qual GONÇALVES e CASSINO (1978) apresentaram um retrospecto sobre *O. praelonga* e participaram de um debate sobre a referida cochonilha, com técnicos, pesquisadores e citricultores, foi denunciada por um dos participantes, a ocorrência deste inseto em pomares citrícolas na região de Bebedouro-SP.

Posteriormente, o Dr. Octávio Nakano, Prof. Adjunto do Departamento de Entomologia da ESALQ-USP, enviou à área de Entomologia do Departamento de Biologia Vegetal do Instituto de Biologia da UFRRJ, farto material de folhas de *Citrus* spp. e da ornamental *Croton* sp., procedentes da Região de Bebedouro-SP, com inúmeros exemplares de *Ortheziidae*, que foram identificados por C.R. GONÇALVES, como *O. praelonga*. (lâminas 12643 e 12644).

PRATES e NOVO (1979), fizeram um retrospecto sobre a cochonilha em tela e informaram a presença do referido inseto em Monte Azul Paulista e Severina, municípios do Estado de São Paulo.

Entretanto, foram obtidas informações de que a *O. praelonga* estaria estabelecida em outros municípios citrícolas do referido Estado.

Com estes fatos, ficam definitivamente confirmadas as advertências e previsões de PUZZI e CAMARGO (1963) e de CASSINO e GONÇALVES (1973), sobre a possibilidade da invasão dos pomares citrícolas do Estado de São Paulo pela *Orthezia praelonga* Douglas, 1891.

Referências Bibliográficas

- CASSINO, P.C.R. e C.R. GONÇALVES, 1973. Ocorrência da *Orthezia praelonga* Douglas, em plantas cítricas no município de Vassouras-RJ. (Nota prévia). *Agronomia* 31:5-8, Rio de Janeiro.
- CASSINO, P.C.R., F.A. COSTA, E.L. DALCÓMO e F. RACCA F9, 1975. Contribuição para o controle integrado da *Orthezia praelonga* Douglas, 1891 (Hom., *Ortheziidae*) em *Citrus* spp.. *A Lavoura*, LXVIII (Nov-Dez): 5-8, RJ.

CASSINO, P.C.R., A.F. LIMA, L.B. BATISTA e F. RACCA F9, 1976. Ensaios com inseticidas fosforados sistêmicos aplicados em troncos de *Citrus* spp. no combate à *Orthezia praelonga* Douglas, 1891 (Hom. *Ortheziidae*). *Anais da Soc. Entomológica do Brasil*, 5(1):43-48.

CASSINO, P.C.R., C.R. GONÇALVES e A.F. LIMA, 1979. *Orthezia praelonga* Douglas, 1891 (Hom. *Ortheziidae*) uma ameaça à citricultura do Estado de São Paulo. VI Congresso Brasileiro de Zoologia, UFRRJ, Fev. 1979. Resumos: 43, Rio de Janeiro.

GONÇALVES, C.R., 1962. Perspectivas de combate biológico às principais pragas das plantas cultivadas na Baixada Fluminense. *Bol. Inst. Ecol. Exper. Agric.*, Rio de Janeiro (21):63-76.

GONÇALVES, C.R., 1963. Procedimento da *Orthezia* na Baixada Fluminense e o seu combate nacional. *Bol. Campo* (165):12-16, Rio de Janeiro.

GONÇALVES, C.R. e C.F. ROBBS, 1964. Recomendações práticas de combate à *Orthezia praelonga*. *Inst. da Pesq. Agropecuária do Centro Sul*, 3 pp mimeografado, Rio de Janeiro.

GONÇALVES, C.R. e C.F. ROBBS, 1969. Epizootias fúngicas cíclicas em *Orthezia praelonga* Douglas (Hom., *Coccoidea*) na região Carioca - Fluminense. *Soc. Bras. de Entom.* Resumos da II Reunião Anual, Recife-PE.

GONÇALVES, C.R. e P.C.R. CASSINO, 1978. O problema da *Orthezia praelonga* na citricultura. V Encontro Nacional de Citricultura, 5 pp. julho de 1978. Rio de Janeiro.

KOGAN, M., 1964. Nota sobre as espécies do gênero *Orthezia* Bosq d'Antic 1784, de importância econômica que ocorrem no Brasil. *Agronomia* 22:134-144, Rio de Janeiro.

LIMA, A.F. e P.C.R. CASSINO, 1973. Influência de alguns inseticidas sobre o ovissaco de *Orthezia praelonga* Douglas, 1891 (Hom., *Ortheziidae*) Arq. da UFRRJ, 3(1):39-40, Rio de Janeiro.

LIMA, A.F. e P.C.R. CASSINO, 1974. Novos hospedeiros de *Orthezia praelonga* Douglas, 1891 (Hom., *Ortheziidae*) no Estado do Rio de Janeiro. Arq. da UFRRJ, 4(1):73-74, Rio de Janeiro.

PRATES, H.S. e J.P.S. NOVO, 1979. *Orthezia praelonga* Douglas, 1891, "Piolho branco" ou "Orthezia", praga dos pomares cítricos.

Comunidade técnico. Secret. Agric., Coord. da Assist. Técnica Integral, Centro Orientação técnica, 9 pp. São Paulo.

PUZZI, D. e A.P. CAMARGO, 1963. Estudo sobre a possibilidade de adaptação climática da *Orthezia praelonga* Douglas, nos pomares de *Citrus* do Estado de São Paulo. *O Biológico* 29(5):81-85, São Paulo.

ROBBS, C.F., 1947. O piolho branco da laranja, uma ameaça à citricultura do Distrito Federal. *Bol. do Campo*, 3(9):1-4, Rio de Janeiro.

ROBBS, C.F., 1962a. Combate biológico por intermédio de microorganismos. *Bol. Inst. Ecol. Exp. Agric.*, 21:31-45, Rio de Janeiro.

ROBBS, C.F., 1962b. Ensaios e recomendações para o controle "*Orthezia* + *Fumagina*" das plantas cítricas, com inseticidas. *Bol. Agric.* 1(9):41-43, Guanabara.

ROBBS, C.F., 1973. Frutíferas e Hortaliças cultivadas: Enfermidades e Pragas nos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara. *A Lavoura* (3): 21-28.

(*) Trabalho realizado em parte com recursos do Programa Integrado de Parasitologia Agrícola - CNPq e apresentado no VI Congresso Brasileiro de Zoologia, UFRRJ em fevereiro de 1979 - Rio de Janeiro.

(**) Prof. Titular do Instituto de Biologia da UFRRJ.

(***) Prof. Assistente do Instituto de Biologia da UFRRJ.

(****) Prof. Assistente do Instituto de Biologia da UFRRJ.

LEIA
E ASSINE

OCB

A Revista Nacional do
Cooperativismo

Cr\$450,00

a revista lida
pelas pessoas
que decidem
dentro das
cooperativas

Uma publicação da Organização das
Cooperativas Brasileiras

SCS, Ed. Barakat, sala 1 206, fone 225-0275
R. 41 - 70 309 - Brasília - DF

Sim. Quero fazer () assinaturas
anual(is) (6 edições) de OCB

Nome _____

End. _____

Cid. _____ Est. _____

NÃO MANDE DINHEIRO AGORA

NOTICIÁRIO DAS EMPRESAS

Combate à cigarrinha em pastagens

A EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em convênio com a EMBRAER — Empresa Brasileira de Aeronáutica, e com o apoio do Instituto Agrônomo de São Paulo e da Fazenda Colonial, de propriedade de Gabriel Donato de Andrade, iniciou um programa de pesquisa de campo buscando a erradicação da praga popularmente conhecida como "Cigarrinha" (*Zulia entreriana*) em pastagens, mediante a aplicação com fungos espalhados na área com auxílio de avião agrícola.

O experimento, inédito em todo o mundo, consiste em lançar nas pastagens atacadas um tipo específico de fungo — o *Metarhizium anisopliae*, produzido nos laboratórios da Colonial Agropecuária, sob a orientação da EMBRAPA — obtendo-se os resultados através do controle biológico.

No caso da Fazenda Colonial, foi utilizado um avião agrícola EMB-201A IPANEMA, projetado e construído pela EMBRAER, o qual num dia normal de operação "trabalha" de 200 a 300 hectares, enquanto o trator daria cobertura de 16 hectares durante o mesmo espaço de tempo.



Avião é utilizado para combater a "Cigarrinha" em pastagens.

Conjunto Econômico

A Civemasa acaba de lançar no mercado o seu novo conjunto para cultivo das soqueiras de cana. De acordo com suas versões, poderá ser ele tracionado por tratores comuns de pneus (tração simples), de tração nas 4 rodas (4x4) ou de esteiras.

Este conjunto realiza simultaneamente e em linhas duplas de trabalho, três operações: subsolagem, adubação e destorroamento/envolvimento das soqueiras. Pode ser reversível para sulcador/adubadeira, preparando o terreno para plantio de cana de açúcar.



O trabalho realizado pelo Conjunto da Civemasa apresenta ótimos resultados, pela praticidade e qualidade dos serviços executados.

Refratômetro da Micronal



Refractomat: refratômetro automático da Micronal.

Para utilização principal na agroindústria açucareira, alimentícia e de bebidas, a Micronal está lançando O Refractomat, um refratômetro automático para determinação da concentração em soluções, especialmente do teor em sólidos dissolvidos (Brix) de caldo de cana.

O Refractomat mede ainda, simultânea e paralelamente, a temperatura da solução-amostra e corrige automaticamente a leitura à temperatura normal (20°C). Uma unidade eletrônica de comando permite limpar periodicamente a superfície do prisma. Para troca da amostra, basta colocar 15 a 20 cm³ da nova solução no funil para expulsar automaticamente a amostra anterior.

Aviões Bandeirantes voam também na Colômbia

Já se encontram em operação, na Colômbia, dois aviões EMB-110P1 BANDEIRANTE recentemente adquiridos pela empresa aérea regional AIRES S.A. à EMBRAER — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Inicialmente, os bimotores brasileiros ligarão as cidades de Bogotá a Neiva, Ibagué, Florência e Medellín.

As perspectivas de aproveitamento dos aviões BANDEIRANTE na Colômbia são tão favoráveis que os dirigentes da AIRES já assinaram uma carta de intenção de compra de uma terceira unidade, a ser recebida em agosto deste ano, bem como de um EMB-120 BRASÍLIA, em fase de desenvolvimento e com o primeiro voo previsto para meados de 1983.



Máquina da FMC, modelo AF.II.B para tratamento de sementes de trigo.

Tratamento de trigo ganha nova máquina

A FMC do Brasil lançou a máquina AF.II.B. para ser utilizada exclusivamente no tratamento de sementes de trigo. Este equipamento, dotado de grande capacidade produtiva, trata de 100 a 120 sacos de sementes por hora, quando alimentada continuamente, usando para o tratamento o inseticida sistêmico FURADAN 350 F-FMC, que controla a lagarta elasmio e pulgões até 40 dias, pragas que mais atacam a cultura do trigo.

Para o tratamento de sementes de trigo, a AF.II.B. - FMC usa 2,00 litros para 100 Kg de sementes. Esta máquina é dotada de um equipamento para efetuar a pré-limpeza antes que os grãos recebam o tratamento, o que é feito de maneira uniforme, cobrindo os grãos pelo FURADAN 350 F.

O ensacamento, feito em um sistema semi-automático, proporciona alto nível de segurança para o operador, pois o mesmo não entra em contato com o produto em nenhuma das fases do tratamento.

Novo herbicida para a cultura de cana

Um novo herbicida específico para a cultura da cana-de-açúcar acaba de ser lançado no mercado pela Elanco Química. Trata-se do BIMATE 75 PM, desenvolvido a partir de uma mistura de Tebutiuron e de Diuron. É apresentado em forma pronta em sacos de um quilo e demonstra grande eficiência no combate às plantas daninhas (gramíneas e folhas largas) quando aplicado em pré-emergência e em pós-emergência inicial das ervas em cana-planta e em cana-soca.

Enxada química proporciona economia de quase 40%

A Monsanto informa que são bastante satisfatórios os resultados da aplicação do herbicida Roundup, através da Enxada Química, para controle das ervas daninhas na cultura do café, em substituição ao método tradicional da "capina manual".

A Enxada Química, segundo a Monsanto, já apresentou uma economia de 39,5 por cento em relação aos custos da capina com a enxada mecânica, além de proporcionar outras vantagens, como a economia de tempo na aplicação do herbicida, praticamente solucionar o problema da falta de mão-de-obra e ainda conseguir maior produtividade na cultura.

Consórcio de tratores

A Massey Ferguson e sua Rede de Distribuidores acabam de constituir um consórcio para a venda de tratores de sua marca.

Este consórcio vai operar em todos os Estados do Brasil, proporcionando aos agricultores uma nova e segura modalidade de aquisição de tratores Massey Ferguson.



Fotômetro da Micronal para aplicação na agricultura.

Mercado dispõe de novo fotômetro

A Micronal está lançando o Fotômetro de Chama B 260, destinado à determinação de Sódio, Potássio e Lítio em fertilizantes, solos, água, bebidas, alimentos e outros produtos. O B 260 aplica-se principalmente às áreas de agricultura, química e petroquímica, geologia, indústrias farmacêuticas, alimentícias e outras, além de particular aplicação no ensino em universidades.

Novo antibiótico para o rebanho nacional

Um antibiótico de largo espectro antimicrobiano, atingindo bactérias Gram negativas, sendo ativo contra inúmeras infecções que atacam o rebanho brasileiro, como a pneumonia, gripe dos leitões e garrotilho, é o mais novo produto colocado no mercado pelo IVA - Instituto de Veterinária Aplicada.

Com o nome comercial de "Treciclin", o remédio pode ser empregado em eqüinos, bovinos, suínos, potros, bezerros, leitões, cordeiros e, inclusive os animais domésticos, como os cães e gatos.

Assine

A LAVOURA

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Sylvia Maria da Franca

Administração agrícola

ECHEVERRIA, B. *Elaboração de projetos agropecuários*. São Paulo, Veras, 1981. 208 p.

Aborda a problemática do planejamento agropecuário, com enfoque na elaboração de projetos empresariais.

Mostra como deve ser orientado e elaborado o projeto agropecuário e a sua adoção, como instrumento do desenvolvimento rural, pelo pessoal técnico engajado no setor, pelas instituições financeiras e pelos órgãos governamentais.

Esclarece o agricultor das vantagens de usá-lo como elemento norteador das suas ações destinadas a aumentar a produtividade dos fatores empregados na unidade produtora e acelerar o retorno do capital.

Define as partes principais que deverão compor um projeto agropecuário e estabelece, em forma de roteiro metodológico, os passos a serem dados na sua elaboração onde, o estudo de viabilidade é apresentado como precursor das decisões empresariais.

Realça a necessidade de implantação do projeto para transformar o seu conteúdo em processo institucional, objetivando facilitar as tarefas do agricultor enfatizando aplicação de contabilidade como medida de controle das atividades agrícolas que poderá ser efetuada pelo próprio agricultor.

Contém bibliografia sobre o tema enfocado.

Café

AGUDO, J.A.M. *Assalto ao café; vítima o produtor*. São Paulo, Soma, 1980. 117 p.

Faz uma síntese da produção de café no Brasil, mostrando que o agricultor

é o menos beneficiado com a política cafeeira.

Esclarece que os preços do café para o agricultor não são uma retribuição justa, devido aos altos custos dos adubos e defensivos agrícolas.

Mostra que os maiores beneficiados são os intermediários cujo campo vem sendo ocupado pelas multinacionais, que fazem a comercialização do café sem atender os interesses dos produtores.

Outra causa dos altos custos de produção é a política de financiamento por demais onerosa.

As diversas formas utilizadas para defesa do preço do café no Brasil e no exterior são sempre prejudiciais aos interesses dos lavradores, pois nenhum benefício direto lhes é deferido.

Ecologia

KADE, G et alii. *O homem e seu ambiente*. Trad. Gastão Jacinto Gomes. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975. 316 p.

Mostra o perigo que representa a poluição, principalmente nas grandes cidades industriais, onde os gases expelidos pelos automóveis e pelas indústrias tornam cada vez mais poluído o ambiente.

Esclarece que os astronautas viram sobre as cidades industriais manchas escuras que nada mais eram do que gás carbônico e fuligem em suspensão.

Análise com rigor científico, sob perspectivas sociológica, ecológica e urbanística, as relações entre o homem e o ambiente ameaçado.

Acentua a preocupação com o meio ambiente com as transformações ambientais produzidas pela moderna tecnologia e pelo crescente poder humano sobre a natureza.

Dá o exemplo de grandes obras de engenharia cuja construção alteraram o meio ambiente pela falta de um planejamento de proteção à ecologia. Possui no final um índice analítico sobre o tema enfocado.

Peixe

CASTAGNOLLI, N. *Fundamento de nutrição de peixes*. Piracicaba, Livrocercos Ltda., 1979. 107 p. il.

Trata o peixe como alimento mostrando que sua carne representa aproximadamente 12 por cento de proteína animal consumida pelo homem, e também uma excelente fonte de minerais, especialmente cálcio, fósforo e ferro apresentando elevados fatores de vitaminas do complexo B.

Mostra os mais recentes estudos sobre nutrição, formulação e tecnologia de fabricação de dietas para peixe, representando contribuição válida no campo da nutrição dos peixes em vista das excepcionais condições que o Brasil apresenta para piscicultura.

Esclarece as principais exigências de proteínas e aminoácidos na nutrição dos peixes, bem como de lipídeos e carboidratos e como se processa o metabolismo.

Cuida da tecnologia dos equipamentos de alimentação e os tipos de dietas mais comumente utilizados na piscicultura.

Possui no final de cada capítulo referências bibliográficas sobre o assunto tratado, inclusive sobre avançadas técnicas utilizadas na fabricação de rações para peixes e criação propriamente dita.

ENDEREÇO DAS EDITORAS EM REFERÊNCIA NESTA EDIÇÃO

EDITORIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praia de Botafogo, 190
22.250 - Botafogo - RJ

EDITORIA SOMA LTDA.
Rua Gastão da Cunha, 33
04.361 - São Paulo - SP

LIVRARIA VERAS LTDA.
Rua Silveira Martins, 70 - 3º andar
01.019 - São Paulo - SP

LIVROCERES LTDA.
Rua Silva Jardim, 1.655
Caixa Postal, 215
13.400 - Piracicaba - SP

Colabore para o maior enriquecimento da Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura, ofertando-nos livros ou folhetos que tratem de assuntos agrônômicos e técnicas agrícolas, os quais serão divulgados nesta seção.

A Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura é depositária da FAO franqueada ao público no horário das 8:00 às 17:00 horas.

CARTAS

Política Agrícola

"Agradeço sensibilizado a divulgação na Revista A LAVOURA grande parte de meu discurso, relativo aos últimos dez anos na agricultura brasileira".

Senador José Richa

Meio ambiente

Por ocasião da Semana do Meio Ambiente, nosso presidente, Octavio Mello Alvarenga, enviou mensagem de fé e confiança aos dirigentes e conselheiros do Instituto de Ecologia e Ciência da Terra — IECO, entidade criada na SNA, em 4 de julho de 1980.

Publicamos, a seguir, algumas impressões daquela entidade:

... "Como conselheiro do IECO, cabe-nos ressaltar nosso júbilo diante da promulgação da Lei número 6.902, que é, sem sombra de dúvida, um marco que assinala a grande importância da nova mentalidade do homem brasileiro voltada para os recursos naturais, imprescindíveis ao seu bem-estar".

Sérgio Carlos Lupattelli

"A mensagem de fé e confiança enviada por ocasião da SEMANA DO MEIO AMBIENTE deu-nos uma satisfação muito grande. Sentimos com ela a conscientização cada vez maior que está se formando no povo, o que constitui poderoso apoio para aqueles que labutam na Secretaria do Impossível.

Aguardamos que novos impulsos sejam dados para que a tarefa a que nos propusemos seja levada a bom termo".

*Paulo Nogueira Neto
Secretaria Especial do Meio Ambiente*

É proibido mamar

Fixar uma tabuleta no focinho do bezerro, interromper a amamentação por alguns dias sem separá-lo da vaca, provoca o cio pelo estímulo da hipófise, resultando em maior índice de prenhez. Este manejo com o qual não se gasta praticamente nada, é a nova moda no Rio Grande do Sul. Com algumas adaptações, é bem provável que seus benefícios se estendam às outras regiões de pecuária de corte de outros estados.

As experiências confirmam

Em fins de maio p.p., estivemos na conhecida Faz. Experimental Cinco Cruzes, situada em Bagé-RS, hoje importante unidade da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA). Ali, colhemos do seu Diretor, Dr. Joal Brazalle Leal, importantes informações sobre a curiosa novidade.

Sintetizamos ao máximo o assunto a fim de ajustá-lo às características desta coluna. Entretanto, os interessados poderão obter maiores detalhes, dirigindo-se ao Dr. Brazalle Leal. Caixa Postal, 242 — Bagé-RS.



Interromper por alguns dias a amamentação do bezerro, sem separá-lo da vaca, resulta em um maior índice de prenhez.

Breve histórico

O desmame interrompido é um processo já utilizado em outros países e, de certa forma, também no Brasil, só que com outras conotações. Recentemente, foi pesquisado no Rio Grande do Sul, pelos Drs. Nei A. Rosa e Claudio Martins Real. O objetivo é melhorar a fertilidade e aumentar o índice de prenhez e natalidade em vacas com cria ao pé. Sabe-se que a vaca, amamentando continuamente, dificilmente entra em cio devido à ininterrupta produção de prolactina, hormônio antagônico àqueles que desencadeiam o cio.

O processo é simples: adapta-se uma "tabuleta" de latão com as bordas reviradas para fora e serrilhadas, e presas por pino no focinho dos bezerros. Isto os impede de mamar, mas não de pastar, sem necessidade, portanto, de apartá-los das mães. Este detalhe suprime os inevitáveis stresses, tanto dos bezerros como das vacas.

As experiências dos Drs. Nei e Claudio Real, com gado de corte de raças européias, envolve bezerros de 03 a 04 meses de idade e foram divididos em lotes com desmames de 07, 10 e 13 dias. Os resultados revelaram aumentos significativos de fertilidade de 70,62 e 86,2%, respectivamente para o primeiro, segundo e terceiro lotes em comparação com 33% do lote testemunha.

Os experimentos da Cinco Cruzes

Em outro experimento, foram utilizadas 114 vacas da raça Hereford, com idade que variavam de 04 a 09 anos, manejadas no campo nativo, e lotação de 0,6 animais por hectare.

Os animais foram escolhidos segundo o peso corporal, inatividade ovariana e período pós-parto de, mais ou menos, 80 a 110 dias. O desmame foi feito em duas etapas: uma em dezembro e outra em janeiro. O período de acasalamento foi de três meses (dezembro a fevereiro) no regime de monta livre, com 3 por cento de touros portando buçal marcador, adaptado para observação do cio, e controle de um peão. Os lotes foram divididos e tratados da seguinte maneira:

- Lote T1 = vacas com bezerro ao pé (Testemunha)
 Lote T2 = vacas com retirada de bezerro por 03 dias e após 30 dias, outra retirada por 03 dias;
 Lote T3 = vacas com bezerro ao pé usando tabuleta por 06 dias, e após 30 dias, outros 06 dias com tabuleta.

Os resultados

Os resultados expressos em percentagem de Cio e Prenhez, foram:

- Lote T1 == (Testemunha):
 Cio = 73,6% e
 Prenhez = 52,6%
 Lote T2 = Desmame de 03 + 03 dias =
 Cio = 73,6% e

- Prenhez = 52,6%
 Lote T3 = Desmame de 06 + 06 dias =
 Cio = 87,5% e
 Prenhez = 75,0%.

A análise dos resultados mostram um aumento de 13,9 e 15,9% na incidência de cio e 14,9 e 22,4% na taxa de prenhez para os lotes tratados T2 e T3, respectivamente comparados com o grupo testemunha.

Segundo o Dr. Leal, maiores pesquisas precisam ser feitas tendo em vista outros manejos em outras regiões do país, e para outras raças, *especialmente zebuínas*, em regime de pasto.

Fosfato de adubo não serve para sal mineral

A legislação brasileira é clara e prescreve para uso pecuário, exclusivamente fosfatos desfluorizados que conttenham, no máximo, uma parte de fluor para cem partes de fósforo.

A desfluorização é um processo sofisticado que encarece o custo do fosfato alimentício. Para economizar, alguns criadores e fabricantes se sentem tentados a usar o fosfato para adubo, sem passar pela necessária desfluorização, submetendo rebanhos inteiros a consideráveis prejuízos.

A Inglaterra pagou caro por este erro

Os ingleses entendiam que a fluorose era decorrente da poluição atmosférica que contaminava as pastagens e a água, sem suspeitar que os animais vinham sendo intoxicados pelo uso indiscriminado de **FOSFATO DE ROCHA** incluído nas rações.

Isto perdurou até 1964, quando o pesquisador W. Gridfiffith descobriu que estavam comercializando produtos com níveis perigosamente altos de flúor, chegando algum a conter até duas vezes mais a quantidade tolerada pelos animais. Pesquisas efetuadas em rebanhos leiteiros, revelaram que, aproximadamente, cem vacas com artrite, apresentavam altos níveis de flúor nos ossos (8.000 ppm).

Os efeitos danosos desta fluorose provocava no organismo dos animais, lesões nos dentes, nos ossos, artrites, inapetência, queda da produção e outros. A porcentagem das vacas descartadas cresceu assustadoramente, seja por incapacidade de andar, de pastear, de ficar prenhe, atingindo 15 por cento do efeito dos rebanhos ingleses.

Agora, detectada a causa, as coisas estão se normalizando com a adoção de níveis de flúor compatíveis. Mas o prejuízo ficou. A lição, também.

Ivens Sathler
 Médico Veterinário



**Sociedade Nacional
de Agricultura**

Torne-se sócio

Pessoa Física
 Cr\$ 1.000,00 - por ano
 Cr\$ 500,00 - por semestre

Pessoa Jurídica
 Cr\$ 5.000,00 - por ano

Av. General Justo, 171 - 2.º andar - Tels.: 240-4149 e 240-4573 - CEP 20021 - Rio de Janeiro - RJ



ONASSIS: Reg. 6829 - Peso 1.064 kg. Grande Campeão da Raça em Uberaba. Campeão da Exposição Internacional de Nelore em Goiânia.



SÊMEN *MF* DO BRASIL

COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Av. Leopoldino de Oliveira, 345 - conj.
103 - Telefones: 332-1832 e 332-1833
- CEP 38100 - Caixa Postal 87
UBERABA - MG

Av. Ataulfo de Paiva, 135 - sala 713
Telefone 259-5146 - Leblon
22.440 - Rio de Janeiro - RJ

CEASA NO DISCO.

Uma horta de ofertas. Um pomar de economia.

Inovando e renovando sempre,
o Disco criou uma promoção semanal
inédita em toda a sua rede
de supermercados: Ceasa no Disco.
Em verdade um listão de ofertas
de frutas, legumes e verduras
a preços incomparáveis que o
Disco vem oferecendo todas as terças
e quartas-feiras
a todos os seus clientes.
O sucesso desta promoção

de muito fôlego, nasceu de todo
um esquema de abastecimento
a nível global que o Disco implantou
com sua imensa frota de caminhões,
que vem realizando uma verdadeira
ponte rodoviária das principais fontes
de produção e centros de lavoura,
até o Rio de Janeiro, onde se
localiza a gigantesca
Central de Abastecimento
do Disco.



O caminho certo.

